



FINAL EVALUATION

Brazil

Thematic window
Children, Food Security and Nutrition

Programme Title:

Food Security and Nutrition for Women and
Indigenous Children in Brazil

Prologue

This final evaluation report has been coordinated by the MDG Achievement Fund joint programme in an effort to assess results at the completion point of the programme. As stipulated in the monitoring and evaluation strategy of the Fund, all 130 programmes, in 8 thematic windows, are required to commission and finance an independent final evaluation, in addition to the programme's mid-term evaluation.

Each final evaluation has been commissioned by the UN Resident Coordinator's Office (RCO) in the respective programme country. The MDG-F Secretariat has provided guidance and quality assurance to the country team in the evaluation process, including through the review of the TORs and the evaluation reports. All final evaluations are expected to be conducted in line with the OECD Development Assistant Committee (DAC) Evaluation Network "Quality Standards for Development Evaluation", and the United Nations Evaluation Group (UNEG) "Standards for Evaluation in the UN System".

Final evaluations are summative in nature and seek to measure to what extent the joint programme has fully implemented its activities, delivered outputs and attained outcomes. They also generate substantive evidence-based knowledge on each of the MDG-F thematic windows by identifying best practices and lessons learned to be carried forward to other development interventions and policy-making at local, national, and global levels.

We thank the UN Resident Coordinator and their respective coordination office, as well as the joint programme team for their efforts in undertaking this final evaluation.

MDG-F Secretariat

The analysis and recommendations of this evaluation are those of the evaluator and do not necessarily reflect the views of the Joint Programme or MDG-F Secretariat.

Junho | 2013

Avaliação Final

Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil”

FUNDO PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO MILENIO

Janela Temática: Criança, Segurança Alimentar e Nutrição

RELATÓRIO FINAL

Carmen Lahoz

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	3
ACRÔNIMOS.....	4
SUMARIO EXECUTIVO.....	5
Conclusões	8
Recomendações	11
1. ANTECEDENTES, OBJETIVOS E ESCOPO DA AVALIAÇÃO	14
1.1 Antecedentes.....	14
1.2 Objetivos da Avaliação Final.....	15
1.3 Enfoque e Metodologia da Avaliação.....	16
1.4 Limitações do Estudo.....	17
2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA CONJUNTO.....	17
2.1 Principais Características.....	17
2.2 Modelo de Gestão	20
3. NÍVEIS DE ANÁLISE.....	22
3.1 NÍVEL DE DESENHO: PERTINÊNCIA.....	22
3.2 NÍVEL DE PROCESSO: EFICIÊNCIA	26
Modelo de Gestão	26
Trabalho Intersectorial e Interagencial	29
Evolução Financeira	31
Sistema de Monitoramento e Avaliação	33
Apropriação do Processo	35
3.3 NÍVEL DE RESULTADOS: EFICÁCIA E SUSTENTABILIDADE	36
Eficácia	36
Resultado não Previsto	55
Comunicação e Advocacy	56
Sustentabilidade.....	57
4. LIÇÕES APREENDIDAS	59
5. CONCLUSÕES	60
6. RECOMENDAÇÕES	64
 ANEXOS	
ANEXO I - Agenda da Missão de Avaliação Final	68
ANEXO II - Termo de Referência para a Avaliação Final.....	72
ANEXO III - Documentos consultados para a elaboração do Relatório Final	83
Anexo IV - Lista de pessoas entrevistadas.....	86
ANEXO V - Comunidades visitadas	90
ANEXO VI - Parceiros das agências da ONU e contratos assinados	91
ANEXO VII - Carta de Intenções.....	93



AGRADECIMENTOS

A avaliadora agradece aos representantes das instituições públicas brasileiras, as agências da ONU, ao Coordenador Residente do Sistema de Nações Unidas, as entidades da sociedade civil e as universidades pela colaboração, o tempo dedicado e o fornecimento de informação durante e depois da missão de avaliação. Agradece também às lideranças, agentes de saúde, e aos homens e mulheres indígenas do município de Dourados e da região do Alto Rio Solimões por compartilhar os seus conhecimentos e preocupações, e facilitar as visitas a suas comunidades. De forma muito especial, agradece ao Coordenador do Programa e aos pontos focais das agências da ONU pela organização das vistas ao terreno e pela sua disponibilidade para resolver questões e fornecer informações em todo momento. Muito obrigada a todos e todas

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

ACRÔNIMOS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AIDPI	Ação Integrada para Doenças Prevalentes na Infância
AIS	Agente Indígena de Saúde
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CDN	Comitê Diretivo Nacional
CGPC	Comitê Gestor do Programa Conjunto
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DASI	Departamento de Atenção à Saúde Indígena
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DHS	Direito Humano à Saúde
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
F-ODM	Fundo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FAO	Organização para a Agricultura e a Alimentação
IFAM	Instituto Federal de Amazonas
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MS	Ministério da Saúde
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OGPTB	Organização Geral dos Professores Ticuna Bilíngues
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-americana de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PC	Programa Conjunto
PHN	Política Nacional de Humanização
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDS	Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNUD	Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODOC	Documento do Projeto
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SISAN	Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
UE	Unidade Executiva
UEL	Unidades Executivas Locais
UNCT	United Nations Country Team
UNDAF	United Nations Development Assistance Framework
UNICEF	Fundo para a Infância das Nações Unidas
UNIGRAN	Centro Universitário de Grande Dourados
USD	Dólares americanos

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Brasil alcançou um progresso considerável no que se refere às condições nutricionais e de saúde de sua população, mostrando melhoras significativas nas mulheres e crianças abaixo de cinco anos de idade, até em regiões em que tradicionalmente existiam altos níveis de desnutrição. Contudo, as condições de vida e saúde de alguns grupos étnicos são insuficientes e de baixa qualidade; existindo uma situação de fragmentação cultural, doenças e fome, com taxas de mortalidade e desnutrição infantil mais altas que a meia nacional.

Neste contexto, o sistema da ONU junto com os parceiros nacionais decidiram formular o Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” com o objetivo de contribuir para ao alcance dos resultados que o país obteve para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ao incluir os grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira

Com um orçamento de USD 6 milhões e uma duração de 3,5 anos, o Programa Conjunto (PC) “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” tem como objetivo geral contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis no município de Dourados e na região de Alto Rio Solimões. O Programa tem como eixo estrutural a ampliação do acesso a serviços e políticas públicas considerando os aspectos culturais e sociais da população alvo. Todas as atividades relacionadas com o incremento do fornecimento de serviços de segurança alimentar, nutrição e saúde são coordenadas por meio de ações de empoderamento dos povos indígenas. As atividades do Programa incluem também o fortalecimento da capacidade institucional das entidades públicas e organizações indígenas para apoiar o estabelecimento de redes inter-setoriais e a participação social. O Programa é implementado por 5 agências do sistema da ONU (OPAS, UNICEF, PNUD, FAO E OIT) em estreita colaboração com as contrapartes governamentais a nível nacional e local, incluindo instituições públicas (FUNAI, SESAI, MS, MDS, ABC), universidades, entidades da sociedade civil, lideranças e organizações indígenas.

A presente avaliação final é de natureza recapitulativa, com o principal objetivo **de** estimar os resultados de desenvolvimento atingidos e os possíveis impactos que podem vir a ser gerados pelo PC, o qual ira permitir a identificação de achados, boas práticas e recomendações para o Programa de forma mais ampla, tanto em função de questões programáticas como também de questões operacionais. A avaliação esta estruturada em três níveis de análise que incluem os cinco critérios: pertinência, apropriação, eficiência, eficácia e sustentabilidade.

No nível de desenho, se analisou tanto a relevância do Programa e da sua estratégia de intervenção, como a participação, apropriação e liderança dos atores no processo de desenho. O objetivo do PC considera-se muito pertinente e coerente com as iniciativas do Governo brasileiro de melhorar as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do dialogo com suas lideranças e organizações e o aumento gradual de investimento visando à realização progressiva dos direitos humanos dos povos indígena. Alinha-se adequadamente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com as prioridades do UNDAF 2012-2015, e com os objetivos da Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição” do F-ODM.

O PC foi desenhado pelas agências da ONU com uma leve participação das instituições governamentais do nível nacional, e sem uma real participação dos atores locais. Como resultado, o Programa priorizou as áreas de saúde e a nutrição, embora que sejam áreas que requerem uma atenção continuada, não representam o problema mais grave que enfrenta os povos indígenas nas áreas de intervenção. O problema principal, segundo os beneficiários, esta relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis (produção agrícola e atividades geradoras de renda) para além de outros problemas de índole social, especialmente relacionados com os jovens. A falta de participação dos atores locais no desenho do PC tem contribuído á limitada apropriação do processo de formulação e implementação no nível local.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Como não foi feito um diagnóstico prévio das causas de insegurança alimentar das comunidades participantes no PC, as atividades foram definidas de forma muito vaga e aberta para poder responder a novas demandas. Algumas atividades estão mais relacionadas com os objetivos e experiência das agências da ONU que com as realidades dos povos indígenas e, em ocasiões, se detectou uma falta significativa de sinergia entre as atividades das diferentes agências.

No nível de processo, se analisou a utilização eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros do Programa, focalizando no modelo de gestão, os mecanismos de coordenação interagencial e interinstitucional, a execução financeira, a eficácia do modelo de monitoramento e avaliação e o nível de apropriação dos processos pela parte dos beneficiários e parceiros locais e nacionais.

O PC tem contado com os recursos humanos, financeiros e técnicos necessários para uma gestão eficiente. Em relação com o modelo de gestão, as estruturas de gestão previstas para apoiar a implementação geral do PC só foram criadas no terceiro ano, tanto no nível nacional como local. Como consequência, o Programa careceu de uma estrutura sólida que orientasse as atividades procurando o logro eficiente dos resultados e a complementaridade entre as ações.

A implementação do PC tem constituído um processo de aprendizagem complexo para as instituições governamentais e para as agências da ONU, e tem representado dois grandes desafios: o alinhamento e trabalho conjunto com as contrapartes institucionais, e o trabalho conjunto entre as agências da ONU para a execução das ações. Respeito ao primeiro reto, o trabalho conjunto entre as agências da ONU e as suas contrapartes institucionais, se destaca o bom relacionamento, diálogo, e colaboração entre as instituições, mais se deve sublinhar que o Programa foi liderado desde o início pelas agências da ONU. As instituições governamentais limitaram seu papel ao acompanhamento das atividades, contribuindo com conhecimentos e recursos logísticos e financeiros. Respeito ao trabalho conjunto entre as agências da ONU, foi constatado que, embora a coordenação foi melhorando ao longo do Programa, o estabelecimento de sinergias e o sentido de corresponsabilidade foram bastante limitados. Entre as causas que explicam este fato destacam a falta de um enfoque integral e o modelo de gestão administrativa e financeira utilizado.

Não foi possível realizar um análise pormenorizado sobre o nível de execução financeira do Programa por falta de dados atualizados (dados disponíveis até Dezembro de 2012) e pelas diferenças entre os mecanismos das agências de controlar a execução orçamental.

O sistema de monitoramento e avaliação tem sido pouco eficaz e não tem permitido um acompanhamento adequado dos processos, atividades, produtos e resultados, devido principalmente aos atrasos registrados na elaboração dos instrumentos necessários. O Plano de Monitoramento e Avaliação foi concluído em Março de 2012. A falta de um sistema de monitoramento durante a maior parte da implementação do Programa tem dificultado a possibilidade de criar sinergias entre as atividades, redefinir os rumos de execução do PC, identificar conjuntamente as medidas necessárias para superar as dificuldades operacionais, e organizar um registro de informações e dados que teriam sido fundamentais para a presente avaliação final.

O grau da apropriação do PC pela parte das instituições contraparte melhorou progressivamente durante a implementação do PC, embora tenha sido no geral bastante limitada. No nível local, especialmente no nível das comunidades indígenas, faltou uma verdadeira compreensão dos objetivos do PC e suas potencialidades, embora as lideranças mulheres, jovens, crianças... participaram muito ativamente nas oficinas e processos participativos. As principais contrapartes institucionais tiveram uma participação desigual ao longo do programa nas duas áreas de intervenção por diferentes razões. Contudo, o PC desenvolveu algumas atividades que tiveram um grande impacto em termos de aumentar a liderança das instituições públicas (por exemplo, a tradução da Convenção 169, o apoio na criação de CONSEAs municipais, ou a facilitação da participação de indígenas em diversas comissões e conferências).

No nível de resultados, se analisaram os principais logros atingidos pelo Programa em relação com os resultados esperados (eficácia) e a sua sustentabilidade. A revisão metas atingidas pelo PC indica um bom progresso na consecução dos resultados esperados. Embora o Programa fosse

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

desenhado de forma vaga com atividades indicativas, as atividades previstas no PC foram realizadas e os produtos esperados conseguidos.

Para lograr atingir o Resultado 1 (Melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres na região de Alto Solimões e no município de Dourados) foram implementadas um grande numero de ações que absorveram mais da metade do orçamento total do projeto. Estas ações tiveram um grande foco na saúde (incremento do acesso a políticas de saúde publica), os cuidados da criança (troca de conhecimentos e praticas de cuidado da criança) e a nutrição (incremento da produção e do acesso e consumo de alimentos saudáveis e o reconhecimento dos sistemas de produção dos povos indígenas desde a perspectiva de agrobiodiversidade), e sua implementação foi baseada na etnicidade e cultura dos povos indígenas. Os dados mostram que a situação nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos nestas áreas melhorou levemente entre 2009 e 2012.

O Resultado 2 (Povos indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções) tinha por objetivo promover o empoderamento dos povos indígenas e suas lideranças e organizações, visando ao fortalecimento da capacidade dos povos indígenas de exigir seus direitos humanos. Todas as atividades realizadas basearam-se na participação social dos povos indígenas e no respeito por suas tradições, culturas e referências étnicas. A metodologia adotada para a implementação destas ações tem promovido à autonomia dos envolvidos e à revitalização social da cultura local.

Em relação com o Resultado 3 (Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados), O PC produziu um grande numero de diagnósticos (levantamento de demandas, troca de saberes, diagnóstico de percepção de direitos, etnomapeamentos...) sobre a caracterização das comunidades indígenas nos 4 municípios do Programa.

O PC teve também um resultado importante não previsto: o sistema de Nações Unidas no Brasil adquiriu um forte compromisso com o tema indígena, e como consequência, estabeleceu parcerias com instituições governamentais para trabalhar o tema de direitos humanos para os povos indígenas no futuro. No Seminário de Encerramento do Programa foi assinada uma Carta de Intenções entre as Nações Unidas e o Governo Brasileiro, com o intuito de assegurar a continuidade dos esforços conjuntos para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.

A estratégia de sustentabilidade do PC esta baseada no empoderamento dos atores e o fortalecimento institucional mais não foram definidas ações concretas para garantir a sustentabilidade. No nível comunitário, existiram tanto fatores negativos (como a falta de apropriação dos processos) como positivos (especialmente o fortalecimento das instituições indígenas a traves da valorizaram da cultura indígena e a participação em instancias de participação social para dar visibilidade às questões indígenas) para garantir a continuidade dos benefícios do programa.

No nível local, a situação é mais complexa no município de Dourados devido em parte ao preconceito contra os povos indígenas e à falta de apropriação das instituições (que foi diminuindo ao longo do Programa). Na região de Alto Rio Solimões existe um grande interesse por dar continuidade as ações iniciadas pelo PC.

No nível nacional, as principais instituições contraparte consideram muito positiva a experiência piloto de trabalho intersetorial e interagencial, e tem um grande interesse em dar continuidade às ações e incorporar as boas praticas nas suas estratégias de atuação, embora as instituições não ficaram muito envolvidas no PC devido a que atravessaram processos de reestruturação interna.

Pela parte das agencias da ONU, cada uma das cinco agencias pretende dar continuidade às ações iniciadas no âmbito do PC. Para, além disso, a Carta de Intenções assinada no Seminário de Encerramento representa um marco importante de cooperação entre o sistema da ONU e o Governo Brasileiro para garantir a sustentabilidade destas ações.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

A seguir, se apresentam as conclusões e recomendações da avaliação:

Conclusões

1. O Programa Conjunto por seu caráter multi-setorial e interagencial tem constituído uma experiência piloto tanto para as instituições governamentais como para as agências da ONU. As principais instituições envolvidas no PC valoram muito positivamente a experiência que consideram que tem um grande potencial. A experiência do PC pode ser o início dum processo de cooperação e colaboração entre as instituições, onde as lições apreendidas sobre o processo de desenho, de implementação e sobre o modelo de gestão vão contribuir consideravelmente a que futuras intervenções conjuntas tenham maior sucesso.

PERTINENCIA

2. O PC é pertinente com as iniciativas do Governo brasileiro e com os objetivos e lógica dos Programas Conjuntos da Janela Temática Infância, Segurança Alimentar e Nutrição, na medida em que pretende melhorar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do diálogo com suas lideranças e comunidades visando à realização progressiva dos direitos humanos. O Programa é também coerente e esta bem alinhado com as prioridades do UNDAF 2012-2015, estando orientado à redução das desigualdades de raça e etnia na consecução dos ODM, um dos eixos prioritários deste Marco de Cooperação.
3. O PC foi desenhado pelas agências da ONU com base em seus objetivos, compromissos e experiência. As contrapartes governamentais do nível nacional colaboraram levemente no processo de desenho, pois se encontravam imersas num processo de reestruturação interna. As instituições locais e as comunidades indígenas unicamente foram consultadas uma vez que o Programa esteve já formulado, devido principalmente à falta do tempo necessário para realizar diagnósticos participativos para identificar os problemas. A falta de participação dos atores locais e nacionais no desenho do PC tem contribuído à limitada apropriação do processo de implementação tanto no nível local como nacional.
4. Como resultado da falta de participação dos atores locais no desenho, o Programa focalizou suas ações nas áreas de saúde e a nutrição, mesmo que são sectores que requerem uma atenção especial, não representam o problema mais grave que enfrenta o povo indígena nas áreas de intervenção. O problema principal está relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis (produção agrícola e atividades geradoras de renda) para além de outros problemas de índole social, como a falta de oportunidades para os jovens. Também não foram identificadas algumas de necessidades de fortalecimento institucional devido à falta de envolvimento das instituições no processo de desenho.
5. O Programa foi formulado de forma vaga e ambígua, em parte para poder posteriormente alinhar as atividades com os problemas reais da população e as necessidades das instituições que seriam identificados a través de diversos estudos e diagnósticos. O Programa carece de um enfoque integral, consta de um grande número de atividades que não estão bem articuladas entre si, e não sempre são coerentes com os resultados esperados. Existe também um desequilíbrio entre a relevância e prioridade outorgada às diferentes atividades e os recursos alocados, priorizando ações de formação em temas de saúde em detrimento de ações de fortalecimento institucional e melhoria do acesso às políticas públicas. Cada agência ficou responsável de um número determinado de atividades, sem estar previstas ações conjuntas.

EFICIENCIA

6. A implementação do PC tem constituído um processo de aprendizagem complexo para as instituições governamentais e para as agências da ONU devido ao seu caráter multisetorial e interagencial. Esta experiência tem representado dois grandes desafios: o alinhamento e trabalho conjunto com as contrapartes institucionais, e o trabalho conjunto entre as agências da

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

ONU. Respeito ao primeiro reto, as agências da ONU e suas principais contrapartes não constituíram uma verdadeira equipe para o desenho e implementação do Programa. As agências da ONU assumiram a liderança enquanto as instituições governamentais limitaram-se a acompanhar as atividades, contribuindo com conhecimentos e recursos logísticos e financeiros.

7. Respeito ao trabalho entre as agências da ONU, o modelo de gestão administrativo e financeiro utilizado limitou consideravelmente o trabalho conjunto das agências. Cada agência administrou seus fundos seguindo seus procedimentos e regulamentos internos o que impediu tanto realizar modificações que implicassem realocação de fundos como implementar atividades conjuntas. Para, além disso, o planejamento, gestão, monitoramento e difusão das atividades não se realizaram de forma conjunta, perdendo oportunidades de procurar sinergias e maximizar o impacto do PC.
8. A gestão do PC melhorou com a contratação do Coordenador Geral do Programa e dos pontos focais nas duas regiões de atuação. Contudo, estas contratações foram realizadas muito tarde (abril e maio de 2012) e foram lês atribuídas responsabilidades muito limitadas ou não bem definidas. Os pontos focais das 5 agências da ONU mostraram uma grande capacidade técnica e um alto nível de compromisso, mais tiveram que enfrentar muitas dificuldades para implementar seu trabalho, como um documento de projeto confuso e ambíguo, a sobrecarga de trabalho por ter que dedicar parte do tempo a outras atividades de sua agência ou os limitados recursos para visitas ao terreno.
9. Os dados disponíveis não permitem realizar um análise pormenorizado sobre o nível de execução anual devido a que cada agência tem um mecanismo diferente de controlar seu orçamento pelo que resulta difícil unificar os dados. Segundo os dados disponíveis, o grau de execução do Programa foi de 65% do orçamento total a Dezembro de 2012. Houve uma desaceleração na execução orçamental durante a segunda metade de implementação do Programa, passando de 38% (Janeiro 2010 – Julho 2011) a 28% (Agosto 2011 – Dezembro 2012). Esta desaceleração se deveu principalmente à diminuição do nível de execução da OPAS, agência com maior orçamento, que passou de 50% a 10% nestes períodos, devido em parte a que as atividades em Alto Rio Solimões tiveram que ser interrompidas durante a intervenção do DSEI. Durante os seis de extensão do Programa deveria ser executado o 35% do orçamento total.
10. O sistema de monitoramento e avaliação tem sido pouco eficaz e não tem permitido um acompanhamento adequado dos processos, atividades, produtos e resultados, devido principalmente aos atrasos registrados na elaboração dos instrumentos necessários. Não foi realizada uma verdadeira linha de base ao início do Programa, e a tentativa de utilizar os resultados de estudos e diagnósticos como linha de base fracassou, pois estes diagnósticos foram realizados ao longo dos três anos de implementação de Programa. O Plano de Monitoramento e Avaliação também sofreu demoras e apenas ficou operativo em Março de 2012. A falta de um sistema de monitoramento durante a maior parte de implementação do Programa tem dificultado a possibilidade de criar sinergias entre as atividades, redefinir os rumos de execução do PC, identificar conjuntamente as medidas necessárias para superar as dificuldades operacionais, e organizar um registro de informações e dados que teriam sido fundamentais para a presente avaliação final.
11. O grau da apropriação do PC pela parte das instituições nacionais e locais e das comunidades indígenas tem sido bastante limitado, devido principalmente a dois fatores: à falta de participação no desenho do Programa e à liderança assumida pelas agências da ONU. No nível nacional, também influíram outros elementos, como o processo de reestruturação que atravessavam as principais contrapartes, a falta de suficientes recursos humanos para acompanhar as ações do PC, a rotação do pessoal, e a falta de experiência de trabalho intersectoral e inter-institucional. No nível local, o grau de apropriação variou segundo a instituição contraparte e a região. A FUNAI em Dourados participou muito ativamente na primeira fase do Programa, mais conforme as ações foram se desenvolvendo, foi afastando do Programa, principalmente porque as agências trabalharam de forma independente sem ouvir suas sugestões. Em Alto Rio Solimões, a FUNAI deu apoio logístico e técnico mais não ficou envolvido na execução das atividades tanto pela falta de recursos humanos como pela falta de clareza sobre a finalidade e continuidade do Programa. A SESAI das duas regiões esteve muito

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

envolvida, mais unicamente nas atividades relacionadas com a saúde. As lideranças e comunidades indígenas (mulheres, jovens, crianças...) participaram muito ativamente nas oficinas e processos participativos realizados nas duas regiões mais não houve uma verdadeira apropriação do Programa, pois não foi compreendido como uma intervenção integral com um objetivo comum.

EFICÁCIA

12. A revisão dos logros atingidos pelo PC indica um bom progresso na consecução dos resultados esperados. Embora o Programa foi desenhado de forma vaga com atividades indicativas, a maioria das atividades no PRODOC foram concretizadas e realizadas e os produtos esperados conseguidos. Os resultados conseguidos teriam tido maior impacto se as instituições contrapartes e as comunidades indígenas tiveram-se apropriado das ações.
13. Foram implementadas um grande numero de ações para melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Estas ações tiveram um grande foco na saúde (incremento do acesso a políticas de saúde publica), os cuidados da criança (troca de conhecimentos e praticas de cuidado da criança) e a nutrição (incremento da produção e do acesso e consumo de alimentos saudáveis e o reconhecimento dos sistemas de produção dos povos indígenas desde a perspectiva de agrobiodiversidade), e sua implementação foi baseada na etnicidade e cultura dos povos indígenas. Estas ações absorveram mais da metade do orçamento total do projeto. Contudo, para promover o empoderamento dos povos indígenas e suas lideranças e organizações, visando ao fortalecimento da capacidade dos povos indígenas de exigir seus direitos humanos (Resultado 2) se realizaram algumas ações baseadas na participação social dos povos indígenas e no respeito por suas tradições, culturas e referências étnicas. A maioria destas ações foram muito bem sucedidas e conseguiram o empoderamento das comunidades indígenas. Este componente do Programa que se considera essencial, unicamente contou com uma quarta parte dos fundos totais do PC.
14. Foram realizados vários diagnósticos participativos para conhecer os interesses e necessidades dos povos indígenas em relação com a saúde e a segurança alimentar (levantamento de demandas), apreciar os conhecimentos e praticas tradicionais de cuidado da criança (troca de saberes), captar as percepções destas comunidades indígenas respeito do grau de realização dos direitos humanos (percepção de direitos), e avaliar as capacidades produtiva, tradições agrícolas, geração de renda e as recursos naturais destas comunidades (etnomapeamentos). Estes exercícios foram extremamente interessantes, sem embargo, não foi destinado suficiente tempo e recursos para a devolutiva com os participantes, e não foram suficientemente difundidos os resultados. Alguns destes diagnósticos criaram expectativas nas comunidades indígenas que não foram satisfeitas.
15. O PC teve um resultado não previsto de grande importância. O sistema de Nações Unidas no Brasil tem adquirido um forte compromisso com o tema indígena. Como consequência, estabeleceu parcerias com instituições governamentais para trabalhar o tema de direitos humanos para os povos indígenas. Para a maioria das agências era a primeira vez que trabalhava com os povos indígenas mais todas as agencias pretendem dar continuidade a estes trabalhos e ampliar suas intervenções para outras zonas.
16. O PC não outorgou prioridade nem relevância às ações de comunicação e advocacy. Apenas na ultima etapa do Programa se elaborou um plano de comunicação, mas não se alocaram fundos, nem suficientes recursos humanos para sua implementação. Não houve orientações para harmonizar a produção de materiais para divulgar as boas praticas do PC.

SUSTENTABILIDADE

17. A estratégia do PC para garantir a sustentabilidade da intervenção é bastante ambígua, pois considera que o empoderamento dos atores e o fortalecimento institucional são suficientes para garantir a sustentabilidade das ações, e não contempla a elaboração de uma estratégia de saída para maximizar a sustentabilidade dos resultados. Contudo, se considera que algumas ações desenvolvidas pelo Programa serão sustentáveis.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

18. No nível comunitário, é provável que os benefícios das ações do PC que foram demandadas pela comunidade, que foram implementadas com respeito à interculturalidade e aos “tempos” dos povos indígenas, que envolveram as lideranças no processo e que foram acompanhadas de perto pelas instituições locais e as agências da ONU, tenham continuidade no longo prazo.
19. A situação no nível local é muito diferente nas duas regiões de atuação. Enquanto na região de Alto Rio Solimões, as instituições públicas (Prefeitura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, IFAM, OGPTB...) tem participado nas diferentes atividades do Programa e atualmente estão a analisar os mecanismos e recursos necessários para garantir a continuidade das ações e sua replicação noutros comunidades indígenas, no município de Dourados, a probabilidade de continuação dos benefícios obtidos pelo Programa é mais complexa, devido ao preconceito contra os povos indígenas pela parte das instituições municipais, ao afastamento progressivo da FUNAI do PC, e à falta de recursos da SESAI.
20. No nível nacional, a grande rotação do pessoal durante o período de implementação do PC tem representado um risco importante para a sustentabilidade. Contudo, as principais contrapartes valoram positivamente o Programa e vão realizar um análise das boas praticas e lições apreendidas para dar continuidade e poder replicar esta experiência em outras áreas indígenas.

Recomendações

PARA O SISTEMA DA ONU:

- Durante o processo de avaliação foi possível constatar que as instituições contrapartes e as comunidades indígenas envolvidas na implementação do PC consideram positivos e bem sucedidos os resultados obtidos pelo Programa. Contudo, esta experiência piloto necessita ser consolidada para garantir sua sustentabilidade. Por este motivo ***recomenda-se as agências do sistema da ONU revisar seus planos de trabalho com o intuito de integrar as ações necessárias para consolidar e garantir a sustentabilidade das atividades realizadas no âmbito do PC.***
- A avaliação tem verificado que o modelo de gestão utilizado tem criado serias dificuldades para a implementação do Programa Conjunto. Em consequência, ***recomenda-se ao sistema de Nações Unidas explorar modelos de gestão diferentes que facilitem o trabalho conjunto das agências. Este modelo poderia consistir em estabelecer uma única unidade gestão administrativa e financeira do Programa, inserida no Escritório do Coordenador Residente ou na agência líder, que alocaria fundos às agências para a implementação de atividades relacionadas com a sua área de expertise.***
- A avaliação também verificou que as ações melhor sucedidas foram aquelas nas que houve um grande envolvimento de todos os atores e um acompanhamento de perto pelas agências da ONU no nível local. Por este motivo, ***recomenda-se também criar uma unidade de coordenação do programa localizada na área de intervenção, formada por técnicos das instituições governamentais e técnicos contratados pelo Programa para apoiar a implementação e monitoramento das atividades. A figura do coordenador considera-se essencial para articular as ações com um enfoque integral.***
- A avaliação constatou que grande parte dos problemas encontrados durante a implementação do PC foi devido a um desenho fraco e pouco participativo. ***Recomenda-se às agências da ONU alocar os recursos e o tempo necessário para garantir que o processo de desenho de um programa seja muito participativo, permitindo identificar adequadamente o foco do programa, as ações necessárias para satisfazer as demandas dos atores e a apropriação e envolvimento dos atores em todo o ciclo do programa. O Programa deve ter um enfoque integral com atividades concretas, bem articuladas e coerentes.***
- O fortalecimento institucional, a criação de capacidades e o empoderamento dos povos indígenas (ou comunidades beneficiárias) são elementos essenciais para garantir o sucesso e

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

sustentabilidade dos programas. Neste sentido, ***recomenda-se ao sistema da ONU: 1) identificar junto com estes atores suas necessidades de fortalecimento de capacidades e institucional e estabelecer conjuntamente um plano de ação, alocando os recursos necessários para sua implementação, e 2) co-liderar os programas junto com as instituições governamentais e as comunidades beneficiárias, elaborando conjuntamente os planos de trabalho e monitorando as ações em conjunto para verificar os avanços e definir modificações quando for necessário.*** O verdadeiro trabalho interinstitucional requer mais esforço, tempo e recursos, mas os resultados e o impacto são mais sustentáveis.

- A avaliação identificou um grande número diagnósticos e de boas práticas do Programa que deveriam ser documentadas, sistematizadas e difundidas para sua possível replicação. No fim de Maio terá lugar uma oficina nacional, onde estas práticas serão difundidas. ***Recomenda-se às agências da ONU elaborar materiais de divulgação, tanto cartilhas, como cartazes e materiais audiovisuais para difundir as boas práticas tanto no Brasil como em outros países que tenham povos indígenas.***
- Os programas dirigidos aos povos indígenas precisam ser desenhadas e implementados utilizando metodologias específicas que respeitem a interculturalidade e os “tempos” dos povos indígenas. Por este motivo, ***recomenda-se a integração de antropólogos com experiência de trabalho com povos indígenas nas equipes técnicas dos programas.***
- O sistema de monitoramento e avaliação de um Programa é essencial para permitir o acompanhamento da execução financeira, os processos, atividades, produtos e resultados, possibilitando a redefinição dos rumos de execução do PC e a identificação de boas práticas a serem disseminadas. ***Recomenda-se pelo tanto às agências da ONU, priorizar o estabelecimento da linha de base do programa e a elaboração do plano de monitoramento e avaliação durante os primeiros meses de implementação do programa.***
- As ações de comunicação e advocacy são necessárias para sensibilizar e promover o envolvimento dos cidadãos na consecução dos objetivos de qualquer programa. Neste sentido, ***recomenda-se ao sistema da ONU valorizar mais as ações de comunicação e advocacy, elaborando em todos os programas uma estratégia clara e concreta, alocando os recursos humanos e financeiros necessários para sua implementação.***

PARA AS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:

- O PC tem constituído um modelo inovador de abordagem integral dos problemas de segurança alimentar e nutricional, que tem mostrado um grande potencial na melhora da qualidade de vida dos povos indígenas. ***Recomenda-se às principais instituições governamentais envolvidas no Programa, analisar as boas práticas e lições apreendidas visando à criação de um modelo o referente de atuação inter-setorial e inter-agencial para abordar os problemas de insegurança alimentar dos povos indígenas.***
- A avaliação verificou que a relação de colaboração entre as principais instituições que trabalham com os povos indígenas, a FUNAI e a SESAI, é bastante limitada tanto no nível nacional como local. ***Recomenda-se a estas instituições estabelecer relações de cooperação para maximizar tanto os recursos humanos e financeiros como o impacto das ações.***
- Uma das principais atuações no âmbito do PC tem sido o fortalecimento das capacidades nas temáticas de saúde e cuidado da criança. ***Recomenda-se à SESAI difundir e utilizar os materiais de formação elaborados pelo Programa e continuar com as capacitações, especialmente dirigidas aos AIS.***
- O principal problema identificado nos levantamentos de demandas junto com as comunidades indígenas esta relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis e atividades geradoras de renda. A FUNAI não tem estrutura nem recursos humanos para poder apoiar estas ações, pelo que seu apoio neste sentido é muito limitado.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

- *Recomenda-se à FUNAI estabelecer parcerias com outras instituições, governamentais (Prefeituras, Secretarias Municipais de Agricultura...) e não governamentais (agências da ONU, Universidades, ONG...) para dar continuidade às ações do PC e iniciar novas ações neste sector.*
 - *Recomenda-se também analisar diferentes possibilidades de conseguir recursos adicionais para ações que contribuam a criar meios de vida sustentáveis (por exemplo, realizar um estudo econômico sobre a cesta básica de alimentos com o intuito de reduzir o número de beneficiários e utilizar estes recursos em atividades geradoras de renda).*
 - *Recomenda-se estudar a criação de um sistema de agentes indígenas de agricultura para capacitar e acompanhar as atividades agrícolas dos povos indígenas. Sugere-se revisar a iniciativa de formação (curso agropecuário para jovens ticunas) que esta a ser desenvolvida pelo IFAM em Tabatinga.*
- A falta de apropriação tem sido uma constante ao longo dos processos de desenho e implementação do Programa. Para além dos problemas de índole interna (processo de reestruturação, rotação de recursos humanos...), também existiram problemas de comunicação e liderança das ações. Neste sentido, ***recomenda-se às instituições governamentais incluir suas necessidades de fortalecimento institucional nas ações dos programas de maneira que estas instituições adquiram os recursos e capacidades necessárias para uma liderança compartilhada das intervenções, com o intuito de garantir sua sustentabilidade..***

PARA O F-ODM

- Grande parte dos problemas identificados na avaliação do PC da Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição” do Brasil derivam das limitações verificadas no desenho do Programa. Neste sentido, ***recomenda-se ao F-ODM avaliar mais em profundidade as propostas de programas e não aprovar programas ambíguos, pouco coerentes, sem ações e indicadores bem definidas que permitam um monitoramento adequado. Deve se comprovar que tem existido uma verdadeira participação das instituições e beneficiários no desenho.***
- O processo de desenho deve envolver aos principais atores em diagnósticos e oficinas para identificar os problemas, necessidades e interesses, e decidir conjuntamente as ações para abordá-los. Para um desenho eficaz é necessário tempo e recursos. ***Recomenda-se ao F-ODM alocar tempo suficiente para que o processo de desenho seja participativo e que as agências possam formular programas pertinentes, eficientes e eficazes.***
- O modelo de gestão, como já foi mencionado, não funcionou. ***Recomenda-se também ao F-ODM explorar outros modelos. Sugere-se a criação de uma unidade de gestão administrativa e financeira única (mesma recomendação que ao sistema da ONU)***
- As lições apreendidas e resultados das avaliações de todos os programas conjuntos constituem uma fonte de informação muito valiosa que seria importante difundir-la entre todas as instituições que tem participado desta experiência para melhorar o desenho, implementação, monitoramento e avaliação de futuros programas. ***Recomenda-se, pelo tanto, documentar, sistematizar e difundir as lições apreendidas e boas práticas da experiência do F-ODM.***

1. ANTECEDENTES, OBJETIVOS E ESCOPO DA AVALIAÇÃO

1.1 ANTECEDENTES

O Fundo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (F-ODM) PNUD/Espanha foi estabelecido a través de um acordo de cooperação entre o Governo da Espanha e o PNUD assinado em Dezembro de 2006 pelo valor de 528 milhões de Euros. Em Setembro de 2008 se assinou um acordo complementar, por um valor adicional de 90 milhões de Euros para a janela temática de criança, segurança alimentar e nutrição.

O Fundo articula-se em oito janelas temáticas e opera a través das agências do Sistema de Nações Unidas (ONU) no país, com o objetivo de fortalecer a coerência e eficácia das intervenções de desenvolvimento a través da colaboração entre agências, fundos e Programas das Nações Unidas. O fundo atua utilizando a modalidade de Programas Conjuntos. Foram aprovados e implementados 128 programas conjuntos em 49 países das cinco regiões do mundo.

Na Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição” foram aprovados 24 projetos por valor de 134,5 milhões de dólares. Constitui a janela temática mais voluminosa do F-ODM, representando 20% do valor total. O objetivo desta janela temática é contribuir a atingir as metas dos ODM de reduzir a mortalidade infantil e erradicar a pobreza extrema e a fome. Os 24 programas conjuntos abrangem muitos temas e resultados, mais existem algumas similitudes entre todos. A maioria contribui a 1) melhorar a segurança alimentar e nutrição de crianças e mulheres, e 2) fortalecer as capacidades do governo para resolver os problemas de segurança alimentar e nutricional. A maioria dos resultados podem se enquadrar nestes dois temas, mais há uma grande variedade de intervenções diferentes, desde a provisão de pacotes nutricionais para os casos de desnutrição aguda ou a promoção de saúde entre as mulheres grávidas e lactantes para garantir melhores práticas nutricionais para os seus filhos, até ações de advocacy para a transversalização do direito a uma alimentação adequada nas políticas e programas nacionais.

O Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” (a partir de agora PC) foi aprovado em Dezembro de 2009, com um orçamento de 6 milhões de USD e uma duração prevista de 3 anos. Iniciou em Janeiro de 2010 e finalizará em Junho de 2013 (incluindo uma extensão de 6 meses sem custos que foi solicitada em Junho de 2012).

Na implementação do Programa participaram 5 agências do sistema da ONU, nomeadamente OPAS, UNICEF, PNUD, FAO e OIT, e inicialmente 4 instituições governamentais: a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, como contraparte principal, a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em 2010, a FUNASA sofreu um processo de reestruturação passando a estar integrada no Ministério da Saúde como a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI).

Entre os dias 2 e 20 de abril de 2013 teve lugar a missão de avaliação final do Programa no Brasil e foram visitadas as duas áreas de atuação: Dourados no Estado de Mato Grosso do

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Sul e Alto Rio Solimões no Estado de Amazonas. A agenda da missão da avaliação final encontra-se no Anexo I.

O presente relatório de avaliação está dividido em partes: Na primeira se descrevem os antecedentes, objetivos, enfoque e a metodologia da avaliação. A continuação se encontra uma seção descritiva que proporciona informações sobre o Programa necessárias para o análise que se realiza posteriormente. Esta parte inclui a concepção inicial do Programa, a estratégia de intervenção, o orçamento, e modelo de gestão e coordenação.

A terceira parte é uma seção analítica, dividida nos três níveis de análise utilizados: nível de desenho, de processo y de resultados, que incluem os o critérios de avaliação; pertinência, apropriação, eficiência, eficácia e sustentabilidade. O relatório conclui com uma serie de lições apreendidas.

Para finalizar se tem incluído as lições apreendidas, conclusões e recomendações da avaliação final do PC.

Para uma melhor compreensão do presente relatório, o Programa se tem dividido em 2 fases: a primeira fase compreenderia o período desde o início do PC ate a avaliação de meio termo (Janeiro 2010 – Agosto 2011) e a segunda fase seria desde Setembro de 2011 ate a avaliação final em Abril de 2013.

1.2 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO FINAL

A Estratégia de Monitoramento e Avaliação do Secretariado do F-ODM e a Guia de Implementação do PC estabelecem que todos os Programas Conjuntos serão objeto de uma avaliação final independente.

Os Termos de Referencia da presente avaliação final (em Anexo II) estabelecem que a avaliação será focada em estimar os resultados de desenvolvimento atingidos e os possíveis impactos que podem vir a ser gerados pelo PC, o qual ira permitir a identificação de achados, boas práticas e recomendações para a programação conjunta de forma mais ampla, tanto em função de questões programáticas como também de questões operacionais.

Os objetivos específicos de esta avaliação final são os seguintes:

1. Medir ate que ponto o PC contribuiu para resolver as necessidades e os problemas de desenvolvimento identificados em seu projeto
2. Medir o grau de eficiência na implementação do PC por meio da comparação dos produtos e resultados atingidos vis-à-vis o que foi originalmente planejado o posteriormente revisto de forma oficial
3. Estimar em que medida o PC promoveu o desenvolvimento da sua população beneficiaria (indivíduos, comunidades, instituições, etc.).
4. Medir a contribuição do PC conforme os objetivos e resultados definidos, bem como em relação aos objetivos centrais do F-ODM em nível local e nacional (mais especificamente neste contexto, os ODMs e a Reforma das Nações Unidas).
5. Identificar e documentar as lições aprendidas e boas práticas em relação aos temas específicos da janela temática “Infância, Segurança Alimentar & Nutrição”, os ODMs e da Reforma das Nações Unidas, também com o objetivo de apoiar a sustentabilidade de PC, ou alguns de seus componentes, ao longo do tempo.

1.3 ENFOQUE E METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO

A avaliação forneceu informação baseada na evidencia, que é credível, confiável, útil, e de fácil compreensão para os atores do Programa. Uma vez concluída a avaliação, os resultados foram organizados em volta dos critérios de avaliação estabelecidos pela OCDE e internacionalmente aceites: pertinência, eficiência, eficácia e sustentabilidade.

O enfoque utilizado nesta avaliação é um enfoque misto, uma combinação de enfoque dedutivo e indutivo. Para avaliar os aspectos de eficácia e eficiência, se formularam umas hipóteses com base nas informações disponíveis antes da missão ao Brasil, que depois foram verificadas com as informações e testemunhas recolhidas durante a missão. Para medir o impacto e a sustentabilidade, foi utilizado um método mais indutivo, baseado na observação e investigação porque esta área de estudo é geralmente mais aberta e precisa de espaços para elementos não previstos no desenho inicial que surgiram durante as entrevistas e as visitas.

Os métodos utilizados para a coleta de informação são os seguintes:

- Revisão documental

Foi analisada toda a documentação disponível sobre o PC (relatórios programáticos, relatórios semestrais, planos de trabalho anuais para 2010, 2011 e 2012, avaliação de meio termo, plano de melhora, plano de monitoramento e avaliação e plano de comunicação bem como documentação específica das diversas atividades) e os documentos estratégicos do Governo e outras instituições nacionais que contribuam a enquadrar o PC no marco dos principais retos e prioridades nacionais. Durante a missão foram recolhidos e analisados livros e documentos produzidos pelo Programa. Lista de documentos consultados no Anexo III

- Entrevistas

O objetivo das entrevistas foi obter informação de primeira mão, dos atores envolvidos no PC, sobre o processo de implementação do Programa, as suas fortalezas e dificuldades, e corroborar as hipóteses formuladas. As entrevistas foram um instrumento muito útil para descobrir elementos do Programa que não tinham sido contemplados no relatório preliminar de avaliação. Realizaram-se entrevistas abertas e semiestruturadas, individuais e coletivas dependendo dos temas que precisavam ser abordados. Foram entrevistados um grande número de atores, incluindo representantes das instituições governamentais, da sociedade civil, das comunidades indígenas. Lista das pessoas entrevistadas no Anexo IV

- Participação nas oficinas de recopilação de boas práticas e na reunião do Comitê Gestor

Durante a missão, a avaliadora teve a oportunidade de participar nas oficinas de recopilação de boas práticas, organizadas nas duas áreas do PC. As oficinas tiveram lugar nos dias 3 de Abril em Dourados e no dia 16 de abril em Tabatinga. (Alto Rio Solimões). O objetivo das oficinas foi realizar uma reflexão conjunta sobre as boas praticas, histórias de sucesso, falhas principais, lições aprendidas e exemplos transferíveis nas áreas de implementação. Nestas oficinas participaram um grande numero de atores das diferentes comunidades envolvidas no PC e das instituições contrapartes. A participação da avaliadora nestas reuniões tem sido chave para conhecer de primeira mão, as melhores práticas segundo os próprios atores, as ações que deveriam ter sido feitas de maneira diferente, os problemas encontrados, as lições que se podem aprender e as praticas que podem ser utilizadas no futuro ao nível local e nacional.

Estas oficinas constituíram também uma grande oportunidade para encontrar e conversar com um grande número de atores envolvidos no PC. A avaliadora também participou da reunião do Comitê Gestor do PC para comentar as conclusões preliminares da avaliação e conhecer suas opiniões gerais sobre o Programa.

- Observação direta

Durante a missão de avaliação se visitaram um grande número das comunidades que participam no Programa tanto no município de Dourados como na região do Alto Rio Solimões. Durante estas visitas, a avaliadora teve a oportunidade de apreciar as dificuldades que apresenta o trabalho nestas áreas, especialmente em Alto Rio Solimões onde existem grandes problemas de acesso às comunidades que só pode ser de barco; de falar com os diferentes grupos de pessoas das comunidades indígenas participantes no PC (lideranças, mulheres, jovens, agentes indígenas de saúde...); observar seus meios de vida, as condições de saúde e nutrição de mulheres e crianças; bem como outros elementos que aportaram informações adicionais para a elaboração do presente relatório. Lista das comunidades visitadas no Anexo V.

1.4 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A principal limitação de esta avaliação tem sido a falta de tempo suficiente para poder entrevistar mais em profundidade a alguns atores chave. A avaliadora e a equipe responsável da organização do Programa da missão de avaliação decidiram visitar as duas áreas de intervenção do PC, Dourados e Alto Solimões, porque estas áreas apresentam problemáticas diferentes, foram implementadas diferentes atividades e conseguiram-se diferentes logros. Devido a enorme distância entre estas regiões (mais de três mil km), e as dificuldades de acesso à região de Alto Rio Solimões, o tempo em Brasília ficou limitado a um dia e meio, o qual não foi suficiente para poder entrevistar adequadamente a alguns atores.

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA CONJUNTO

2.1 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O Brasil alcançou um progresso considerável no que se refere às condições nutricionais e de saúde de sua população. Resultados da mais recente Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde publicada em 2008 (PNDS, 2006) ¹, mostram que houve uma melhora significativa no estado de saúde e nutrição das mulheres e crianças abaixo de cinco anos de idade, até em regiões em que tradicionalmente existiam altos níveis de desnutrição.

Embora o Brasil tenha tido um desempenho notável na redução da desnutrição, os indicadores nacionais encobrem desigualdades internas. Entre essas, as mais importantes são as desigualdades entre as regiões do país, entre zonas rurais e urbanas e entre grupos raciais. Na Região Norte, por exemplo, se registrou uma taxa de 15% de desnutrição crônica, desproporcional com o resto do país. Por outro lado, as taxas de desnutrição aguda não excederam 2% em nenhuma região do país, sugerindo que esta forma de desnutrição em crianças foi praticamente eliminada.

¹ BRASIL, Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher-2006, Brasília, 2008.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

No caso dos povos indígenas, a informação sobre as condições de vida e saúde de alguns grupos étnicos é insuficiente e de baixa qualidade; contudo, as informações disponíveis sugerem uma situação de fragmentação cultural, doenças e fome² decorrentes da perda de capacidade de autogestão e autonomia econômica. Por exemplo, uma análise da taxa de mortalidade infantil realizada em 2005 mostra que enquanto a média nacional era de 21,2 mortes por mil nascidos vivos, esta taxa era de 52,7/1000 nas comunidades indígenas (FUNASA, 2008)³. Ademais, nestas comunidades, a mortalidade nas crianças abaixo dos 5 anos de idade é relevante e envolve na maior parte dos casos a desnutrição como fator associado.

Neste contexto, as agências da ONU decidiram formular o Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” com o objetivo de contribuir para ao alcance dos resultados que o país obteve para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ao incluir os grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira. O presente projeto decidiu focar em duas regiões onde o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Direito Humano à Saúde (DHS) são comprometidos, conforme refletido nos indicadores de insegurança alimentar e de saúde. Essas regiões são o município de Dourados (Estado de Mato Grosso do Sul) e a região do Alto Rio Solimões no Estado do Amazonas.

O PC tem como objetivo geral contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis no município de Dourados e na região de Alto Rio Solimões. O Programa tem como eixo estrutural a ampliação do acesso a serviços e políticas públicas considerando os aspectos culturais e sociais da população alvo. Todas as atividades relacionadas com o incremento do fornecimento de serviços de segurança alimentar, nutrição e saúde são coordenadas por meio de ações de empoderamento dos povos indígenas. Por isso, há um conjunto de instituições públicas, universidades, entidades da sociedade civil, lideranças e organizações indígenas envolvidas na implementação das ações. As atividades do Programa incluem também o fortalecimento da capacidade institucional das entidades públicas e organizações indígenas para apoiar o estabelecimento de redes inter-setoriais e a participação social. A ação integrada e participativa entre as autoridades públicas e os Povos Indígenas está presente na implementação direta das ações e nos fóruns de controle social.

As ações identificadas no PC atendem demandas das comunidades e prioridades estabelecidas nos Programas governamentais do Brasil, bem como desafios identificados durante a realização das atividades, sem perder de foco a contribuição ao País para o alcance dos ODM, especialmente, na redução da fome e das taxas de mortalidade infantil.

O PC articula-se nos seguintes cinco eixos de atuação:

- Fortalecimento Institucional
- Empoderamento Comunitário
- Produção de material culturalmente adaptado
- Disseminação de boas práticas e
- Gestão, avaliação e monitoramento.

O PC tem sido implementado a través de um conjunto dos seguintes 3 resultados e 13 produtos:

² INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos. Mapa da Fome entre os Povos Indígenas no Brasil II, Brasília, 1995

³ FUNASA, Depto. de Saúde Indígena – DESAI. Projeto VIGISUS II. Dados e Indicadores Seleccionados, Brasília, 2008

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Resultados e Produtos do PC	
1. Melhora da SAN das crianças e mulheres na região de Alto Solimões (Amazonas) e no município de Dourados	1.1. Crianças e mulheres indígenas com amplo acesso a políticas de saúde pública baseadas na etnicidade e cultura dos povos indígenas. 1.2. Profissionais e gestores de saúde, professores, mulheres (particularmente gestantes), lideranças indígenas e curandeiros tradicionais compartilhando uma série de conhecimentos e práticas de cuidados da criança. 1.3. Incremento da produção, do acesso e do consumo de alimentos saudáveis baseado na etnicidade e cultura dos povos indígenas. 1.4. Sistemas de Produção dos Povos Indígenas reconhecidos e sistematizados desde a perspectiva da agrobiodiversidade e proteção e apreciação da cultura indígena na região do Programa.
2. Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções.	2.1. Líderes e Organizações Indígenas informados e fortalecidos para exigir o seu direito humano à alimentação adequada e à saúde no contexto das políticas públicas. 2.2. Segurança alimentar e nutricional discutida, promovida e disseminada pelos jovens. 2.3. Fortalecimento da participação social das mulheres indígenas. 2.4. Instituições públicas e gestores locais fortalecidos e capacitados em suas funções de promover, respeitar, proteger e providenciar os direitos humanos dos Povos Indígenas, particularmente os direitos das crianças e mulheres.
3. Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados	3.1. Diagnóstico da situação (linha de base) da segurança alimentar e nutricional (SAN) dos povos Indígenas na região do Rio Alto Solimões (AM) e o município de Dourados (MS) produzido. 3.2. Diagnóstico (linha de base) do grau de realização dos direitos humanos das crianças e mulheres indígenas na região do Programa. 3.3. Plano de trabalho plurianual para promover a segurança alimentar e nutricional, visando à redução da vulnerabilidade de crianças, adolescentes e mulheres indígenas. 3.4. Fortalecimento da vigilância sanitária e nutricional Indígena 3.5. Indicadores monitorados, lições aprendidas e boas práticas registradas, analisadas, documentadas e disseminadas no âmbito nacional e internacional visando especialmente ao fortalecimento da cooperação Sul-Sul.

Figura 1: Resultados e produtos do PC

O PC tem um orçamento de seis milhões de dólares, distribuídos entre as 5 agências da ONU. A distribuição do orçamento por agência é a seguinte:

Agência	Orçamento	% do total
OPAS	2.185.308	36,42
UNICEF	1.118.424	18,64
FAO	994.548	16,58
PNUD	885.008	14,75
OIT	816.712	13,61
Total	6.000.000	100

Figura 2: Orçamento por agência

O 52.24 % do orçamento total do PC está alocado à implementação das atividades planejadas para atingir o Resultado 1; o 27.67% às atividades do Resultado 2; e o 20.09% às atividades do Resultado 3.

2.2 MODELOS DE GESTÃO

As cinco agências das Nações Unidas (OPAS, UNICEF, PNUD, FAO E OIT) que participam no PC ficaram responsáveis da execução direta do mesmo, através de contratos e cartas de acordo com instituições especializadas. Estas agências deviam atuar em estreita colaboração com as contrapartes governamentais a nível nacional e local.

Inicialmente as contrapartes governamentais a nível nacional foram as seguintes:

- ABC - Agência Brasileira de Cooperação
- FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
- FUNAI - Fundação Nacional do Índio
- MS - Ministério da Saúde
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Em 2010, a FUNASA tem sofrido um processo de reestruturação passando a ser a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) integrada no Ministério da Saúde.

No segundo semestre de 2010 foram identificados novos parceiros a nível nacional com o objetivo de propiciar melhor integração entre as políticas públicas e o PC. Estes novos parceiros são os seguintes:

- Ministério do Meio Ambiente, por meio do Programa Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir da Companhia Nacional de Abastecimento, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
- Ministério da Educação, a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

No nível local, estava previsto que o PC atuara em coordenação com instituições públicas, organizações da sociedade civil e universidades. Atualmente a lista de interlocutores locais nas duas regiões de intervenção é muito extensa e variada. Lista no Anexo VI

Os mecanismos de gestão e coordenação estabelecidos para garantir a eficiência e efetividade na implementação do PC estavam baseados nos documentos de orientação do MDG-F.

No nível das agências das Nações Unidas, OPAS e UNICEF foram nomeadas responsáveis da coordenação técnica do PC, garantindo que o plano de trabalho fosse de comum acordo e que os produtos, as atividades e os resultados planejados fossem alcançados. Mais especificamente, a UNICEF ficou responsável da organização de reuniões técnicas conforme a necessidade do Programa, maximizando as complementaridades e sinergias entre as agências, enquanto a OPAS ficou a garantir o monitoramento das atividades e a preparação e apresentação de um relatório anual sobre o Programa Conjunto, bem como relatórios semestrais ao escritório do F-ODM em Nova Iorque. Não há divisão de tarefas por região com o intuito de possibilitar maior integração entre as agências.

As agências participantes tinham a responsabilidade do alcance dos resultados e produtos definidos no PRODOC e da elaboração de relatórios financeiros anuais. Cada agência nominou um ponto focal para o PC, responsável pela execução das atividades e da coordenação com os parceiros e com os outros pontos focais.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Sob a liderança do Coordenador Residente das Nações Unidas no Brasil, responsável da coordenação global do PC, se estabeleceram os seguintes comitês para a supervisão e implementação das atividades:

- O Comitê Diretivo Nacional (CDN) do MDG-F: responsável da supervisão geral e de providenciar orientação estratégica ao PC. O CDN esta composto pelo Governo Brasileiro, pelo Sistema das Nações Unidas e o Governo Espanhol. As agências implementadoras e os parceiros nacionais do Programa tinham a possibilidades de participar no Comitê na qualidade de observadores.
- O Comitê Gestor do Programa Conjunto (CGPC): composto pelas cinco agências da ONU participantes (UNICEF, OPAS, PNUD, OIT e FAO) e pelos pontos focais das instituições governamentais envolvidas na implementação do PC: a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, como contraparte principal, a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (atualmente SESAI), o Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O Comitê se devia reunir trimestralmente, mais também quando fosse necessário discutir o progresso do Programa e monitorar as questões operacionais, técnicas e financeiras.

Segundo o PRODOC deveria ter sido criada uma Unidade Executiva (UE), estabelecida em Brasília, sob a supervisão direta da OPAS, para apoiar a implementação do projeto em geral. Esta UE estaria composta por um coordenador técnico responsável da articulação dos produtos do CP entre as agências do SNU e de apoiar a execução e o monitoramento global das atividades, um assistente de projeto para apoiar o coordenador técnico, e um técnico de monitoramento e outro financeiro contratados para elaborar produtos concretos.

Estava também prevista a criação de duas Unidades Executivas Locais (UEL), situadas em Tabatinga (região de Alto Rio Solimões) e Dourados, para garantir a participação integral de todos os atores na implementação do Programa. Nestas UEL seriam envolvidos comitês locais nas duas áreas, incluindo representantes de Governos Estaduais/Municipais, o setor acadêmico, a Sociedade Civil e os Povos Indígenas. Segundo o PRODOC, no município de Dourados o envolvimento destes atores seria facilitado pelo Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas da Grande Dourados⁴. Em quanto á região de Alto Rio Solimões, o comitê local deveria ser criado com a participação das comunidades indígenas⁵.

Ao inicio do Programa, o Comitê Gestor decidiu que os comitês locais seriam os responsáveis de apoiar a implementação do PC nas duas áreas de intervenção. No nível central, foi decidido não criar a UE devido a que as agencias lideres junto com os pontos focais formariam uma estrutura inter-setorial que seria responsável da implementação do PC em Brasília.

Em termos financeiros, e conforme previsto nas diretrizes do F-ODM, o PNUD é o Agente Administrativo que libera os recursos diretamente às sedes das agencias participantes, que por sua vez transferem os recursos aos seus escritórios locais. Cada agência assume a total responsabilidade programática e financeira pelos recursos que lhes são

⁴ Comitê criado pelo Governo em 2007 como um espaço de articulação das políticas publicas do Estado Brasileiro, para as populações indígenas Guarani e Kaiowá da região, com ações de combate a miséria de garantia de acesso a direitos básicos desta população. O Comitê foi reinstalado em novembro de 2010, e tem mantido 3 reuniões entre 2011 e 2012.

⁵ Conforme acordado durante a reunião de pré-consulta aos povos indígenas em Manaus, as Comunidades Indígenas de Alto Solimões deveriam contribuir na definição do formato, da composição, dos objetivos e do modus operandi deste comitê.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

disponibilizados pelo Agente Administrativo, e pode decidir sobre o processo de execução com seus parceiros e contrapartes seguindo os regulamentos e regras da sua própria organização.

3. NÍVEIS DE ANALISE

A avaliação esta estruturada em três níveis de análise que incluem os cinco critérios: pertinência, apropriação, eficiência, eficácia e sustentabilidade:

Nível de desenho: A avaliação revisou a relevância do desenho do Programa e sua estratégia de intervenção. Analisou-se em que medida os objetivos do Programa são consistentes com as necessidades e interesse dos povos indígenas e das contrapartes institucionais, bem como com as prioridades nacionais, os ODM, o UNDAF, e as políticas do doador.

Neste nível, a avaliação revisou também a participação dos atores, e a apropriação e liderança no processo de desenho. Também se realizou o análise dos problemas e atividades para determinar sua contribuição no logro dos resultados esperados. Por ultimo, se revisaram as recomendações da avaliação de meio termo e se valorou se estas tinham sido implementadas.

Nível de processo: Se avaliou a eficiência do modelo de gestão do PC. Em concreto, se analisou em que medida os insumos e recursos tem contribuído ao logro dos resultados, a coordenação entre os atores, o valor agregado o do trabalho inter-sectorial e inter-agencia, o progresso do PC em termos financeiros, e o mecanismo de monitoramento e avaliação estabelecido. Também se valorou a participação, apropriação e liderança dos atores institucionais e das comunidades indígenas no processo de implementação.

Nível de resultados: Neste nível se avaliou a eficácia do Programa em atingir os resultados esperados, como foram enunciados no PRODOC. Esta avaliação inclui a revisão dos logros obtidos, bem como alguns aspectos que poderiam ter melhorado seu impacto. Analisou-se também a estratégia de comunicação e advocacy como um eixo transversal a todas as ações desenvolvidas pelo Programa, e sua contribuição a alcançar com mais sucesso os resultados previstos e lograr que uma maior eficácia do Programa. Este nível inclui também a sustentabilidade dos resultados obtidos e explora a probabilidade de que estes continuem no longo prazo, e se as ações realizadas podem ser replicadas a nível local o nacional.

3.1 NÍVEL DE DESENHO: PERTINÊNCIA

O PC visa garantir a segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis em duas áreas indígenas onde o Direito Humano a uma Alimentação Adequada e o Direito Humano á Saúde estão comprometidos. Este objetivo considera-se muito pertinente e coerente com as iniciativas do Governo brasileiro de melhorar as políticas públicas direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do dialogo com suas lideranças e organizações e o aumento gradual de investimento visando à realização progressiva dos direitos humanos dos povos indígenas. O objetivo geral do PC foi identificado durante o processo de desenho do Programa em colaboração com diferentes setores e esferas do governo e apos as consultas com as lideranças indígenas.

O PC alinha-se adequadamente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e contribui especificamente na redução da fome (ODM1) e das taxas de mortalidade infantil

(ODM 4), embora a situação melhorou muito nos últimos anos tendo conseguido alcançar as metas estabelecida nos ODM⁶.

O Programa é coerente e está bem alinhado com as prioridades do UNDAF 2012-2015, em particular O PC esta orientado à redução das desigualdades de raça e etnia na consecução dos ODM, que constitui uma das quatro principais prioridades da UNDAF.

O PC é também pertinente com os objetivos da Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição” do F-ODM. Além disso, o objetivo do PC é consistente com a Estratégia de Luta Contra a Fome do doador (AECID- Cooperação Espanhola).

Pertinência da estratégia de intervenção

O PC tem definida uma estratégia de intervenção muito participativa e adequada às atividades planejadas e resultados se pretendiam alcançar. O desenvolvimento de ações dirigidas a melhorar e aumentar o acesso dos povos indígenas aos serviços e políticas públicas tem estado acompanhado pelo empoderamento das lideranças e comunidades indígenas e o fortalecimento institucional. O trabalho inter-setorial para abordar a problemática de insegurança alimentar ligado ao empoderamento das comunidades indígenas e o fortalecimento das instituições públicas é uma experiência piloto muito interessante que as instituições governamentais poderiam considerar como referência para trabalhar em outras áreas indígenas.

Seleção das áreas de intervenção

O município de Dourados no Mato Grosso Sul e a região do Alto Rio Solimões no Estado de Amazonas são duas áreas indígenas muito distantes entre si (mais de 3.000 km) com realidades e problemáticas muito diferentes. As etnias predominantes nestas duas áreas são a Guaraní-Kaiowa em Dourados e a Ticuna em Alto Rio Solimões.

A seleção destas duas regiões para a intervenção do PC respondeu a vários fatores: os indicadores nutricionais, as características das duas etnias (as mais povoadas, de uma grande vulnerabilidade, transfronteiriças e localizadas em áreas facilmente acessíveis), para além de existir interesse de contar com elementos de comparação que permitam extrapolar as lições aprendidas desta experiência para outras áreas indígenas no Brasil. Contudo a logística tem sido complicada e os custos de transporte muito elevados. Na região de Alto



⁶ A meta da ONU de reduzir a fome até 2015 à metade do que era em 1990 foi alcançada pelo Brasil em 2002.

A taxa de mortalidade infantil (menores de 1 ano) por mil nascidos vivos passou de 29,7, em 2000, pra 15,6, em 2010 (menor que a meta prevista para 2015 que era de 15,7 por mil nascidos vivos). A taxa de mortalidade das crianças abaixo de cinco anos apresentou queda de 65% entre 1990 e 2010, passando de 53,7 para 19 óbitos por mil nascidos vivos

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Rio Solimões, o PC atuou em 3 municípios: Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, e no Mato Grosso Sul, unicamente no Município de Dourados, nas aldeias de Umariçu II e Panambizinho. Os dados populacionais destes municípios são os seguintes:

Amazonas - Alto Rio Solimões

• Benjamin Constant

População total: 33.411
População indígena: 10.383

• Tabatinga

População total: 52.272
População indígena: 16.592

• São Paulo de Olivença

População total: 31.422
População indígena: 13.414

Mato Grosso do Sul

• Dourados

População total: 196.035
População indígena: 13.101

Fontes: Censo 2010 do IBGE e SIASI 2012

Os planos de trabalho anuais de 2010 e 2011 definiram as mesmas ações e o mesmo calendário para as duas áreas quando, como já foi dito, as realidades e problemáticas são muito diferentes. Uma das recomendações da avaliação de meio-termo foi desagregar o plano de trabalho e orçamento para as duas zonas, o que foi feito em 2012.

Participação e Apropriação do processo

O PC foi desenhado pelas agências da ONU com uma leve participação das instituições governamentais do nível nacional, e sem uma real participação dos atores locais. Nas reuniões realizadas com as agências, vários entrevistados manifestaram que não foi possível um maior envolvimento dos atores locais no processo de desenho do Programa devido à falta de tempo. Segundo estes atores, o tempo alocado pelo Secretariado do F-ODM para a elaboração do PRODOC foi muito curto e, pelo tanto, foi impossível organizar oficinas para identificar junto com os povos indígenas e as instituições locais, as causas da sua insegurança alimentar e as melhores estratégias para abordá-las.

No nível nacional, na altura do desenho de Programa as contrapartes governamentais diretamente relacionadas com os povos indígenas (FUNAI e FUNASA) encontravam-se imersas em importantes processos de reestruturação interna pelo que se viu limitada sua participação.

No nível local, se realizaram reuniões de consulta com uma alta participação de funcionários do governo estadual, gestores municipais e estaduais, lideranças indígenas, e universidades para apresentar os objetivos e atividades do Programa definidos previamente no nível central. O Programa foi bem recebido pelos atores locais que enfatizaram a importância de envolver, de maneira ativa e informada, aos povos indígenas nas atividades desde o início. Contudo, não foi realizado um levantamento prévio dos problemas, necessidades e interesses dos povos indígenas nas duas regiões selecionadas para poder definir adequadamente as atividades e produtos do Programa, e dar uma maior coerência interna ao mesmo. Também não foram identificadas as contrapartes locais para a implementação das atividades definidas no nível central. Pode-se concluir que não houve uma verdadeira participação dos atores locais no desenho do PC e como consequência, a apropriação do processo foi muito limitada.

Análise dos problemas

Devido ao caráter multidimensional da segurança alimentar e nutricional, a vulnerabilidade alimentar dos povos indígenas pode ser devidos a varias causas que devem ser abordadas no seu conjunto. Como resultado da falta de envolvimento dos atores locais no processo de formulação, o Programa priorizou as áreas de saúde e a nutrição, embora que sejam áreas que requerem uma atenção continuada, não representam o problema mais grave que enfrenta os povos indígenas nas áreas de intervenção. Segundo as informações recebidas durante as entrevistas realizadas com profissionais da saúde das duas áreas de intervenção, a situação de saúde e nutrição não representam um grave problema para estas comunidades indígenas onde a prevalência de crianças com baixo peso é menor de 6 % em Dourados e de 16 % em Alto Rio Solimões. Além disso, foi verificado durante a visita que os serviços de saúde indígena têm capacidade conseguem dar um atendimento adequadamente a estas crianças, embora possa precisam de mais capacitações e materiais.

O problema principal, segundo os próprios interessados, esta relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis (produção agrícola e atividades geradoras de renda) para além de outros problemas de índole social, especialmente os problemas com os jovens. Como foi sublinhado na avaliação de meio termo, os problemas são comuns nas duas áreas mais tem características diferentes. Em Dourados, os problemas estão relacionados com a de falta de terra, a degradação ambiental, a precariedade do emprego e o preconceito da população não indígena; em quanto no Alto Solimões, os problemas se referem mais à falta de diversidade na produção agrícola, o elevado custo do escoamento para o mercado ou a diminuição da pesca e animais de caça.

Com o objetivo de incluir no Programa as demandas dos povos indígenas, foram incluídos no PRODOC alguns diagnósticos, como a organização de oficinas para o levantamento de demandas em saúde, segurança alimentar e nutrição e os etnomapeamentos com o intuito de alinhar as atividades previstas nos planos de trabalho do PC com os problemas reais da população. Não obstante, o levantamento de demandas e os etnomapeamentos não foi uma das primeiras atividades realizadas no marco do Programa e os resultados de estes diagnósticos não foram utilizados para realizar modificações nas atividades previstas para abordar com maior ênfase a principal causa da insegurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas.

A falta de participação dos atores locais no desenho do PC tem contribuído á limitada apropriação do processo de implementação no nível local

Desenho das atividades

Em relação com as atividades do Programa, como foi apontado na avaliação de meio termo, existem alguns elementos que valem a pena destacar. Em primeiro lugar, considerando que não foi feito um diagnostico prévio das causas de insegurança alimentar das comunidades participantes no PC, as atividades foram definidas de forma muito vaga e aberta para poder dar opção a responder a novas demandas.

Em segundo lugar, algumas atividades estão mais relacionadas com os objetivos e experiência das agências da ONU que com as realidades dos povos indígenas. Existe também um desequilíbrio entre a relevância e prioridade outorgada as diferentes

atividades e os recursos alocados. Sendo uma dos resultados mais relevantes do PC o fortalecimento institucional e o reforço das capacidades com o intuito de melhorar e aumentar o acesso dos povos indígenas às políticas públicas, as atividades e recursos alocados para este fim são mínimos.

Por ultimo, o Programa consta de um elevado numero de atividades e produtos que não sempre são coerentes entre si nem com os resultados que se pretende alcançar. Em ocasiões, parece como se cada agência tivesse definido as suas atividades sem procurar sinergias nem complementaridades com as outras agencias, o que não contribui á lógica do Programa conjunto.

Revisão do Programa: Avaliação de meio termo

A principal recomendação da avaliação de meio termo, realizada em agosto de 2011, foi a realização de uma revisão em profundidade do PC respeito da sua formulação no PRODOC com três objetivos principais: 1) alinhar as atividades com as demandas e necessidades apresentadas pelas comunidades indígenas nos diagnósticos realizados no marco do Programa, 2) melhorar a coerência e consistência das atividades para lograr resultados mais sustentáveis, e 3) revisar as estratégias operacionais, de modo que permitiram uma maior consolidação dos planos locais e, conseqüentemente, a identificação mais clara dos resultados alcançados pelo PC. As agencias da ONU consideraram que a focalização na área de saúde e nutrição continuava sendo um tema prioritário e que para os temas de geração de renda se elaboraria uma ação de fortalecimento transversal. Também consideraram que a revisão do Programa era tecnicamente improcedente, pois o se encontrava na metade de sua implementação e seriam necessários recursos financeiros que já estavam alocados a outras atividades. Por estes motivos a revisão não foi feita mais foi elaborado um Plano de Melhora que incluía algumas ações que deveriam ser implementadas em relação com outras recomendações da avaliação. E importante sublinhar que o Plano de Melhora foi concluído 7 meses depois da avaliação de meio termo (Fevereiro de 2012) e as medidas adotadas foram implementadas superficialmente sem a rigorosidade necessária, pois não receberam os recursos nem a atenção requerida. Referencias as recomendações e à implementação das medidas propostas no plano serão feitas nas diferentes seções do presente relatório.

3.2 NIVEL DE PROCESSO: EFICIÊNCIA

Nesta secção se apresentam as conclusões sobre a eficiência do Programa, o que constitui uma medida da produtividade do processo de implementação. A eficiência mede se os logros alcançados se devem à utilização eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros do Programa. O analise se focaliza principalmente no modelo de gestão, os mecanismos de coordenação inter-agencial e interinstitucional, a execução financeira, a eficácia do modelo de monitoramento e avaliação e o nível de apropriação dos processos pela parte dos beneficiários e parceiros locais e nacionais.

MODELO DE GESTÃO

O PC tem contado com os recursos humanos, financeiros e técnicos necessários para uma gestão eficiente. Em termos de recursos humanos, cada agencia da ONU contratou um ponto focal responsável das atividades de sua agencia e da coordenação inter-agencial. Os pontos focais das cinco agencias da ONU mostraram uma grande capacidade técnica e um alto nível de compromisso, e fizeram um grande esforço para definir atividades coerentes com os resultados esperados, melhorar a coordenação e procurar sinergias entre as diferentes ações. Sem embargo, o desempenho das suas funções variou muito de uma

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

agencia a outra. Alguns passaram muito tempo no terreno em quanto outros só realizaram visitas pontuais no momento de alguma atividade concreta. Alguns dedicavam o tempo inteiro ao PC em quanto outros dedicavam uma parte considerável a outras funções de sua agencia. Alguns tinham experiência de trabalho com povos indígenas e para outros era a primeira vez, pelo que a implementação das atividades foi mais difícil e demorada.

Durante a primeira fase, não foram criadas as estruturas de gestão previstas no PRODOC; nem a Unidade Executiva em Brasília para apoiar a implementação geral do projeto, que estaria formada por um Coordenador e um assistente; nem as duas Unidades Executivas Locais (UEL), situadas em Tabatinga (região de Alto Rio Solimões) e Dourados, responsáveis da coordenação das atividades no nível local e de garantir a participação integral de todos os atores na implementação do Programa. Cada UEL deveria ter contado com a presença de um ponto focal do Programa.

Seguindo as recomendações da avaliação de meio termo, na segunda fase do PC foram contratados o Coordenador Geral e dois pontos focais para as duas áreas de intervenção. Contudo, estes contratos não foram realizados com a celeridade recomendada, pois apenas foram contratados em maio e abril de 2012 respectivamente.

A partir do mês de Maio de 2012, o Coordenador Geral assumiu as suas funções de coordenação e monitoramento, que tinham sido desempenhadas ate esse momento pelas agencias lideres, OPAS e UNICEF. As tarefas relacionadas com a articulação e dinamização das atividades entre as agencias, a difusão das boas praticas, a elaboração de relatórios de qualidade, assim como a supervisão e acompanhamento das atividades melhoraram significativamente. Porém, a função do Coordenador ficou limitada a reuniões, visitas e relatórios, e as suas iniciativas e propostas de melhorar a articulação e coerência do Programa não foram, em geral, bem acolhidas pelas agencias lideres impedindo o sua verdadeira liderança. Por exemplo, não foi aceite a iniciativa de criar um comitê editorial inter-agencial para a edição homogênea de todos os materiais do PC independentemente da agencia responsável do produto, mesmo a proposta de elaborar um logo do Programa para dar uma imagem de unidade foi aceite com reticência, e de fato, não esta a ser utilizado por algumas agencias. Também não foi aceite a sugestão de reativar os comitês de governança locais para facilitar a comunicação com as lideranças indígenas para o desenvolvimento das atividades previstas no PC e garantir assim a sustentabilidade das atividades.

Os pontos focais de Dourados e Alto Solimões não conseguiram ter o papel articulador esperado nas áreas de intervenção. De uma parte, não foram inseridas adequadamente nas instituições contraparte locais, e também não foram suficientemente informados sobre as particularidades do PC nem sobre a sua tarefa articuladora. De outra parte, foram contratadas muito tarde quando a maioria das atividades estava avançada e algumas agencias nunca procuraram do seu apoio. O trabalho dos pontos focais ficou mais ligado á agencia contratante da ONU (à OPAS no caso de Dourados e à UNICEF em Alto Rio Solimões) que á articulação inter-agencial no terreno. No caso de Alto Solimões, a ponto focal foi inserida na FUNAI (inicialmente não foi apresentada oficialmente à FUNAI local pelo que a integração levou algum tempo). A ponto focal mostrou um grande interesse pelo trabalho com povos indígenas e uma grande capacidade para trabalhar de forma independente pelo que conseguiu atingir bons resultados. A FUNAI desta região reconhece que tanto a fluxo de informação sobre o PC como a articulação com os parceiros melhorou significativamente com a chegada da ponto focal.

No caso de Dourados, a situação foi diferente. Os termos de referencia da consultora estavam quase exclusivamente relacionados com a área de saúde e nutrição e com o apoio

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

às atividades da OPAS, sem nenhuma referencia ao papel articulador que deveria ter desempenhado. A ponto focal não morava em Dourados, tinha uma experiência limitada de trabalho com povos indígenas, não foi integrada em nenhuma instituição e não tinha um local de trabalho pelo que não alcançou grandes logros. Em ambos os casos os relatórios mensais que elaboravam eram encaminhados unicamente a agência contratante (OPAS e UNICEF) e não eram compartilhados com o Coordenador nem com as outras agências.

Em relação com os comitês estabelecidos para a supervisão e implementação do Programa, se destacam os seguintes aspectos:

- O Comitê Diretivo Nacional (CDN) do MDG-F: responsável da supervisão geral dos 3 Programas Conjuntos do Brasil, com o como objetivo de providenciar orientação estratégica a estes programas. O CDN, presidido pelo Diretor da ABC, tem estado composto por representantes do Governo brasileiro, do Sistema das Nações Unidas e do Governo Espanhol. As agências implementadoras e os parceiros nacionais do Programa podiam participar no Comitê mais na qualidade de observadores. Devido à dificuldade de compaginar as agendas dos membros do Comitê e a falta de foco estratégico de algumas reuniões, a ABC sugeriu adotar a “modalidade de decisões ad hoc do CDN” o que foi aceite pelo F-ODM. O novo enfoque permitiu adotar decisões estratégicas de uma maneira mais fácil e rápida.
- O Comitê Gestor se tem reunido com mais frequência do estipulado no PRODOC para tratar assuntos relacionados com a implementação do Programa. Nestas reuniões participavam os pontos focais das agências da ONU, representantes da FUNAI e SESA (algumas vezes participavam também representantes das outras instituições governamentais envolvidas no PC) e um representante da Cooperação Espanhola (AECID). Na segunda fase do PC, as reuniões foram mensais e foram lideradas pelo Coordenador. Nestas reuniões cada agência apresentava o seu programa de trabalho mensal para procurar sinergias entre as atividades das agências e discutir assuntos de interesse comum.

No PRODOC estava previsto a criação de comitês de governança locais para facilitar a comunicação com os atores locais para o desenvolvimento das atividades previstas no PC, e garantir a sua sustentabilidade. Na primeira fase do PC, os comitês não funcionaram devido tanto à ausência de uma figura de liderança no nível local que coordenasse as atividades e ações previstas como a falta de compreensão dos objetivos do PC por parte dos atores locais e à falta de tempo de estes atores para participar ativamente nas atividades.

A avaliação de meio termo sublinhou o interesse dos atores locais de criar ou fortalecer um espaço inter-setorial não só para acompanhar as atividades do PC mais também para refletir e analisar coletivamente temas transversais que afetam a segurança alimentar dos povos indígenas nas duas regiões do PC. A avaliação recomendou estudar a opção de utilizar o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Grande Dourados e reforçar o Comitê Regional da FUNAI em Alto Rio Solimões para que atuassem como espaços inter-setoriais de análise e reflexão das questões relacionadas com a segurança alimentar dos povos indígenas. As agências da ONU concordaram com a recomendação, e decidiram integrar o PC com o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Grande Dourados e Comitê Regional da FUNAI em Alto Rio Solimões assim como estabelecer parcerias com os CONSEAs (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) nos níveis locais, o que foi feito como se vera na seguinte seção do presente relatório.

Em relação com o Comitê Gestor de Ações Indigenistas Integradas do Grande Dourados, o Comitê tem funcionado de maneira muito incipiente durante o período de implementação do PC. Foram feitas algumas reuniões onde os diferentes ministérios apresentaram as ações que estavam a executar em termos de políticas indigenistas, mas não houve um planejamento conjunto estratégico para a Região da Grande Dourados. O PC tem participado nestas reuniões, e se obtiveram alguns resultados práticos como o edital do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Em relação com o Comitê Regional da FUNAI em Alto Rio Solimões, o Comitê tem começado a realizar reuniões periódicas como objetivo de definir diretrizes e ações do planejamento, e prestar contas/avaliar as ações da FUNAI. O PC não tem participado nestas reuniões, em parte porque a área de abrangência do Comitê é muito maior (15 municípios) do que a área de abrangência do PC.

TRABAJO INTERSECTORIAL E INTERAGENCIAL

A implementação do PC tem constituído um processo de aprendizagem complexo para as instituições governamentais e para as agências da ONU devido ao seu caráter multi-setorial e inter-agencial. Esta experiência tem representado dois grandes desafios: o alinhamento e trabalho conjunto com as contrapartes institucionais, e o trabalho conjunto entre as agências da ONU para a execução das ações.

Respeito ao primeiro reto, o trabalho conjunto entre as agências da ONU e as suas contrapartes institucionais, se destaca o bom relacionamento, dialogo, e colaboração entre as instituições, mais se deve sublinhar que o Programa foi liderado desde o inicio pelas agências da ONU. As instituições governamentais limitaram seu papel ao acompanhamento das atividades, contribuindo com conhecimentos e recursos logísticos e financeiros, que foram essenciais para a implementação do PC. Contudo não houve um verdadeiro envolvimento destas instituições no desenho, planejamento de planos de trabalho, implementação das atividades nem no monitoramento do Programa. Este fato se deve a vários fatores, entre os que destacam:

Na fase do desenho do PC:

- Como já foi mencionado, as principais instituições governamentais ligadas ao PC, a FUNAI e a SESAI, atravessaram um processo de reestruturação durante a fase de desenho pelo que o seu envolvimento foi bastante limitado.
- No nível local e devido à limitada participação no processo de desenho, existia uma grande falta de compreensão dos objetivos do PC e das suas potencialidades pelo que os atores locais consideram o PC como um Programa da ONU.

Na fase de implementação:

- Durante os três anos de implementação teve lugar uma grande rotação do pessoal das instituições envolvidas, tanto ao nível central como local.
- As instituições governamentais não envolveram às agências da ONU na elaboração dos seus planos regionais o que poderia ter sido uma excelente oportunidade para identificar lacunas e complementá-las com as atividades do Programa.
- Na SESAI em Alto Solimões teve lugar uma intervenção em 2012 pelo que as atividades ficaram paralisadas durante vários meses.
- A FUNAI tem falta de estrutura e pessoal, especialmente em Dourados, para poder dar suporte e acompanhamento às ações do Programa.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

As agências da ONU, pela sua parte, tinham uma agenda muito apertada para poder realizar todas as atividades previstas no PRODOC para conseguir atingir os resultados esperados em um período de apenas três anos. Por este motivo, o PC começou a ser implementado sem que os atores institucionais ficassem verdadeiramente envolvidos. Algumas agências trabalharam muito de perto com as suas contrapartes em quanto outras trabalharam de forma muito mais independente. Os pontos focais das agências da ONU ficaram em Brasília, o que não facilitou uma comunicação fluida com as contrapartes locais. As agências da ONU também elaboraram seus planos de trabalho anuais sem a participação das instituições contrapartes pelo que as sugestões e necessidades destas instituições não foram tidas em conta.

Tanto a FUNAI como a SESAI reconhecem a importância do Programa como experiência piloto de trabalho interinstitucional e inter-setorial. Reconhecem também que o PC teve muitos aspectos positivos, como o fortalecimento de capacidades realizado pelo PC num momento que as instituições não tinham capacidade nem recursos, ou as boas práticas que estão sendo sistematizadas e documentadas para poder ser replicadas em outras áreas indígenas. Sem embargo, consideram que as agências da ONU não sempre aceitaram suas sugestões e orientações, baseadas no seu conhecimento dos povos indígenas, e como resultado algumas instituições em determinadas situações decidiram não interferir e afastar-se do Programa.

Respeito ao trabalho conjunto entre as agências da ONU, a avaliadora constatou que, embora a coordenação melhorou na segunda fase do Programa, o estabelecimento de sinergias e o sentido de corresponsabilidade continuaram sendo muito limitados. Varias são as causas identificadas:

Na fase do desenho do PC:

- O desenho do Programa carece de um enfoque integral. Cada agência ficou responsável de lograr determinados produtos a través da implementação de algumas atividades, e nos casos que se definiram atividades de diferentes agências para lograr um mesmo resultado, estas foram concebidas de forma independente e sem procurar complementaridade.
- O PC teve um modelo de gestão administrativa e financeira que limitou consideravelmente o trabalho conjunto das agências. Cada agência ficou responsável de administrar os fundos que lhe foram alocados para a implementação das atividades seguindo os seus regulamentos internos e procedimentos estabelecidos, que em muitos casos, eram muito diferentes de uma agência a outra.

Na fase de implementação:

- O modelo de gestão administrativa e financeira não facilitou a realização de modificações no Programa segundo foi recomendado pela avaliação de meio termo. Cada agência tinha alocado um orçamento e um plano de trabalho, e não foi possível realocar os fundos uma vez que tem sido recebidos nas sedes das agências. Só foram realocados alguns fundos para a contratação do Coordenador.
- O modelo de gestão administrativa e financeira também impediu, em alguns casos, a realização de atividades conjuntas pela falta de uniformidade e flexibilidades dos procedimentos entre as agências. Uma das dificuldades encontradas reside na impossibilidade de co-financiar uma atividade por duas ou mais agências da ONU, o que contribuiria á lógica dos Programas Conjuntos. Por uma parte, não é possível transferir fundos de uma agência a outra, e por outra, cada agência segue processos diferentes com tempos diferentes, e todas exigem ter o contrato assinado com a instituição provedora do serviço. Estes problemas administrativos têm causado

atrasos e duplicação de esforços e recursos. Por exemplo, a oficina final de apresentação das boas práticas do Programa, que terá lugar depois da presente avaliação, vai ser co-financiada por varias agencias. No momento da avaliação uma das agencias participantes nesta atividade, seguindo os seu regulamento interno, estava no processo de encerrar a contabilidade do Programa porque este processo tem que ser realizado dois meses antes da finalização do PC, pelo que as despesas de esta atividade tinham que ser feitas antes que a atividade tivesse lugar.

- Como já foi mencionado, a coordenação entre as agencias melhorou na segunda fase do Programa, contudo, não se realizou o planejamento conjunto das atividades. Em geral, cada agencia realizava seu planejamento de forma independente, e na reunião mensal do Comitê Gestor se expunham os planos de cada agencia e se tentava procurar sinergias. Há que ressaltar que foram realizadas algumas ações conjuntas com excelentes resultados em quanto à colaboração entre outras agencias se limitou a uma agencia fornecer os materiais e a outra implementar a atividade.
- Em geral, a gestão e o monitoramento das atividades não se realizou de forma conjunta, perdendo oportunidades de maximizar o impacto das mesmas. Por exemplo, a capacitação que foi feita sobre nutrição com o pessoal da saúde ou sobre a Convenção 169 poderia ter incluído as escolas que participaram na atividade de comunicação ou as associações de mulheres que participaram em atividades agrícolas para disseminar as mensagens entre um grupo mais amplo de população. Um sistema de monitoramento mais eficaz poderia ter alertado destas possíveis sinergias.
- A disseminação da informação e boas práticas do Programa não esta sendo realizada de maneira conjunta. Como já foi mencionado, embora o Coordenador tenha tentado estabelecer um comitê editorial único e tenha elaborado um logo do PC para dar uma imagem de trabalho conjunto, as agencias tem continuado a produzir os seus próprios documentos com o seu logo, e tem sido difícil incluir o logo do Programa nestes documentos.
- O fluxo de informação entre as agencias tem melhorado com a incorporação do coordenador, mais poderia ter sido mais fluido para facilitar as respostas inter-setoriais.

EVOLUÇÃO FINANCEIRA

Os dados disponíveis não permitem realizar um análise pormenorizado sobre o nível de execução realizado anualmente durante os três anos do Programa. Cada agência tem um mecanismo diferente de controlar sua execução pelo que é difícil unificar os dados. Existe unicamente informação acumulada de julho de 2011 (solicitada no momento da avaliação de meio termo) e do final de 2012 (no momento da avaliação e durante a fase de elaboração do presente relatório, não foi possível conseguir dados mais atualizados). Pelo tanto, para realizar o presente análise, se tem considerado as duas fases que se estão a utilizar no presente relatório. (1ª fase: Janeiro 2010-Julho 2011 e 2ª Fase: Agosto 2011-Dezembro 2012).

Durante a primeira fase, foram realizados os primeiros dois desembolsos do Fundo ODM no valor de 4,35 milhões de dólares, o que representavam o 72,57% do orçamento total. O grau de execução orçamental foi o 38% sobre os fundos transferidos e o 71,61% sobre o orçamento total, considerando também os fundos comprometidos. Em Junho de 2012, o nível de execução alcançou o 84 % (fundos desembolsados y comprometidos) pelo que o Programa solicitou a transferência do terceiro e último desembolso. Neste pedido, também se solicitou a extensão de 6 meses do PC sem custos, e se informou da realocação

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

de fundos (56.857 USD) entre a OPAS e o PNUD para facilitar a contratação do Coordenador do Programa.

O grau de execução a Dezembro de 2012 foi de 65% do orçamento total do Programa. O restante 35% esta sendo utilizado durante o período de extensão do PC, Janeiro – Junho 2013, pelo que as agencias terão que acelerar significativamente o ritmo de execução (em 6 meses tem que executar mais da metade do que foi executado em 36 meses).

A seguinte tabela mostra o grado de execução por agencia nas duas fases do Programa:

AGENCIA	Orçamento previsto	1ª FASE			2ª FASE		
		Fundos transferidos	Fundos desembolsados	% execução	Fundos transferidos	Fundos desembolsados	% execução Total
OPAS	2.185.308	1.573.299	759.533	48,28	2.128.451	1.253.112	58,87
UNICEF	1.118.424	822.358	298.318	36,28	1.118.424	802.508	71,75
PNUD	885.008	564.008	117.318	20,80	941.865	535.266	56,83
OIT	816.712	640.367	242.904	37,93	816.712	604.717	74,04
FAO	994.548	754.573	236.364	31,32	994.548	709.987	71,39
TOTAL	6.000.000	4.354.605	1.654.437	37,99	6.000.000	3.905.590	65,09

Figura 3 : Execução orçamental por agencia em USD

Segundo estes dados, houve uma desaceleração significativa na implementação das atividades da OPAS (10%) comparando com o alto nível de execução durante a primeira fase (quase 50%). Segundo informações da OPAS, este fato foi devido a que uma parte grande dos gastos (compra de equipamento antropométrico, impressão de documentos, realização de oficinas, avaliação e evento final do PC) estavam planejados e pactuados com a SESAI para o 2013, pelo que os fundos tiveram que ser reservados. A UNICEF e a OIT mantiveram bastante constante o grau de execução, (de 36% e 37% na primeira fase a 35%, e 36% na segunda respectivamente). Pelo contrario, a FAO e o PNUD aumentaram o seu nível de execução (de 31% e 20% durante a primeira fase a 40% e 26% na segunda respectivamente). A OPAS e o PNUD são as agencias que devem acelerar a implementação das ações durante a fase de extensão para conseguir uma adequada utilização dos recursos.

A seguinte tabela mostra o grado de execução por resultado nas duas fases do Programa:

RESULTADOS	Orçamento previsto	1ª FASE			2ª FASE		
		Fundos transferidos	Fundos desembolsados	% execução	Fundos transferidos	Fundos desembolsados	% execução total
Resultado 1	2.785.128	2.024.801	877.326	43,33	2.785.128	1.891.805	67,93
Resultado 2	1.156.717	891.451	337.461	37,86	1.156.717	925.258	79,99
Resultado 3	1.665.632	1.153.497	403.764	35,00	1.665.632	833.019	50,01
SUBTOTAL	5,607.477	4.069.749	1.618.551	39,77	5.607.477	3.650.082	65,09
Overhead 7 %	392.523	284.882			392.523		
TOTAL PROGRAMA	6.000.000	4.354.631			6.000.000		

Figura 4 : Execução orçamental por resultado em USD

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Considerando que os dados da tabela anterior são acumulados, se pode concluir que a execução das ações do PC tem sofrido uma leve desaceleração durante a segunda fase, passando dos 38% durante os primeiros 18 meses a 65% para o período total (36 meses), o que significa que durante a segunda fase o nível de execução foi unicamente dos 28%.

A execução do orçamento esta sendo algo lenta devido tanto a fatores externos, como os processos administrativos locais que são lentos e burocráticos para a aquisição de serviços e materiais ou os problemas derivados da reestruturação das principais contrapartes e da intervenção da SESAI em Alto Solimões, como internos onde destaca a falta de homogeneidade entre os processos administrativos das agencias que impede uma implementação mais ágil.

SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O sistema de monitoramento e avaliação tem sido pouco eficaz e não tem permitido um acompanhamento adequado dos processos, atividades, produtos e resultados, devido principalmente aos atrasos registrados na elaboração dos instrumentos necessários.

Durante a primeira fase do Programa, os instrumentos para realizar o monitoramento, a linha de base e Plano de Monitoramento e Avaliação ainda estavam a ser desenvolvidos, pelo que o sistema não funciona nem no nível nacional nem no nível local. O PRODOC identificou os seguintes três indicadores dos ODM como marco de referência para medir os resultados do PC: a prevalência de baixo peso em crianças menores de 5 anos, a taxa de mortalidade infantil e a proporção de crianças imunizadas contra o sarampo. Esta decisão foi questionada por alguns atores que não os consideraram pertinentes, especialmente as taxas de mortalidade infantil e de vacinação, para medir os avanços de um Programa multi-setorial de segurança alimentar e nutricional com um amplo leque de atividades. Em 2010, se realizou um análise das informações do perfil nutricional de crianças menores de 5 anos nas duas regiões para compor a linha de base, e em 2012 se repetiu o exercício para permitir a comparação dos dados. No momento da avaliação, os resultados ainda não estavam disponíveis.

Não foi realizada uma verdadeira linha de base ao inicio do Programa. Para monitorar a realização das atividades propostas, assim como avaliar os resultados esperados do PC ao final de sua implementação, foi decidido utilizar vários estudos e diagnósticos como linha de base. Contudo, estes diagnósticos foram realizados ao longo dos três anos de implementação do PC pelo que não puderam ser utilizados como linha de base.

A seguinte tabela amostra os estudos realizados em relação com a matriz de resultados do PC:

Resultados esperados ao final do PC		Estudo proposto
1. Melhora da SAN das crianças e mulheres na região de Alto Solimões (Amazonas) e no município de Dourados	1.1. Crianças e mulheres indígenas com amplo acesso a políticas de saúde pública baseadas na etnicidade e cultura dos povos indígenas.	Coletar e sistematizar informações disponíveis de bases de dados sobre a segurança alimentar e nutricional dos Povos Indígenas nas regiões do PC, incluindo o grau de percepção da população.
	1.2. Profissionais e gestores de saúde, professores, mulheres (particularmente gestantes), lideranças indígenas e curandeiros tradicionais compartilhando uma série de conhecimentos e práticas de cuidados da criança.	Produzir um levantamento participativo sobre as demandas de saúde e nutricionais, considerando a situação da cobertura do fornecimento da água.
	1.3. Incremento da produção, do acesso e do consumo de alimentos saudáveis	

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

	baseado na etnicidade e cultura dos povos indígenas. 1.4. Sistemas de Produção dos Povos Indígenas reconhecidos e sistematizados desde a perspectiva da agrobiodiversidade e proteção e apreciação da cultura indígena na região do Programa.	Realizar um estudo sobre a situação das demandas, as tradições agrícolas, a vocação produtiva e a geração de renda das comunidades dos Povos Indígenas nos locais do Programa.
2. Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções.	2.1. Líderes e Organizações Indígenas informados e fortalecidos para exigir o seu direito humano à alimentação adequada e à saúde no contexto das políticas públicas. 2.2. Segurança alimentar e nutricional discutida, promovida e disseminada pelos jovens. 2.3. Fortalecimento da participação social das mulheres indígenas. 2.4. Instituições públicas e gestores locais fortalecidos e capacitados em suas funções de promover, respeitar, proteger e providenciar os direitos humanos dos Povos Indígenas, particularmente os direitos das crianças e mulheres.	Produzir um diagnóstico que permita o monitoramento da realização dos direitos de crianças e mulheres na região do Programa
3. Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados	3.1. Diagnóstico da situação (linha de base) da segurança alimentar e nutricional (SAN) dos povos Indígenas na região do Rio Alto Solimões (AM) e o município de Dourados (MS) produzido. 3.2. Diagnóstico (linha de base) do grau de realização dos direitos humanos das crianças e mulheres indígenas na região do Programa.	Os Estudos listados acima vão produzir diagnóstico da situação de SAN, com o potencial de monitoramento das atividades previstas.

Figura 5: Estudos propostos para avaliar os resultados do PC.

Fonte: Documento técnico com a proposta metodológica de organização e sistematização das bases de dados, que compõem a linha de base do Programa Conjunto.

Os estudos e diagnósticos foram concluídos durante o segundo ano do Programa mais nunca foram utilizados nem para elaborar os planos de trabalho nem para realizar o monitoramento da intervenção.

Também durante a primeira fase de implementação do PC, se elaborou o Plano de Monitoramento e Avaliação, mais foram definidos indicadores por atividade (cada agência tinha definido os indicadores das suas atividades), que não iriam a permitir analisar os avanços logrados na consecução dos resultados nem avaliar o trabalho conjunto das agências. Na segunda metade de 2011, seguindo as recomendações da avaliação de meio termo, as agências da ONU realizaram uma revisão de este plano que foi concluída durante o terceiro ano (março de 2012), e só foi utilizado na segunda metade do terceiro ano de implementação do Programa. E importante destacar que as contrapartes governamentais não participaram em nenhum destes processos.

A falta de um sistema de monitoramento durante a maior parte de implementação do Programa tem dificultado a possibilidade de criar sinergias entre as atividades, redefinir os rumos de execução do PC, identificar conjuntamente as medidas necessárias para superar as dificuldades operacionais, e organizar um registro de informações e dados que teriam sido fundamentais para a avaliação final. Para realizar o controle dos avances das atividades e produtos, se tem utilizado os relatórios semestrais segundo os formatos estabelecidos pelo Secretariado do F-ODM.

APROPRIAÇÃO DO PROCESSO

O grau da apropriação do PC pela parte das instituições parceiras tem melhorado progressivamente desde o início do Programa, embora tem sido no geral bastante limitado.

O Programa tem 4 contrapartes governamentais principais: a FUNAI, a SESAI, O MDS e a ABC, para além de outros ministérios (Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Educação) e outros parceiros locais (Universidades, organizações da sociedade civil...) nas duas regiões de intervenção. Das 4 contrapartes principais a FUNAI e a SESAI foram as únicas instituições que tiveram um envolvimento real nas ações do Programa.

No nível nacional, alguns técnicos da FUNAI entrevistados manifestaram que devido a sua limitada participação no desenho do PC, algumas prioridades de fortalecimento institucional da FUNAI não foram tidas em conta no Programa, e que durante o processo de implementação realizaram sugestões e demandas que também não foram ouvidas. Este fato junto com a falta de experiência da FUNAI de trabalho inter-setoral e inter-institucional, a rotação do pessoal, e os limitados recursos humanos para acompanhar de perto as ações (a FUNAI solicitou a contratação de um assessor como ponto focal do PC – como foi sublinhado na avaliação de meio termo - mais esta demanda não considerada), levaram a uma apropriação muito limitada da intervenção. No caso da SESAI, não foi possível entrevistar as pessoas que tinham estado envolvidas no Programa desde o início devido à alta rotação dos quadros. As pessoas entrevistadas tinham sido contratadas recentemente (segundo semestre de 2012).

No nível local, melhorou a compreensão do PC e das suas potencialidades como referencia de trabalho inter-setorial nas áreas indígenas. Os atores locais ficaram mais interessados nas atividades e processos participativos desenvolvidos pelo Programa, e colaboraram aportando conhecimentos, recursos humanos e recursos financeiros⁷. Contudo e como já foi mencionado, as agências da ONU continuam liderando a gestão e implementação das suas atividades nas duas regiões.

A relação entre a FUNAI e a SESAI no nível local é muito distante pelo que nunca se criou uma equipa de trabalho do Programa. A FUNAI tinha relação com umas agências da ONU e a SESAI com outras dependendo das atividades. A FUNAI em Dourados participou muito ativamente no Programa na primeira fase, mais conforme as ações foram se desenvolvendo, a relação com as agências foi se diluindo devido a vários fatores. De uma parte, a FUNAI esperava que os técnicos contratados pelo Programa na área de agricultura dessem suporte às ações da FUNAI junto às aldeias o que não aconteceu; de outra, algumas agências trabalharam de forma completamente independente sem ouvir as sugestões ou demandas da FUNAI. Em Alto Solimões, a FUNAI deu apoio logístico e técnico mais não ficou envolvido na execução das atividades do Programa tanto pela falta de recursos humanos como pela falta de clareza sobre os objetivos, atividades e sustentabilidade do Programa. A SESAI nas duas áreas esteve muito envolvida nas atividades relacionadas com a saúde, devido a que o PC realizou capacitações e forneceu materiais (balanças, antropómetros...) que a SESAI não estava em condições de providenciar.

⁷ Os custos de transporte, que no caso do Alto Solimões são muito elevados, são totalmente financiados pela SESAI. No nível central, os ministérios envolvidos no Programa vão disponibilizar os seus comunicadores para colaborar na difusão do PC.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

As lideranças e comunidades indígenas (mulheres, jovens, crianças...) participaram muito ativamente nas oficinas e processos participativos realizados nas duas áreas mais não houve uma verdadeira apropriação das ações e não foi compreendida a natureza do PC nem a relação entre as diferentes atividades. Por exemplo, falavam do projeto UNICEF ou do projeto FAO dependendo das atividades que tinha sido realizadas no seio das suas comunidades.

Para finalizar nesta seção sobre a apropriação do processo é importante assinalar alguns fatos que tem contribuído a aumentar a liderança institucional:

- O apoio na criação de CONSEAs municipais e a participação de indígenas das duas regiões nas reuniões da Comissão Permanente de Povos Indígenas (CP6) e nas plenárias do CONSEA Nacional
- A tradução e disseminação da Convenção 169
- A articulação de políticas entre instituições públicas, comunidades indígenas e população local para a integração da rede de proteção à infância indígena
- A contratação de uma equipa de Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena (ATER) para atender os grupos mais vulneráveis na área indígena de Dourados.

Estas ações serão analisadas na seguinte seção do relatório.

3.3 NÍVEL DE RESULTADOS: EFICÁCIA E SUSTENTABILIDADE

Esta seção do relatório apresenta os principais logros atingidos pelo Programa em relação com os resultados esperados (eficácia) e a sua sustentabilidade. Não se pretende realizar uma descrição detalhada de cada uma das atividades e produtos, nada além de mostrar os resultados mais importantes que se tem conseguido, e se considera provável que continuem uma vez que o Programa tem finalizado..

EFICÁCIA

O PC tem por objetivo contribuir com a melhoria da segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas vulneráveis nas duas áreas de intervenção a través de ações de empoderamento dos povos indígenas e fortalecimento da capacidade institucional das entidades públicas e organizações indígenas para apoiar o estabelecimento de redes inter-setoriais e a participação social. Utilizando esta estratégia se esperava conseguir os seguintes resultados: 1) melhora da segurança alimentar e nutricional das crianças e mulheres na região de Alto Solimões e no município de Dourados; 2) Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções; e 3) Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados.

A revisão dos logros atingidos pelo PC indica um bom progresso na consecução dos resultados esperados. Embora o Programa foi desenhado de forma vaga com atividades indicativas, a maioria das atividades no PRODOC tem sido realizadas e os produtos esperados conseguidos. Na seguinte tabela se apresenta a Matriz de Resultados, Produtos e Atividades e os principais logros alcançados até o fim de 2012.

MATRIZ DE RESULTADOS, PRODUTOS E ATIVIDADES E LOGROS ATINGIDOS.

Resultados Esperados	Atividades Planejadas	Principais logros
Resultado 1. Melhora da SAN das crianças e mulheres na região de Alto Solimões (Amazonas) e no município de Dourados		A situação nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos nos distritos do PC melhorou entre 2009 e 2012 (crianças de baixo peso: de 6,07 a 5,87% em Dourados e de 19,75 a 15,78% em ARS). As ações do PC relacionadas com a saúde, nutrição, agricultura e atividades geradoras de renda tem contribuído a esta redução.
Produto 1.1 - Crianças e mulheres indígenas com amplo acesso a políticas de saúde pública baseadas na etnicidade e cultura dos povos indígenas	1.1.1 Produzir uma pesquisa participativa sobre as demandas de saúde e nutricionais, considerando a situação da cobertura do fornecimento da água e as necessidades dos serviços de saúde locais, nas lideranças, nos Fóruns de participação social e instituições públicas dos Povos Indígenas, visando o desenvolvimento de um plano de ação para o fortalecimento da capacidade institucional 1.1.2 Apoiar o desenvolvimento do Plano para o fortalecimento de serviços e programas de saúde pública para os Povos Indígenas 1.1.3. Realizar reuniões participativas e informativas com os Fóruns de Participação Social e Lideranças dos Povos Indígenas 1.1.4. Apoiar a implementação do Plano através de ações para o desenvolvimento e treinamento do público e dos atores da sociedade civil 1.1.5. Providenciar apoio técnico e informações para a implementação do Protocolo e AIDPI, da estratégia REACH, ações para promover a amamentação e alimentação complementar após os seis meses de idade e programas de suplementação de micronutrientes redesenhados dentro da perspectiva das etnicidades e culturas de Povos Indígenas na região do Programa.	• O levantamento de demandas de saúde e segurança alimentar nos 4 municípios do PC para conhecer as demandas e necessidades das comunidades e lideranças indígenas, com vistas ao alinhamento das atividades previstas no plano de trabalho do PC. Contudo os resultados de este exercício não foram suficientemente utilizados. • O Plano para o fortalecimento dos serviços de saúde específico para os povos indígenas, elaborado conjuntamente pelo PC e a SESAI, com base nos perfis epidemiológicos das duas áreas e das necessidades apresentadas pelos serviços de saúde locais. • 49 oficinas para grupos de profissionais da saúde (12), agentes indígenas de saúde (20) e população indígena (7) foram realizadas sobre as seguintes temáticas: vigilância alimentar e nutricional ação integrada para doenças prevalentes na infância (AIDPI), saúde mental, aleitamento materno e alimentação complementar. Nestas oficinas foram capacitados 330 profissionais da saúde (médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem), 629 agentes indígenas de saúde e 96 indígenas. • O álbum seriado com 10 passos para a alimentação complementar saudável, que inclui receitas saudáveis e culturalmente referenciadas, foram testadas e aplicadas durante oficinas de culinárias com mães e responsáveis por crianças menores de 2 anos.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Produto 1.2 Profissionais e gestores de saúde, professores, mulheres (particularmente gestantes), lideranças indígenas e curandeiros tradicionais compartilhando uma série de conhecimentos e práticas de cuidados da criança.	1.2.1. Apoiar a organização de reuniões participativas para o intercâmbio de conhecimento sobre e treinamento em cuidados da criança baseados no Kit Família Brasileira Fortalecida, com a participação de lideranças, jovens, curandeiros indígenas tradicionais, AIS e outros profissionais e gestores municipais na região do programa 1.2.2. Apoiar o estabelecimento de práticas humanizadas nos serviços de saúde existentes, baseado na etnicidade e cultura dos Povos Indígenas.	• A Cartilha sobre os Direitos e os Cuidados com as Crianças elaborada com os resultados obtidos nas oficinas de troca de saberes entre os povos indígenas e não indígenas sobre conhecimentos e prática de cuidados e direitos da criança, que foram realizadas utilizando o Kit Família Brasileira Fortalecida como ferramenta. • Oficinas realizadas nos 4 municípios do PC para determinar a situação de humanização dos serviços de saúde prestados aos povos indígenas. Nestas oficinas foram identificadas algumas lacunas referentes à ausência da temática de saúde indígena nos cursos da PHN, que serão consideradas na formulação de um projeto de formação dos apoiadores na política de humanização.
Produto 1.3 Incremento da produção, do acesso e do consumo de alimentos saudáveis baseado na etnicidade e cultura dos povos indígenas.	1.3.1. Realizar um estudo sobre a situação das demandas, as tradições agrícolas, a vocação produtiva e a geração de renda das comunidades dos Povos Indígenas nos locais do Programa. 1.3.2. Promover eventos participativos para debates sobre as estratégias produtivas de formas tradicionais e sustentáveis de geração de renda que satisfaçam as necessidades identificadas no item 1.4.1. 1.3.3. Apoiar as atividades de assistência social para a produção agrícola e comercialização de alimentos e geração de renda, gestão de programa, acesso ao crédito, e recursos de apoio. 1.3.4. Apoiar o estabelecimento de hortas escolares e comunitárias como ações do plano FNS local (ação nas escolas, alinhar com UNICEF). 1.3.5. Implementar as experiências de Agricultura Periurbana (APU) e Boas Práticas Agrícolas (BPA) (FAO) 1.3.6. Promover a troca de experiências nas áreas dos sistemas de extrativismo e agrofloretais, baseada na etnicidade e cultura dos Povos Indígenas na região do Programa.	• Etnomapas elaborados para avaliar as capacidades produtivas, tradições agrícolas, geração de renda, e os recursos naturais necessários para a manutenção de meios de vida e segurança alimentar sustentáveis nas comunidades dos povos indígenas. • Oficinas sobre o acesso a políticas públicas relacionadas com a SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). • Instalação de 7 hortas escolares em 3 aldeias indígenas do município de Dourados, com a participação de 159 professores e cerca de 3.400 alunos indígenas. • Oficinas de troca de saberes entre agricultores indígenas e tradicionais, e troca de experiências e intercâmbios entre os indígenas das duas regiões do PC. Participação de agricultores indígenas nas feiras das sementes tradicionais, o intercâmbio com projetos de conservação e organização de cadeias produtivas (do extrativismo ou de produtos agrícolas), sistemas agrofloretais e a recuperação de áreas degradadas. • Parceria com o Projeto “Olhares Cruzados” para o intercâmbio entre 100 crianças de 4 aldeias Guarani Kaiowá como a finalidade de facilitar o conhecimento recíproco por meio de fotografias, cartas, entrevistas e de objetos produzidos por elas em oficinas de fotografia, redação e arte. Publicação dum livro em Guarani-Português sobre a experiência

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Produto 1.4 Sistemas de Produção dos Povos Indígenas reconhecidos e sistematizados desde a perspectiva da agrobiodiversidade e proteção e apreciação da cultura indígena na região do Programa	1.4.1. Avaliar a situação (oportunidade, riscos e ameaças) da base dos recursos naturais (de águas, edáficos e biológicos) necessários para a manutenção de meios de vida e segurança alimentar sustentáveis. 1.4.2. Promover a disseminação do conhecimento e ações para a proteção da pessoa humana no contexto dos sistemas de produção dos povos Indígenas e a gestão sustentável da agrobiodiversidade local 1.4.3. Promover práticas de gestão sustentável da agrobiodiversidade local 1.4.4. Fortalecer as capacidades dos povos Indígenas no uso e gestão dos recursos da biodiversidade local para a produção de alimentos	• Etnomapas • Estudo de mercado “Alternativas para a comercialização do artesanato indígena ticuna da região de Alto Rio Solimões” • Recuperação de 13 Tanques de Piscicultura • Ações de recuperação ambiental (construção e manutenção de viveiros; diagnóstico florestal participativo – situação de recuperação das matas restantes na aldeia; manejo de lenha peridomiciliar); • Ações de apoio à produção familiar sustentável, voltada para a agroecologia (quintais agroecológicos, unidades experimentais de plantio agroecológico, banco de sementes) • Construção de 19 fogões geoagroecológicos
Resultado 2. Povos Indígenas empoderados para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções.		Os povos indígenas estão mais empoderados e participam em instâncias de controle social relacionadas com a segurança alimentar e nutricional como o CONSEA, a IV Conferência Nacional de SAN e reuniões da Comissão Permanente de Povos Indígenas. As instituições públicas estão mais sensibilizadas com o tema indígena.
Produto 2.1. Líderes e Organizações Indígenas informados e fortalecidos para exigir o seu direito humano à alimentação adequada e à saúde no contexto das políticas públicas	2.1.1. Fortalecer através das informações e oficinas as estratégias locais para aumentar a participação social das lideranças dos Povos Indígenas e das organizações da sociedade civil visando à construção de uma rede comunitária para exigir a realização dos direitos humanos 2.1.2. Providenciar apoio institucional para as Lideranças e Organizações Indígenas no que se refere à sua participação nos conselhos públicos e de controle social na área da segurança alimentar e nutricional 2.1.3. Desenvolver livros elementares e materiais instrutivos nas línguas originais e culturas locais através de um processo participativo com os Povos Indígenas, visando o desenvolvimento de habilidades sobre a exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e à saúde. 2.1.4. Traduzir, publicar e distribuir a Convenção 169 - OIT sobre os Povos Indígenas e as comunidades tradicionais na forma da comunicação original dos	• Reuniões entre lideranças indígenas e governo local para a criação dos CONSEAs municipais para facilitar a participação da sociedade civil (povos indígenas) na formulação e acompanhamento de políticas de SAN. • Participação dos povos indígenas das duas regiões de atuação na plenária do CONSEA Nacional, na IV Conferência Nacional de SAN e nas reuniões da Comissão Permanente de Povos Indígenas (CP6). • Participação junto com o CONSEA e CAISAN nacionais e a Prefeitura de Dourados na criação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no estado de Mato Grosso do Sul • 2000 Cartilhas bilíngues sobre os direitos e os cuidados com as crianças indígenas elaboradas, impressas e distribuídas. As cartilhas foram elaboradas a partir das informações recolhidas e validadas em oficinas e reuniões realizadas com as crianças indígenas • Oficinas (9) para o fortalecimento da rede de proteção à infância indígena e para o lançamento e mobilização da campanha: Por uma infância sem racismo (2) • Assistência técnica à iniciativa governamental para a regulamentação da consulta prévia no Brasil sobre a Convenção 169. • Tradução, publicação e distribuição da Convenção 169 nas línguas Guarani-Kaiowa, Terena e Ticuna (3.000 exemplares em cada língua e 5.000 em português, 500 CDs em Terena e em Guarani – Versão oral do texto).

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

	povos envolvidos. 2.1.5. Realizar oficinas participativas visando informar as Lideranças e Organizações Indígenas sobre a Convenção 169 – OIT 2.1.6. Preparar material de apoio para as lideranças dos Povos Indígenas através de um processo participativo nas línguas e culturas locais, no sentido de orientá-las sobre o cuidado e os direitos das crianças e os adolescentes.	• Oficinas, tanto nos locais de atuação do Programa como ao nível nacional em parceria com o Governo Federal, visando à disseminação dos direitos dos povos indígenas e a disseminação da Convenção 169.
Produto 2.2. Segurança alimentar e nutricional discutida, promovida e disseminada pelos jovens.	2.2.1. Promover oficinas participativas com jovens indígenas nas escolas, com a participação da comunidade escolar e dos gestores locais, no intuito de preparar e disseminar material de comunicação sobre a Segurança Alimentar e Nutricional em toda a comunidade.	• 2 clubes de comunicação (Dourados) e 3 núcleos de comunicação (Alto Rio Solimões) foram criados receberam capacitações e equipamentos (filmadoras, câmeras fotográficas...) e aprenderam a utilizar ferramentas de comunicação, realizando programas de radio, vídeos, jornais e exposições fotográficas sobre temas relacionados aos direitos humanos, em especial os dos povos indígenas, de crianças e adolescentes, a partir de informações coletadas em suas comunidades.
Produto 2.3. Fortalecimento da participação social das mulheres indígenas	2.3.1. Promover oficinas participativas com mulheres, representantes dos Fóruns de participação social e lideranças indígenas, visando à expansão de oportunidades de participação para as mulheres.	• Melhora no atendimento às produtoras agrícolas indígena na promoção do etnodesenvolvimento
Produto 2.4. Instituições públicas e gestores locais fortalecidos e capacitados em suas funções de promover, respeitar, proteger e providenciar os direitos humanos dos Povos Indígenas, particularmente os direitos das crianças e mulheres indígenas.	2.4.1 Treinar os gestores públicos locais para apoiar a implementação de políticas públicas que promovam e garantam a realização dos direitos dos povos indígenas	• 4 projetos aprovados com apoio técnico do PC, na Chamada de projetos de Mulheres Indígenas da Carteira Indígena (MMA). • 12 projeto aprovados e implementados do Edital de Pequenas Doações a Projetos Indígenas

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

Resultado 3. Diagnóstico, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas realizados		Melhoria no diagnóstico, monitoramento e avaliação da situação nutricional das populações indígenas, principalmente a través do fortalecimento do SISVAN indígena (capacitação e equipamento).
Produto 3.1. Diagnóstico da situação (linha de base) da segurança alimentar e nutricional (SAN) dos povos Indígenas na região do Rio Alto Solimões (AM) e o município de Dourados (MS) produzido	3.1.1. Coletar e sistematizar informações disponíveis de bases de dados sobre a segurança alimentar e nutricional dos Povos Indígenas nas regiões do programa (PNUD, OPAS, FAO). 3.1.2. Disseminar resultados da linha de base entre todos os atores envolvidos no programa, identificar e definir prioridades para ação. 3.1.3. Promover oficinas participativas com os Fóruns de participação social e as Lideranças dos Povos Indígenas, visando à avaliação de problemas, prioridades e soluções com o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional.	- Sistematização de dados do estado nutricional de crianças e gestantes dos povos indígenas na região de Alto Rio Solimões e do Município de Dourados - Disseminação da sistematização do estado nutricional na Oficina de Encerramento do PC
Produto 3.2. Diagnóstico (linha de base) do grau de realização dos direitos humanos das crianças e mulheres indígenas Na região do Programa	3.2.1 Produzir um diagnóstico que permita o monitoramento da realização dos direitos de crianças e mulheres na região do Programa	Diagnóstico de percepção de direitos, a partir de reuniões e grupos focais nos que participaram cerca de 500 lideranças, mulheres, jovens e crianças indígenas para captar as percepções destas comunidades indígenas respeito do grau de realização dos direitos humanos de mulheres e crianças para poder procurar a melhoria da qualidade de vida destas comunidades.
Produto 3.3. Plano de trabalho plurianual para promover a segurança alimentar e nutricional, visando à redução da vulnerabilidade de crianças, adolescentes e mulheres indígenas.	3.3.1. Desenvolver o plano de trabalho plurianual de uma forma coordenada e participativa (OPAS, UNICEF, OIT, PNUD, FAO). 3.3.2. Coordenar a implementação e o monitoramento das atividades do programa bem como relatórios de progresso, e monitorar indicadores do Programa (OPAS, UNICEF, OIT, PNUD, FAO).	- Planos de Trabalho de 2011 e 2012 - Contratação da equipa de coordenação do PC (coordenador e pontos focais nas 2 regiões de intervenção)

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Produto 3.4. Fortalecimento da vigilância sanitária e nutricional Indígena	3.4.1. Fortalecer o SISVAN Indígena através do desenvolvimento de agentes públicos, sensibilizando-os para ter uma postura de vigilância, comprando equipamentos (balanças, estadiômetros, computadores, etc.) e integrando o SISVAN Indígena ao SISVAN Nacional. 3.4.2 Promover a participação da comunidade indígena na realização de vigilância nutricional e sensibilizá-los sobre a importância de acompanhar o desenvolvimento das crianças (postura de vigilância), com ênfase nos que estão abaixo dos 2 anos de idade.	• 390 agentes indígenas de saúde e 50 profissionais da saúde capacitados na identificação de população com problemas nutricionais e o acompanhamento dos grupos vulneráveis para melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional. • Distribuição de equipamento (balanças e outros equipamentos antropométricos) e bicicletas para os AIS que realizam visitas domiciliares continuadas nas comunidades indígenas
Produto 3.5. Indicadores monitorados, lições aprendidas e boas práticas registradas, analisadas, documentadas e disseminadas no âmbito nacional e internacional visando especialmente ao fortalecimento da cooperação Sul-Sul.	3.5.1. Acompanhar e documentar a experiência do Território da Cidadania do Alto Rio Negro 3.5.2. Registrar, avaliar, sistematizar e preparar relatórios periódicos (relatórios de progresso) e documentos sobre os resultados do programa (indicadores de resultados, boas práticas, lições aprendidas) (OPAS, UNICEF, FAO, OIT e PNUD). 3.5.3. Promover eventos nacionais e internacionais para disseminar as lições aprendidas através do programa	• 6 Informes semestrais com informações sobre o progresso das atividades e metas alcançadas • Boletins para disseminar as atividades do PC • Oficina de Encerramento do Programa onde foi assinada a Carta de Intenções entre o sistema de Nações Unidas e o Governo Brasileiro para garantir a sustentabilidade da intervenção.

A continuação se apresenta um breve resumo dos principais logros do Programa, incluindo as opiniões dos atores que foram recolhidas nas entrevistas realizadas e nas oficinas de Boas Práticas que tiveram lugar em Tabatinga e Dourados durante a missão de avaliação. Também se incluem alguns aspectos que poderiam ter melhorado o impacto do Programa. Os logros estão organizados segundo os três resultados esperados para uma melhor compreensão

RESULTADO 1 – MELHORA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS CRIANÇAS E MULHERES NA REGIÃO DE ALTO SOLIMÕES E NO MUNICÍPIO DE DOURADOS

Para lograr atingir este resultado foram implementadas um grande numero de ações que absorveram mais da metade do orçamento total do projeto. Estas ações tiveram um grande foco na saúde (incremento do acesso a políticas de saúde publica), os cuidados da criança (troca de conhecimentos e praticas de cuidado da criança) e a nutrição (incremento da produção e do acesso e consumo de alimentos saudáveis e o reconhecimento dos sistemas de produção dos povos indígenas desde a perspectiva de agrobiodiversidade), e sua implementação foi baseadas na etnicidade e cultura dos povos indígenas. Os logros mais destacados são os seguintes:

Melhoria da situação nutricional das crianças menores de 5 anos

Segundo os dados dos DSEIs de Dourados e Alto Rio Solimões, a situação nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos nestes distritos melhorou levemente entre 2009 e 2012. As seguintes tabelas mostram a diminuição da percentagem de crianças de baixo peso e crianças em risco nutricional nos dois distritos sanitários onde se localizam as áreas de intervenção do Programa.

MÊS	Crianças < 5 anos	Avaliadas	Cobertura	Baixo peso >P3	Risco nutricional ≥ P3 e < P10	Adequado ≥ P10 e < P97	Sobrepeso ≥ 97
			%	%	%	%	%
2009	2200	2137	97,13	6,07	12,16	79,03	2,71
2010	2145	2093	97,53	6,21	11,28	80,00	2,62
2011	2148	2120	98,70	5,32	11,32	80,87	2,45
2012	2191	2146	98,49	5,87	11,00	80,80	2,19

Figura 6: Evolução do perfil nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos no município de Dourados. Fonte: DSEI Dourados

MÊS	Crianças < 5 anos	Avaliadas	Cobertura	Baixo peso >P3	Risco nutricional ≥ P3 e < P10	Adequado ≥ P10 e < P97	Sobrepeso ≥ 97
			%	%	%	%	%
2009	7510	4981	66,30	19,57	21,62	57,72	1,08
2010	7709	6174	80,01	19,40	24,31	54,65	2,60
2011	8127	6533	80,04	16,24	22,47	59,86	1,43
2012	8714	7401	84,90	15,78	21,95	61,00	1,64

Figura 7: Evolução do perfil nutricional das crianças indígenas menores de 5 anos na região de Alto Rio Solimões. Fonte: DSEI Alto Rio Solimões

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Embora estes dados correspondam as crianças de todo o distrito sanitário, se poderia afirmar que as ações do Programa relacionadas com a saúde, nutrição, agricultura e atividades geradoras de renda tem contribuído a esta redução. Uma vez que sejam publicados os resultados do análise do perfil nutricional das crianças das aldeias participantes no Programa, se poderá confirmar este resultado.

Fortalecimento dos serviços de saúde indígena

Desde 2008 a FUNASA atravessou um processo de reestruturação que culminou com a criação da SESAI em 2010 como uma secretaria do Ministério da Saúde. A SESAI é a instituição responsável da gestão da saúde indígena, no sentido de proteger e promover a saúde dos povos indígenas, bem como orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde. Devido ao processo de transição, a gestão administrativa e financeira na SESAI ficou muito complexa e centralizada, precisando de parcerias com ONGs e organizações internacionais para o a realização de qualquer contrato, atividade ou despesa, inclusive as mais básicas. Além disso, houve uma grande rotação do pessoal pelo que a capacidade da SESAI para fortalecer os serviços de saúde para as comunidades indígenas ficou bastante limitada.

Neste contexto, o apoio do PC aos DSEIs (Distrito Sanitário Especial Indígena) nas áreas de implementação do Programa foi essencial. O apoio do PC se focalizou na capacitação do pessoal e o fornecimento de materiais para a vigilância nutricional. Ao início do Programa se elaborou um “Plano de fortalecimento do serviço de saúde” com base nos perfis epidemiológicos das duas áreas e das necessidades apresentadas pelos serviços de saúde locais. Ao longo dos três anos de implementação do PC se realizaram um grande numero de capacitações (ver Figura 8) aos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e agentes indígenas de saúde- AIS-) nas seguintes varias temáticas: vigilância alimentar e nutricional ação integrada para doenças prevalentes na infância (AIDPI), saúde mental, aleitamento materno e alimentação complementar. Estes dois últimos cursos podem se tornar piloto para a Rede de Aleitamento Materno e Alimentação Complementar na perspectiva da Saúde Indígena. As oficinas realizadas nas duas regiões foram muito bem valoradas pelos participantes, tanto pela temática como pela metodologia participativa utilizada.

Capacitações	DOURADOS						ALTO RIO SOLIMÕES			
	Profissionais		AIS		Indígenas		Profissionais		AIS	
	O	P	O	P	O	P	O	P	O	P
SISVAN	1	20	2	37			2	56	11	393
AIDPI	3	74	2	51			2	49	1	22
Aleitamento materno	1	18	2	43	7	96	1	38	2	83
Imunização							1	45		
Manejo desnutrido							1	30		
TOTAL	5	112	6	131	7	96	7	218	14	498

Figura 8: Capacitações realizadas na área de saúde
Fonte: dados fornecidos pela OPAS

Nota: O: Oficinas, P: Participantes

Outro resultado das oficinas para sobre aleitamento materno e alimentação complementar foi a elaboração dum álbum seriado c330 profissionais da saúde om 10 passos para a alimentação complementar saudável, que inclui receitas saudáveis e culturalmente referenciadas, que foram testadas e aplicadas durante oficinas de culinárias com mães e responsáveis por crianças menores de 2 anos.

Esta ação é considerada muito bem sucedida, pois fortaleceu os DSEI nas duas regiões e contribuiu a melhorar a situação nutricional e de saúde de crianças e mulheres indígenas. Contudo, segundo alguns profissionais da saúde entrevistados em Alto Rio Solimões, consideraram que a intervenção poderia ter tido um maior impacto se a formação tivesse estado centrada nos AIS, que tem contato direto e continuado com as comunidades e vão permanecer nestas áreas, mais se priorizou a formação dos profissionais que normalmente ficam na zona 2 ou 3 anos. Os AIS são pessoas das comunidades indígenas, muito ativas e motivadas, mais sem formação em temas relacionados com a saúde. Cada AIS supervisa o estado nutricional de crianças e mulheres grávidas de um grupo de 50-70 famílias, normalmente da sua comunidade. O PC previa que os profissionais sanitários (médicos, enfermeiros e técnicos) que receberam as capacitações iriam formar aos AIS, o que não aconteceu devido a sobrecarga de trabalho de estes profissionais e à falta de recursos para transporte e alimentação dos AIS durante as capacitações.

Alguns profissionais da saúde entrevistados consideraram que os AIS tem capacidade para receber uma formação básica no tratamento de doenças como malária, dengue e filária o que contribuiria a melhorar o estado de saúde e nutricional das comunidades indígenas. Estes profissionais valoraram muito positivamente a formação em AIDPI mais comentaram que para poder aplicar as estratégias do AIDPI precisavam de materiais (fichário, soro de reidratação oral...) que não foram fornecidos nem pelo Programa nem pela SESAI, pelo que não poderiam por os conhecimentos apreendidos na prática.

Alguns participantes nas oficinas de boas práticas recomendaram que em futuras capacitações relacionadas com a nutrição infantil deveriam participar também as mães, pajés e parteiras, e que estas oficinas deveriam ser mais práticas.

Levantamento de demandas de segurança alimentar e nutricional

O levantamento de demandas sobre a temática de saúde e segurança alimentar e nutricional nos quatro municípios que participam no Programa teve como objetivo desenvolver um processo de escuta junto às comunidades e lideranças indígenas, quanto às suas demandas e necessidades, com vistas ao alinhamento das atividades previstas no plano de trabalho do PC.

Realizaram-se oficinas com uma metodologia participativa, baseada na técnica de grupo focal, com a participação em média de 60 indígenas em cada uma. Em cada oficina, os participantes foram divididos em 3 grupos: grupo dos jovens, das mulheres e dos homens para poder ouvir as necessidades e problemas específicos de cada grupo. O grupo dos homens focalizou os debates em temas relacionados com a economia familiar, as atividades geradoras de renda, a agricultura, o cuidado da terra, a pesca, e a falta de oportunidades para os jovens. O grupo das mulheres priorizou a temática relativa à alimentação das crianças, à produção de produtos alimentares tradicionais e saudáveis, os problemas para a comercialização da produção e a falta de água potável e outros serviços públicos. O grupo dos jovens discutiu sobre a preocupação que geram aos seus pais, bem como sobre a falta de oportunidades de emprego e de atividades recreativas.

As Oficinas levantam diversas questões importantes relacionadas à segurança alimentar e nutricional que deviam ter sido consideradas no marco do PC. Houve demandas muito concretas por parte das comunidades relacionadas com a terra, as atividades geradoras de renda, a situação dos jovens, os problemas de comercialização ... que não foram consideradas suficientemente na segunda fase do Programa.

O levantamento de demandas foi um diagnóstico participativo muito interessante sobre as demandas e interesses dos povos indígenas. Estes levantamentos deveriam ser amplamente disseminados com as instituições públicas e outros atores que trabalham nestas áreas. Contudo, lideranças e outros membros das comunidades indígenas manifestaram sua frustração e indignação porque as demandas apresentadas em este exercício não foram tidas em conta pelo Programa. O levantamento de demandas gerou grandes expectativas que não foram satisfeitas.

Troca de saberes sobre os direitos e cuidados da criança

A troca de saberes entre os povos indígenas e não indígenas sobre conhecimentos e prática de cuidados e direitos da criança foi realizada com o objetivo de reforçar as competências familiares, valorizar os conhecimentos e práticas tradicionais e enriquecer os saberes locais com informações científicas não indígenas.

Esta atividade foi realizada em várias comunidades das duas regiões de atuação do Programa e contou com a alta participação de profissionais da saúde, mulheres, lideranças indígenas, pajés e parteira (um total de 430 pessoas indígenas e não indígenas). A ferramenta utilizada para orientar as discussões foi o Kit Família Brasileira Fortalecida (kit FBF) da UNICEF, os cinco álbuns seriados, que aborda os temas da atenção à gestante e o desenvolvimento integral da criança desde o pré-natal até os seis anos de idade. Durante as oficinas, os participantes foram motivados a rememorar e compartilhar as práticas tradicionais e atuais com o propósito de fortalecer a cultura indígena e garantir a continuidade da sabedoria local.

Alguns entrevistados, agentes indígenas de saúde, pajés e parteiras, manifestaram o interesse pela atividade e pela sua contribuição ao fortalecimento da cultura indígena e à sabedoria local. Sem embargo, representantes da FUNAI entrevistados consideraram o kit FBF inadequado para trabalhar com os povos indígenas devido a seu enfoque demais biomédico. Em sua opinião o kit não é bem compreendido pelos indígenas pelo que o diálogo e a “troca de saberes” torna-se complicada. Estes mesmos entrevistados opinam que para conduzir este tipo de oficinas é necessário um moderador que conheça bem os temas de interculturalidade.

Os resultados das oficinas de troca de saberes foram utilizados para a elaboração da Cartilha sobre os Direitos e os Cuidados com as Crianças. Estes resultados deveriam ser amplamente disseminados com as instituições públicas e outros atores que trabalham nestas áreas.

As oficinas de troca de saberes serviram também para realizar a disseminação da Convenção 169 sobre Povos Indígenas da OIT. Os participantes nas oficinas tiveram a oportunidade de discutir os principais artigos da Convenção.

Integração da Política Nacional de Atenção de Saúde dos Povos Indígenas e a Política Nacional de Humanização

A humanização nos serviços públicos de saúde se fundamenta no respeito e valorização da pessoa humana, e constitui um processo que visa à transformação da cultura institucional, por meio da construção coletiva de compromissos éticos e de métodos para as ações de atenção à Saúde e de gestão dos serviços. O PC considerou importante determinar a situação de humanização dos serviços de saúde prestado aos povos indígenas nos quatro municípios de atuação do PC. Com este motivo, se realizaram oficinas com profissionais de saúde que atuam com os povos indígenas, usuários dos serviços e gestores da área nas

duas áreas de intervenção do Programa.

Estas oficinas motivaram a aproximação do PC com a Coordenação da Política Nacional de Humanização (PNH) do Ministério de Saúde, identificando-se algumas lacunas referentes à ausência da temática de saúde indígena nos cursos da PHN. Também foram realizados encontros sobre “Etnicidade e Humanização na Saúde Indígena”, com o objetivo de discutir diretrizes e possibilidades para integrar o tema de humanização incluído na PNH no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito à etnicidade e cultura dos povos indígenas.

Estas atividades foram realizadas em parceria com o Departamento de Atenção à Saúde Indígena (DASI-SESAI) e a Secretaria de Atenção à Saúde responsável da Política Nacional de Humanização. Como resultado, a temática da saúde indígena vai ser incluída nos cursos de formação do PNH e vai ser promovida a presença de apoiadores do PNH nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs).

Atualmente, a SESAI manifestou que esta trabalhando junto com o PNH na formulação de um projeto de formação dos apoiadores na política de humanização para que uma vez capacitados sejam inseridos em todos DSEIs

Etnomapeamentos

Para avaliar as capacidades produtivas, tradições agrícolas, geração de renda, e os recursos naturais (águas, edáficos e biológicos) necessários para a manutenção de meios de vida e segurança alimentar sustentáveis nas comunidades dos povos indígenas nas áreas do Programa foram realizados etnomapeamentos destas zonas.

O etnomapeamento é um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e de meios de vida de um território tradicional, caracterizando-se como um instrumento de fortalecimento cultural e territorial das comunidades tradicionais, além de importante insumo para a elaboração de planos de manejo ambiental e territorial.

O etnomapeamento foi realizado com base no diagnóstico de percepções e mapeamento de áreas por meio do conhecimento de representantes das etnias envolvidas. Os mapas produzidos foram posteriormente discutidos com as comunidades para refletir sobre a situação de segurança alimentar e nutrição. Este diagnóstico é uma forma de despertar o conhecimento dos jovens indígenas sobre suas terras, levando-os a conversarem com os mais velhos sobre as soluções que podem ser encontradas internamente em seus sistemas tradicionais para os problemas relacionados à gestão ambiental e territorial das aldeias.

O etnomapeamento tem contribuído também para a compreensão dos problemas produtivos, sociais e ambientais, na medida em que a comunidade indígena sistematiza o conhecimento do seu território, por meio de debates entre os diversos membros da comunidade, conforme especificidades do contexto social e da comunidade envolvida. Quando uma comunidade conhece o território que habita, além de fortalecer os vínculos com o mesmo, adquire as condições necessárias para estabelecer normas, manejar sistemas produtivos, implementar metodologias de proteção e melhorar sua qualidade de vida.

A FUNAI já adotou a metodologia do etnomapeamento em diversas de suas ações, pois é recomendada pela Política Nacional de Gestão Ambiental e/ou Territorial de Terras

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Indígenas (PNGATI) para criar Planos de Gestão Territorial ou Planos de Vida nas Terras Indígena.

A metodologia do etnomapeamento, implementada pelo Programa, foi apresentada ao representantes do Grupo Interministerial de Ações Indigenistas do Cone Sul que se mostraram interessados em replicar a metodologia em outras áreas indígenas, também foi divulgada em outros eventos no nível local. Houve intenção pela parte do PC de divulgar os etnomapeamentos produzidos na FUNAI nacional mais a data nunca foi concretizada.

Alguns entrevistados na região de Alto Solimões manifestaram que seria importante realizar a devolutiva deste diagnóstico para poder contar com esta ferramenta de planejamento no futuro. Estes levantamentos deveriam ser amplamente disseminados com as instituições públicas e outros atores que trabalham nestas áreas.

Assistência Técnica e Extensão Rural indígena

O etnomapeamento realizado no âmbito do PC constatou uma ampla degradação ambiental dos recursos naturais, assim como a insuficiente produção de alimentos para consumo e comercialização por parte das aldeias indígenas da região de Dourados. Os sistemas alimentares tradicionais estavam enfraquecidos e a segurança alimentar está vinculada quase que exclusivamente à entrega de cestas de alimentos. A FUNAI carece de recursos humanos para providenciar assistência técnica na área de agricultura pelo que solicitou o apoio do Programa. O PC contratou uma equipe de assistência técnica de extensão rural (ATER) em Dourados visando fortalecer as capacidades produtivas de famílias indígenas de Dourados que estavam em situação de insegurança alimentar.

No início, a ATER acompanhou os projetos da Carteira Indígena do Programa do Ministério do Meio Ambiente e apoiou a implementação das atividades agrícolas previstas nos planos da FUNAI, elaborando um mapeamento das famílias mais vulneráveis e das suas necessidades.

A ATER apoiou tecnicamente a valorização das práticas agrícolas tradicionais, a promoção de práticas agroecológicas e a reintrodução de plantas e árvores nativas, importantes culturalmente para os Guarani-Kaiowa e com potencial comercial. Como resultado houve um incremento na produção agrícola indígena (mandioca, cucurbitáceas e hortaliças) na área de Dourados, o que demonstra a capacidade produtiva das comunidades indígenas assim como a importância do acompanhamento técnico de extensão rural. Essa produção além de satisfazer as necessidades de consumo para subsistência tem potencial para comercialização.

A ATER também realizou oficinas sobre o acesso a políticas públicas relacionadas com a SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI). Outra ação realizada foi o acompanhamento dos processos de regularização dos produtores rurais no âmbito da carteira de produtor rural.

A ATER supervisionou e acompanhou outras muitas ações que irão contribuir a melhorar a situação de segurança alimentar das comunidades indígenas, como são: a recuperação de tanques de piscicultura, a recuperação ambiental e a construção de fogões agroecológicos. Esta última atividade tem criado bastante controvérsia com as comunidades indígenas e com a FUNAI de Dourados devido a problemas na construção dos fogões e à falta de envolvimento das instituições no planejamento desta atividade. Estes problemas estão a ser resolvidos.

O PC também apoiou a troca de saberes entre agricultores indígenas e tradicionais e a troca de experiências e intercâmbios entre os indígenas das duas regiões do PC. Destacam-se a participação de agricultores indígenas nas feiras das sementes tradicionais, o intercâmbio com projetos de conservação e organização de cadeias produtivas (do extrativismo ou de produtos agrícolas), sistemas agroflorestais e a recuperação de áreas degradadas. As lideranças indígenas entrevistadas destacam a importância de esta troca de experiências que valoriza os conhecimentos indígenas, potencia o empoderamento e incentiva aos jovens a participar na recuperação ambiental e nas atividades ligadas com a agricultura.

Esta intervenção que tem mostrado excelentes resultados poderia ter garantido a sua sustentabilidade se a ATER tivesse estado mais e melhor integrada na FUNAI. Ao início, a ATER apoiou atividades da FUNAI, mais com o desenvolvimento das ações, foram respondendo a demandas das comunidades indígenas, trabalhando de forma independente. A FUNAI não tinha recursos humanos nem condições de dar suporte a ATER e acompanhar a implementação das atividades, pelo que foi afastando-se do Programa e não considerou pertinente manifestar as suas demandas.

É importante sublinhar que embora a demanda de ações na área de agricultura familiar foi realizada nas duas áreas de intervenção, estas ações unicamente foram realizadas no município de Dourados. As agências responsáveis desta ação consideraram melhor concentrar as atividades numa zona para ter um maior impacto.

Hortas Escolares

As hortas escolares têm a finalidade de intervir na cultura alimentar e nutricional dos escolares, com base no entendimento de que é possível promover a educação integral de crianças e jovens de escolas e comunidades do seu entorno incorporando uma alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica.

O PC promoveu a instalação de 7 hortas escolares nas aldeias indígenas de Jaguapiru, Bororó e Panambizinho no município de Dourados, nas que participaram 159 professores e cerca de 3.400 alunos indígenas.

Foram realizados encontros de formação para os professores das escolas indígenas nas áreas de meio ambiente (Introdução de novas técnicas e espécies de plantas sugeridas pela comunidade escolar para o cultivo orgânico no espaço escolar e recuperação de fertilidade de solos exauridos por plantios de monoculturas por meio de plantio de adubo verde para produção de massa verde e alimento no currículo escolar) e pedagogia e educação (Legislação brasileira referente à Segurança Alimentar e Nutricional, a horta como estratégia de mudança hábitos e cultura alimentar inadequada).

As crianças ficaram muito motivadas com o trabalho na horta e apreenderam a comer alimentos muito saudáveis que nunca tinham experimentado. Como resultado, as crianças estão levando mudas e sementes para serem cultivadas nos quintais de suas casas, o que representa uma excelente possibilidade de complementar a alimentação tradicional indígena com novos produtos nutritivos

Um aspecto positivo desta experiência é a sua contribuição para a promoção/articulação entre o Governo Federal e a Secretaria de Educação Municipal a fim de apoiar a implementação das políticas públicas referentes à alimentação escolar.

A continuidade das hortas escolares e a criação de novas hortas dependem dos insumos produzidos pela própria comunidade. Por isso, o PC está tem construído dois viveiros de mudas e um minhocário que serão responsáveis pelo fornecimento dos insumos para as sete escolas indígenas de Dourados.

Esta experiência deveria ser documentada para sua divulgação em outras áreas indígenas.

Troca de experiências dos sistemas de extrativismo e agroflorestais – “Olhares Cruzados”

As demandas feitas pelos povos Guarani Kaiowá ao PC não estão unicamente vinculadas a questões relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, mas também ao preconceito e à violência da sociedade envolvente com relação às comunidades indígenas na região. Para abordar estas questões se fez uma parceria com o Projeto “Olhares Cruzados” que tem como finalidade facilitar o conhecimento recíproco de crianças de diferentes comunidades por meio de fotografias, cartas, entrevistas e de objetos produzidos por elas em oficinas de fotografia, redação e arte.

O Programa facilitou o intercambio entre 100 crianças de 4 aldeias Guarani Kaiowá (4 no Estado do Mato Grosso Sul e 1 em Paraguai). A metodologia utilizada envolveu a produção de fotografias, desenhos e a realização de entrevistas com personalidades locais escolhidas por elas, e demonstrou o potencial do projeto como instrumento de comunicação inter-generacional, pois as crianças não tem costume de dialogar com os adultos, e estes acabam não tendo meios para transmitir seus conhecimentos e experiências para os mais jovens.

As crianças tiveram a oportunidade de retratarem o contexto onde vivem seus meios de vida, valores culturais e desejos para o futuro, a partir dos seus próprios olhares, e pesquisarem saberes das suas comunidades.

Os intercâmbios entre as crianças propiciaram o fortalecimento da transição agroecológica que o Programa está promovendo nas aldeias, pois os indígenas conhecem as experiências que nas áreas dos sistemas agroextrativistas e agroflorestais tiveram sucesso e se animam para replicá-lo em suas aldeias e/ou quintais.

A partir do intercâmbio entre as comunidades, os indígenas podem se reconhecer e aprofundar identidades comuns – fundamentais para a construção de alianças e fortalecimento de suas identidades. O olhar das crianças e adolescentes, ao expressarem a forma como se vêem e querem ser vistas, é um instrumento de sensibilização para as lutas de suas comunidades. Permitir que as crianças sejam as porta-vozes de suas aldeias cria uma empatia maior com a sociedade, que tantas vezes só toma conhecimento dessas realidades pelas escassas notícias veiculadas na mídia sobre a violência da qual são vítimas.

Com os resultados desta experiência se publicou um livro, impresso em Guarani-Português, que vai ser distribuídos pelas escolas, bibliotecas e centros de cultura, permitindo o intercâmbio, cruzamento de olhares, construção e fortalecimento de alianças.

RESULTADO 2 - POVOS INDÍGENAS EMPODERADOS PARA EXIGIR SEU DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAÚDE, E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS CAPACITADAS E FORTALECIDAS PARA DESEMPENHAR SUAS FUNÇÕES.

Este resultado tem por objetivo promover o empoderamento dos povos indígenas e suas lideranças e organizações, visando ao fortalecimento da capacidade dos povos indígenas de exigir seus direitos humanos. Todas as atividades realizadas baseiam-se na participação social dos povos indígenas e no respeito por suas tradições, culturas e referências étnicas. Por este motivo, a metodologia adotada nestas ações tem promovido à autonomia dos envolvidos e à revitalização social da cultura local. Destacam os seguintes logros:

Participação dos povos indígenas em instancias de controle social

O PC tem promovido a participação dos povos indígenas em importantes instâncias de controle social relacionadas com a segurança alimentar e nutricional, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA-, no intuito de dar visibilidade às questões indígenas relacionadas com a SAN nestes fóruns de discussão.

Em nível institucional, o Programa tem incentivado a criação de CONSEAs municipais com o objetivo de facilitar a participação da sociedade civil no acompanhamento e aprimoramento das ações e atividades do Programa, bem como favoreça a formulação e o acompanhamento de outras políticas de SAN. Em Dourados, o processo de criação do CONSEA local foi iniciado em 2011, e em Tabatinga em 2012.

O Programa tem apoiado também a participação dos povos indígenas das duas regiões de atuação na plenária do CONSEA Nacional, na IV Conferencia Nacional de SAN e nas reuniões da Comissão Permanente de Povos Indígenas (CP6)⁸, na qual uma liderança de Dourados foi eleita Conselheiro do CONSEA e presidiu a CP6. Prévio à reunião de IV Conferencia de SAN, o Programa apoio a participação das lideranças indígenas das 2 regiões no Encontro Preparatório de delegados indígenas que teve grande sucesso já que todas as propostas elaboradas durante o Encontro foram aprovadas na Conferencia. Espera-se que este resultado possa contribuir a que as demandas dos povos indígenas em relação com a SAN sejam incluídas na Política Nacional de SAN.

O PC, em parceria com o CONSEA e a CAISAN nacional e do estado de Mato Grosso do Sul e parceiros locais, apoiou à Prefeitura de Dourados (Secretaria Municipal de Assistência Social) na realização dum evento para criação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)⁹. Durante o evento, os participantes tiveram a oportunidade de conhecer o funcionamento e a organização do SISAN e a experiência do município de Diadema (São Paulo) com esse Sistema. O produto da oficina foi uma minuta do projeto de lei de criação do SISAN em Dourados. O projeto de lei deveria ter sido aprovado em Dezembro de 2012, mas devido às eleições municipais esse processo ficou adiado.

Convenção 169: tradução e disseminação

⁸ A Comissão Permanente 6 é uma das 6 comissões permanentes do CONSEA; trata da Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas

⁹ O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional; estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil; bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no Brasil.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

A Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da OIT foi ratificada pelo Brasil em 2002. A Convenção constitui o primeiro instrumento internacional vinculante que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas. Os conceitos básicos que orientam a interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados, e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento, na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que habitam e utilizam.

Em 2011, o Governo do Brasil iniciou o processo de diálogo social com a sociedade civil visando à regulamentação dos procedimentos de consulta aos povos indígenas. A OIT foi requisitada pela sociedade civil, as organizações indígenas e o governo para apoiar o diálogo entre as partes. Nesse contexto, o PC prestou apoio técnico ao processo com o objetivo de fortalecer o diálogo como mecanismo de promoção da justiça social, estabelecendo mecanismos de consulta apropriados para tornar efetivos os direitos dos povos indígenas e garantir, entre outros fatores, a segurança alimentar nas comunidades indígenas.

Para sensibilizar aos povos indígenas respeito do conteúdo da Convenção 169, como parte do processo de regulamentação da consulta prévia, se realizaram dois tipos de ações. De uma parte, o Programa organizou um grande número de oficinas visando à disseminação dos direitos dos povos indígenas. Estas oficinas foram realizadas tanto nos locais de atuação do Programa como ao nível nacional em parceria com o Governo Federal. De outra, o PC organizou a tradução, publicação e distribuição da Convenção 169 nas línguas Guaraní-Kaiowá, Terena e Ticuna. A tradução foi realizada em parceria com professores indígenas especialistas em suas línguas. A publicação foi elaborada em parceria com a UNIGRAN (Centro Universitário da Grande Dourados), em versão bilíngue para permitir que seja utilizada pelos 897 mil indígenas do Brasil. O material tem sido distribuído nas reuniões e eventos do PC nas duas regiões, e a través de outros parceiros como organizações da sociedade civil, organizações indígenas e o próprio governo, no contexto da iniciativa de regulamentação da consulta prévia. Também foram confeccionados CDs contendo a versão em áudio da Convenção traduzida.

A disseminação do conteúdo da Convenção 169 tem implicações diretas no contexto político e econômico dos povos indígenas e pode fortalecer o movimento indígena na busca da realização de seus direitos. Por isso, é essencial que as lideranças indígenas e a comunidade indígena em geral, compreendam bem a utilidade da Convenção e as implicações dos diferentes artigos. Em reuniões mantidas em Alto Solimões, as lideranças manifestaram sua satisfação pela tradução da Convenção 169 nas línguas indígenas da região mais sublinharam a necessidade de capacitações em profundidade para compreender bem o conteúdo e poder utilizá-lo eficazmente.

Outro aspecto que poderia ter maximizado o impacto desta atividade, teria sido utilizar a realização de outras atividades do Programa (de agricultura, saúde, artesanato, escolas, comunicação...) para disseminar a Convenção, como foi feito no caso da Troca de saberes.

Fortalecimento da participação social de adolescentes e jovens indígenas por meio da comunicação

As lideranças indígenas, preocupadas com a situação de violência, suicídio e abusos de álcool e drogas nas comunidades, demandaram ao Programa a promoção de atividades com os adolescentes e jovens, assim como a criação de espaços onde os jovens pudessem debater temas relativos aos direitos humanos, à alimentação, à saúde e a outros temas de interesse coletivo.

Para responder a esta demanda, o PC desenhou um Programa de formação em comunicação vinculado às escolas indígenas. Foram criados 2 clubes de comunicação em Dourados e 3 núcleos de comunicação nos 3 municípios do PC do Alto Rio Solimões, que receberam capacitações e equipamentos (filmadoras, câmeras fotográficas, computadores, notebooks, data shows, impressoras, entre outros) Os jovens e adolescentes participaram de oficinas (de fotografia, rádio, produção de vídeos e jornais) onde aprenderam a utilizar essas principais ferramentas de comunicação e, uma vez treinados, realizaram Programas de rádio, vídeos, jornais e exposições fotográficas sobre temas relacionados aos direitos humanos, em especial os dos povos indígenas, de crianças e adolescentes, a partir de informações coletadas em suas comunidades.

Foi uma ação muito bem sucedida, na qual colaboraram com muito entusiasmo um grande numero de parceiros (desde professores, agentes indígenas de saúde, parteiras, lideranças, jovens, gestores ate o pessoal da rádio e da televisão local). A aquisição destas capacidades de comunicação tem contribuído para o fortalecimento da participação dos adolescentes e jovens em eventos e instâncias locais e nacionais. As lideranças indígenas locais passaram a valorizar a participação dos jovens comunicadores nas reuniões, assembléias e eventos realizados nas aldeias, e as instituições locais e nacionais passaram a considerar estes núcleos de comunicação na composição dos eventos e discussões.

Além disso, os jovens ficaram muito motivados, dedicando grande parte do tempo livre para produzir peças de comunicação (vídeos, Programas de rádio, jornais e fotografias) para mostrar a vida nas comunidades indígenas a partir do olhar dos adolescentes e jovens.

Esta atividade foi desenvolvida com maior sucesso na região do Alto Rio Solimões, onde todos os entrevistados (desde o pessoal de saúde ate as lideranças) mencionaram o sucesso desta experiência. Isto foi devido ao acompanhamento constante e muito de perto da agencia da ONU responsável, a uma maior articulação e mobilização de parceiros estratégicos de toda índole, além de a metodologia baseada na interação dos jovens com a comunidade e com os parceiros. Vale ressaltar que os professores ficaram muito envolvidos com os trabalhos dos jovens e que a atividade esta a gerar grandes aspirações de futuro nos jovens.

Para além dos logros acima mencionados, houve outras ações de grande interesse que também contribuíram ao empoderamento dos povos indígenas, como são a elaboração das Cartilhas sobre os direitos e os cuidados com as crianças em versões bilíngues (Guarani-Kaiowa-Português, Terena-Português e Ticuna-Português) que foram produzidas trás um processo de validação participativo com os participantes nas oficinas de Troca de saberes, o Edital de Pequenas Doações a Projetos Indígenas (PDI) que contribuiu a que acadêmicos indígenas retornassem a suas aldeias para implementar pequenos projetos relacionados com a sua formação nas áreas de segurança alimentar, saúde, educação, comunicação entre outras, e o apoio às mulheres indígenas na elaboração de propostas para à Chamada para projetos de Mulheres Indígenas, da Carteira Indígena.

RESULTADO 3 - DIAGNÓSTICO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS REALIZADOS

O PC produziu um grande numero de diagnósticos sobre a caracterização das comunidades indígenas nos 4 municípios do Programa, mais a maioria (levantamento de demandas, troca de saberes e etnomapeamentos) já foram descritos na seção do Resultado 1 por estar relacionados com a situação de segurança alimentar realizados. Nesta seção se tem incluído outras ações bem sucedidas relacionadas diretamente com este resultado.

Diagnóstico de percepção de direitos das crianças e mulheres indígenas

Esta ação surgiu pela falta de diagnósticos na área dos Direitos Humanos das populações indígenas na área de abrangência do PC.

Cerca de 500 lideranças, mulheres, jovens e crianças indígenas, bem como rezadores/pajés, de parteiras e de Agentes Indígenas de Saúde (AIS), participaram em reuniões e grupos focais. O objetivo destas reuniões foi captar as percepções destas comunidades indígenas respeito do grau de realização dos direitos humanos de mulheres e crianças para poder procurar a melhoria da qualidade de vida destas comunidades.

Na área de Dourados, os maiores problemas estão relacionados com a sensação de insegurança diante da violência física e letal (brigas, mortes, espancamentos, suicídios). Destaque, em especial, à prática da violência simbólica: humilhações e preconceito por serem índios; não atendimento das necessidades básicas (saneamento, alimentação, moradia, etc.); dificuldades para geração de renda e emprego; ausência de expectativas de futuro e opções de ocupação para os jovens.

Na área de Alto Solimões, os problemas que mais preocupam a população estão relacionados com o atendimento à saúde, em especial atendimentos de alta complexidade, falta de estrutura e agentes (médicos, enfermeiros, etc.), além das grandes distâncias; aparece também, em menor escala, a sensação de insegurança, diante da violência, fruto, sobretudo, do consumo de bebida alcoólica e de drogas ilícitas; dificuldades para concretização de uma educação indígena efetivamente intercultural, que procure o diálogo entre as culturas.

Estes diagnósticos serviram para reorientar as atividades do PC, incluindo algumas atividades que inicialmente não estavam previstas, como por exemplo, os colóquios sobre a rede de proteção à infância indígena e estratégias de enfrentamento ao racismo.

Os diagnósticos de percepção de direitos deveriam ser amplamente divulgados para subsidiar futuros projetos e políticas de intervenção do Poder Público, de outras instituições e de organizações que trabalham na garantia dos direitos das crianças e mulheres indígenas.

Articulação de políticas para a integração da Rede de Proteção a Infância indígena

A raiz de uma demanda da Coordenação Regional da FUNAI em Dourados e dos resultados do Diagnóstico de Percepção de Direitos realizado no âmbito do Programa, foi identificada a necessidade de abordar o tema dos direitos de crianças e jovens nestas áreas indígenas. Os diagnósticos identificaram alguns problemas e violações de direitos de que sofrem estes povos muitos de eles relacionados com as crianças e adolescentes; entre os que destacam a exploração sexual de crianças, agressões e falta de segurança, suicídios, a utilização de álcool e drogas pelos jovens além de humilhações, preconceitos e dificuldade de atendimento a necessidades básicas, como saúde, saneamento, alimentação e moradia.

O Programa considerou que era de extrema importância promover um debate sobre a rede de proteção da criança indígena embora esta atividade não estivesse prevista no PRODOC.

Em Dourados foram organizados dois colóquios sobre infância e juventude entre os Kaiowá, Guaraní e Terena e reuniões nas que se abordaram estratégias para o

enfrentamento do racismo sofrido pelos indígenas neste município, e o fortalecimento da Rede de Proteção à Infância Indígena para garantir os direitos de crianças e adolescentes que ainda são muito vulneráveis. Estas reuniões foram fundamentais para aproximar os atores, pois nelas participaram as instituições públicas, a comunidade indígena e a população local, e por ter constituído o primeiro esforço sistemático de discutir a Rede de proteção da infância indígena. Como resultado destes encontros se elaboraram Diretrizes básicas para orientar a técnicos e gestores municipais das diferentes políticas setoriais ligadas à infância, adolescência e juventude no estabelecimento de um fluxo de atenção integral, assegurando a inclusão das demandas da população indígena nas políticas setoriais de proteção dos direitos. Os colóquios em Alto Solimões estão planejados para os meses de Maio e Junho de 2013 com finalidade de fortalecer a rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente. No nível nacional, se apoia a articulação entre as políticas públicas no âmbito regional e nacional (CONANDA, SEDH, ABMP e FUNAI).

Esta ação foi muito bem valorada pela FUNAI de Dourados como um exemplo de trabalho em parceria com bons resultados. A raiz de esta atividade se criou uma comissão de apoio a criança em situação difícil.

Fortalecimento do SISVAN indígena

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) do Brasil que promove as práticas alimentares saudáveis e a prevenção de doenças associadas à alimentação e nutrição, determina a realização do monitoramento da situação alimentar e nutricional a través do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). O SISVAN Indígena foi criado em 2006 com o objetivo principal de fornecer informação contínua e atualizada sobre a situação alimentar e nutricional da população indígena, identificando áreas e grupos populacionais indígenas em risco, para possibilitar o desenvolvimento de ações para prevenção dos distúrbios nutricionais e de promoção de práticas alimentares saudáveis.

O fortalecimento do SISVAN tem sido uma das ações prioritárias do PC na área da nutrição. Profissionais de saúde indígenas e não indígenas responsáveis pela atualização e análise de dados do SISVAN participaram de cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo Programa no Alto Rio Solimões e Dourados. Foram contemplados 45 profissionais de nível superior e mais de 300 agentes indígenas de saúde (AIS) das duas regiões. Também foi distribuído equipamento (balanças e outros equipamentos antropométricos) e bicicletas para os AIS que realizam visitas domiciliares continuadas nas comunidades indígenas. Os equipamentos visam fortalecer o acompanhamento do crescimento infantil, no pré-natal e no período pós parto, com o intuito de reduzir a mortalidade infantil entre os indígenas. Os profissionais da saúde e os AIS comentaram que estes materiais não foram da melhor qualidade e que alguns já ficaram estragados.

Além dessas ações, foram pactuadas com o Ministério da Saúde a inclusão do indicador altura/idade e adoção das novas curvas de crescimento (OMS) enquanto rotina dos serviços de saúde indígena, permitindo a harmonização do SISVAN indígena com o SISVAN nacional.

Os AIS das duas áreas de intervenção consideram muito valiosa e relevante a formação recebida, mais opinaram que as capacitações deveriam ter abrangido a todos os AIS dos municípios do PC.

RESULTADO NÃO PREVISTO

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Como resultado da implementação do Programa, o sistema de Nações Unidas no Brasil adquiriu um forte compromisso com o tema indígena. Como consequência, estabeleceu parcerias com instituições governamentais para trabalhar o tema de direitos humanos para os povos indígenas no futuro.

Atualmente o UNCT (United Nations Country Team) de Brasil esta retomando uma iniciativa que iniciou em 2011, que consiste na produção conjunta de “Position Papers” (documentos de opinião das agências do sistema da ONU) sobre temas de grande interesse e atualidade. Um dos documentos que vai ser produzido este ano abordara a situação de direitos dos povos indígenas e outros assuntos relacionados com seu desenvolvimento.

As cinco agências envolvidas no Programa ficaram muito sensibilizadas com a importância de dar continuidade ao trabalho nas áreas indígenas pelo que estão elaborando propostas e projeto com este propósito.

A consultora foi informada apos a missão de avaliação que no Seminário de Encerramento do PC, realizado em Brasília nos dias 27 e 28 de maio de 2013 com a participação de mais de 180 pessoas incluindo os indígenas das duas regiões, foi reafirmado o compromisso entre as Nações Unidas e o Governo Brasileiro, e foi assinada uma Carta de Intenções, com o intuito de assegurar a continuidade dos esforços conjuntos para o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. A Carta de Intenções no Anexo VII expõe as próximas ações, incluindo o reforço do tema no âmbito do Grupo Temático de Raça, Gênero e Etnia, entre outros.

Este resultado que não estava previsto no PRODOC vai ter um impacto muito positivo na sustentabilidade do PC.

COMUNICAÇÃO E ADVOCACY

A comunicação e advocacy constitui um eixo transversal a todas as ações desenvolvidas pelo Programa, pelo que contribui a alcançar com mais êxito os resultados previstos e lograr que o Programa seja mais eficaz.

O F-ODM elaborou uma estratégia de Comunicação e Advocacy para orientar os Programas conjuntos das diferentes janelas temáticas na elaboração de suas estratégias de comunicação que deveriam estar adaptadas as características dos Programas. Devido à importância da comunicação e advocacy para o logro dos ODMs, o Fundo ODM estabeleceu que as agências participantes nos Programas conjuntos deviam destinar o 2% dos seus orçamento à implementação da estratégia de comunicação e advocacy.

Durante a primeira fase do PC as ações de comunicação e advocacy se limitaram à elaboração de uma estratégia de comunicação e advocacy bastante vaga e mais ligada com a difusão dos resultados, e ao estabelecimento dum Espaço Colaborativo no internet para difundir a documentação do Programa. A avaliação de meio termo recomendou revisar a estratégia de comunicação e advocacy para incluir novas ações visando uma maior difusão dos avanços do Programa e às boas práticas com o propósito de incrementar o impacto nas políticas publicas. Também recomendou que a consultora de comunicação da UNICEF no Estado de Amazonas, que era responsável das atividades de comunicação com os jovens no Alto Solimões, fosse designada para atuar também como ponto focal de comunicação do PC.

Na segunda fase do PC, a consultora da UNICEF assumiu as tarefas de comunicação do Programa, mais teve que acumula-las com o trabalho de comunicação do escritório da UNICEF no Estado de Amazonas. A consultora continuou baseada no escritório da UNICEF em Manaus, mais tinha que cobrir as duas áreas do PC (que distam mais de 3.000 km como já foi dito), o que foi muito difícil. A consultora realizou um plano de comunicação para 2012 com atividades e prazos concretos. A maioria destas atividades não foram desenvolvidas por falta de financiamento, pois as agências não alocaram fundos para sua realização, nem para as deslocações a Brasília ou Dourados (onde conseguiu viajar uma única vez). Mesmo com estas dificuldades, foram elaborados três boletins para difundir os logros do PC e alguns releases para a mídia, e se estabeleceu uma parceria com os responsáveis de comunicação da CONSEA para incrementar a difusão do Programa. Também se criou um novo site no internet, vinculado ao site da OPAS: <http://new.paho.org/bra/sanindigena/>

Em relação com a produção de matérias de divulgação sobre as ações do PC, cada agência atuou de uma maneira diferente. Algumas agências elaboraram relatórios de cada uma das atividades desenvolvidas enquanto outras unicamente fizeram divulgação em eventos a nível local. Em alguns casos os relatórios foram disseminados, mais na maioria os relatórios só foram distribuídos entre as agências.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade mede a probabilidade de continuidade dos benefícios da intervenção a longo prazo.

A estratégia definida no PRODOC para garantir a sustentabilidade da intervenção foi bastante ambígua, pois indicava que a estratégia do PC baseada no empoderamento dos atores e o fortalecimento institucional era suficiente para garantir a sustentabilidade das ações mais não definia ações concretas que deveriam ser implementadas. Além disso, o Programa não elaborou um Plano de Sustentabilidade com uma clara estratégia de saída para maximizar a sustentabilidade dos resultados. A avaliação de meio termo assinalou três elementos para melhorar a sustentabilidade do PC: a apropriação das ações pela parte das comunidades indígenas e as instituições governamentais; o fortalecimento das instituições, especialmente da FUNAI, e a articulação das ações com as políticas públicas como resultado do trabalho inter-setorial e coletivo.

A sustentabilidade do PC vai depender de diferentes fatores que se devem analisar a três níveis diferentes: comunitário, local e nacional.

No nível comunitário, não houve um envolvimento absoluto no Programa por parte das comunidades participantes. Diferentes grupos participaram em diferentes atividades, mais o Programa não foi compreendido como uma intervenção integral com um mesmo objetivo. O nível da apropriação das ações variou muito de umas a outras dependendo de diversos fatores. As ações que foram demandadas pelas comunidades tiveram uma maior apropriação que aquelas que foram planejadas no nível nacional, embora também foram bem acolhidas. A metodologia utilizada e o respeito à interculturalidade e aos “tempos” dos povos indígenas também foram decisivos. Um fator essencial foi o envolvimento das lideranças indígenas, e outras figuras importantes das comunidades indígenas no planejamento e implementação das ações. A valorização da cultura indígena e a participação em instancias de participação social para dar visibilidade às questões indígenas foram elementos que favoreceram o fortalecimento das instituições indígenas.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Um último fator importante foi o acompanhamento de perto das ações pela parte das instituições locais e as agências da ONU.

O fortalecimento de capacidades das lideranças indígenas teria sido um fator importante para lograr uma maior apropriação da intervenção e garantir sua sustentabilidade

No nível local, a situação é diferente nas duas regiões de atuação do PC. No Alto Solimões, as instituições públicas (Prefeitura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, IFAM, OGPTB...) tem participado nas diferentes atividades do Programa e tem valorado muito positivamente seus benefícios. Atualmente estão a analisar os mecanismos e recursos necessários para garantir a continuidade das ações e sua replicação noutros comunidades indígenas. Embora a FUNAI acompanhasse as atividades do PC e prestou apoio logístico, o nível de apropriação foi muito limitado porque não participaram no desenho do Programa e não foram tidas em conta as suas demandas e necessidades. Contudo, consideram que devem dar continuidade a algumas ações pelo impacto positivo que poderiam ter no longo prazo. No caso da SESAI foi diferente, pois ficaram muito envolvidos nas ações relacionadas com a saúde e nutrição. O Coordenador da SESAI recentemente nomeado manifestou a sua intenção de continuar com as capacitações iniciadas pelo PC, e ampliar o leque de parceiros para maximizar o impacto.

Na região de Dourados, a probabilidade de continuação dos benefícios obtidos pelo Programa é mais complexa. Por uma parte, a interação do Programa com as instituições públicas foi muito mais difícil devido em parte ao preconceito contra os povos indígenas. A avaliadora não conseguiu entrevistar a nenhum representante destas instituições, mais foi informada que não ficaram envolvidas nas atividades do Programa, simplesmente prestaram algum apoio financeiro pontual às atividades ligadas com a agricultura. O nível de apropriação da FUNAI foi decrescendo ao longo dos 3 anos de implementação do Programa. Este fato se deve a vários fatores: não se tiveram em conta algumas demandas e sugestões realizadas por esta instituição, não existiam recursos humanos para acompanhar as atividades, a presença do ponto focal foi muito fraca o que impediu um maior envolvimento desta instituição, e a equipa ATER, inserida na FUNAI, trabalhou de forma independente. No caso da SESAI, a apropriação foi maior, apoiaram as ações, e existe interesse em dar continuidade, embora não dispõem de recursos materiais e financeiros.

No nível nacional, e como já foi mencionado, as duas instituições contrapartes principais atravessaram um período de reestruturação e uma grande rotação do pessoal durante o período de implementação do PC, o que representa um risco importante para a sustentabilidade. Contudo, a FUNAI considera muito positiva a experiência piloto de trabalho inter-setorial e inter-agencial, que vai ser incorporada na sua estratégia de atuação. Considera também que os diagnósticos e estudos realizados pelo Programa são de um grande valor e poderão ser utilizados para o planeamento de ações futuras, e que vai ser realizado um análise das boas praticas e lições apreendidas para poder replicar esta experiência em outras áreas indígenas. No caso da SESAI, os responsáveis tem assumido recentemente suas funções e se encontram numa fase de avaliação das atividades realizada pelo Programa para poder maximizar seu impacto. Tem elaborado um plano de formação permanente que inclui dos aspectos claves para dar continuação as atividades do PC: a continuação das capacitações dos AIS diferenciada por regiões, e a formação dos profissionais da saúde na temática de saúde indígena com grande ênfase nos temas de interculturalidade. A SESAI tem recursos financeiros suficientes para realizar estas ações embora os mecanismos administrativos e financeiros são complexos.

Pela parte das agências da ONU, cada uma das cinco agências pretende dar continuidade às ações iniciadas no âmbito do PC. A Carta de Intenções assinada no Seminário de Encerramento representa um marco importante de cooperação entre o sistema da ONU e o Governo Brasileiro para garantir a sustentabilidade destas ações.

E de salientar que já se tem dado passos importantes para atingir a sustentabilidade do Programa. O PNUD, junto com a FUNAI e o Ministério do Meio Ambiente, está implementando o Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) que tem por objetivo adotar uma estratégia piloto de gestão ambiental em Terras Indígenas para a conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade florestal. Entre as ações do projeto, se inclui a utilização das lições aprendidas e da troca de experiências de outros projetos do PNUD que promovem a sustentabilidade ambiental e a mitigação da pobreza, desenvolvendo as capacidades de comunidades locais para o uso sustentável de recursos naturais. Neste marco, foi decidido elaborar um Plano de Trabalho PC – GATI para gerar conhecimento baseado nas ações desenvolvidas pelo PC, permitindo a identificação de melhores práticas e lições aprendidas que possam vir a ser úteis na gestão e nas intervenções do GATI (replicabilidade e scaling up).

4. LIÇÕES APREENDIDAS

Com base na revisão dos documentos produzidos pelo Programa, as entrevistas e reuniões com atores chave, e o análise de todas estas informações, a avaliadora tem compilado as seguintes lições aprendidas:

- O PC tem constituído um modelo inovador de abordagem integral dos problemas de segurança alimentar e nutricional, que pode ter um grande potencial na melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas. Para que o PC alcance todo seu potencial é necessário que os principais atores participem ativamente nos processos de desenho, implementação e monitoramento e avaliação, e se apropriem totalmente da intervenção. Sem esta apropriação, a sustentabilidade da intervenção estará em risco.
- O desenho dum programa é chave para garantir o sucesso da intervenção. Deve-se investir tempo e recursos na formulação dos programas e garantir a participação dos atores. Os programas devem focalizar nos principais problemas das comunidades, ser coerentes e concretos, com ações articuladas, uma estratégia de saída bem definida, e mecanismos estabelecidos para o monitoramento e avaliação.
- A modelo de gestão administrativa e financeira de programas inter-agenciais das Nações Unidas deve ser flexível para permitir estabelecer sinergias entre as agências, desenvolver um trabalho complementar, e realizar mudanças para poder adaptar-se a novas situações e demandas que possam surgir durante o processo de implementação.
- As agências das Nações Unidas e suas instituições contrapartes devem co-liderar a execução dos programas. Se deve estabelecer uma unidade de gestão localizada na área de intervenção, e todas as instituições devem participar no planejamento, execução e monitoramento das ações.
- Os programas devem priorizar na etapa inicial o estabelecimento da linha de base e a elaboração do plano de monitoramento e avaliação para permitir acompanhar os avanços do programa, redefinir os rumos de execução, identificar as medidas necessárias para superar as dificuldades operacionais, e organizar um registro de informações e dados desde o início.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

- A participação das lideranças indígenas nas ações do Programa contribuiu decisivamente a estabelecer um vínculo entre as decisões e necessidades da comunidade e os programas e as instituições governamentais. Também contribuiu a garantir a sustentabilidade.
- As ações que receberam maior envolvimento dos diferentes parceiros e das agências da ONU tem tido maior sucesso. Para o planejamento das ações é essencial ficar em contato com as comunidades, promover a compreensão da intervenção, acompanhar de perto a implementação e garantir a divulgação dos resultados. Um bom exemplo são as oficinas de comunicação em Alto Rio Solimões.
- A divulgação das boas práticas e das lições apreendidas a todos os níveis (comunitário, local, nacional e internacional) é essencial para poder transferir o conhecimento e aprendizagem acumulado e replicar as boas iniciativas em outras áreas.

5. CONCLUSÕES

1. O Programa Conjunto por seu caráter multi-setorial e inter-agencial tem constituído uma experiência piloto tanto para as instituições governamentais como para as agências da ONU. As principais instituições envolvidas no PC valoram muito positivamente a experiência que consideram que tem um grande potencial. A experiência do PC pode ser o início dum processo de cooperação e colaboração entre as instituições, onde as lições apreendidas sobre o processo de desenho, de implementação e sobre o modelo de gestão vão contribuir consideravelmente a que futuras intervenções conjuntas tenham maior sucesso.

PERTINENCIA

2. O PC é pertinente com as iniciativas do Governo brasileiro e com os objetivos e lógica dos Programas Conjuntos da Janela Temática Infância, Segurança Alimentar e Nutrição, na medida em que pretende melhorar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional direcionadas aos povos indígenas através da intensificação do diálogo com suas lideranças e comunidades visando à realização progressiva dos direitos humanos. O Programa é também coerente e está bem alinhado com as prioridades do UNDAF 2012-2015, estando orientado à redução das desigualdades de raça e etnia na consecução dos ODM, um dos eixos prioritários deste Marco de Cooperação.
3. O PC foi desenhado pelas agências da ONU com base em seus objetivos, compromissos e experiência. As contrapartes governamentais do nível nacional colaboraram levemente no processo de desenho, pois se encontravam imersas num processo de reestruturação interna. As instituições locais e as comunidades indígenas unicamente foram consultadas uma vez que o Programa esteve já formulado, devido principalmente à falta do tempo necessário para realizar diagnósticos participativos para identificar os problemas. A falta de participação dos atores locais e nacionais no desenho do PC tem contribuído à limitada apropriação do processo de implementação tanto no nível local como nacional.
4. Como resultado da falta de participação dos atores locais no desenho, o Programa focalizou suas ações nas áreas de saúde e a nutrição, mesmo que são sectores que requerem uma atenção especial, não representam o problema mais grave que enfrenta

o povo indígena nas áreas de intervenção. O problema principal está relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis (produção agrícola e atividades geradoras de renda) para além de outros problemas de índole social, como a falta de oportunidades para os jovens. Também não foram identificadas algumas das necessidades de fortalecimento institucional devido à falta de envolvimento das instituições no processo de desenho.

5. O Programa foi formulado de forma vaga e ambígua, em parte para poder posteriormente alinhar as atividades com os problemas reais da população e as necessidades das instituições que seriam identificados através de diversos estudos e diagnósticos. O Programa carece de um enfoque integral, consta de um grande número de atividades que não estão bem articuladas entre si, e não sempre são coerentes com os resultados esperados. Existe também um desequilíbrio entre a relevância e prioridade outorgada às diferentes atividades e os recursos alocados, priorizando ações de formação em temas de saúde em detrimento de ações de fortalecimento institucional e melhoria do acesso às políticas públicas. Cada agência ficou responsável de um número determinado de atividades, sem estar previstas ações conjuntas.

EFICIENCIA

6. A implementação do PC tem constituído um processo de aprendizagem complexo para as instituições governamentais e para as agências da ONU devido ao seu carácter multi-setorial e inter-agencial. Esta experiência tem representado dois grandes desafios: o alinhamento e trabalho conjunto com as contrapartes institucionais, e o trabalho conjunto entre as agências da ONU. Respeito ao primeiro reto, as agências da ONU e suas principais contrapartes não constituíram uma verdadeira equipe para o desenho e implementação do Programa. As agências da ONU assumiram a liderança enquanto as instituições governamentais limitaram-se a acompanhar as atividades, contribuindo com conhecimentos e recursos logísticos e financeiros.
7. Respeito ao trabalho entre as agências da ONU, o modelo de gestão administrativo e financeiro utilizado limitou consideravelmente o trabalho conjunto das agências. Cada agência administrou seus fundos seguindo seus procedimentos e regulamentos internos o que impediu tanto realizar modificações que implicassem realocação de fundos como implementar atividades conjuntas. Para, além disso, o planejamento, gestão, monitoramento e difusão das atividades não se realizaram de forma conjunta, perdendo oportunidades de procurar sinergias e maximizar o impacto do PC.
8. A gestão do PC melhorou com a contratação do Coordenador Geral do Programa e dos pontos focais nas duas regiões de atuação. Contudo, estas contratações foram realizadas muito tarde (abril e maio de 2012) e foram-lhes atribuídas responsabilidades muito limitadas ou não bem definidas. Os pontos focais das 5 agências da ONU mostraram uma grande capacidade técnica e um alto nível de compromisso, mais tiveram que enfrentar muitas dificuldades para implementar seu trabalho, como um documento de projeto confuso e ambíguo, a sobrecarga de trabalho por ter que dedicar parte do tempo a outras atividades de sua agência ou os limitados recursos para visitas ao terreno.
9. Os dados disponíveis não permitem realizar uma análise pormenorizada sobre o nível de execução anual devido ao facto de que cada agência tem um mecanismo diferente de controlar seu orçamento pelo que resulta difícil unificar os dados. Segundo os dados disponíveis, o grau de execução do Programa foi de 65% do orçamento total a Dezembro de 2012. Houve uma desaceleração na execução orçamental durante a segunda metade de implementação do Programa, passando de 38% (Janeiro 2010 – Julho 2011) a 28%

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

(Agosto 2011 – Dezembro 2012). Esta desaceleração se deveu principalmente à diminuição do nível de execução da OPAS, agência com maior orçamento, que passou de 50% a 10% nestes períodos, devido em parte a que as atividades em Alto Rio Solimões tiveram que ser interrompidas durante a intervenção do DSEI. Durante os seis de extensão do Programa deveria ser executado o 35% do orçamento total.

10. O sistema de monitoramento e avaliação tem sido pouco eficaz e não tem permitido um acompanhamento adequado dos processos, atividades, produtos e resultados devido principalmente aos atrasos registrados na elaboração dos instrumentos necessários. Não foi realizada uma verdadeira linha de base ao início do Programa, e a tentativa de utilizar os resultados de estudos e diagnósticos como linha de base fracassou, pois estes diagnósticos foram realizados ao longo dos três anos de implementação de Programa. O Plano de Monitoramento e Avaliação também sofreu demoras e apenas ficou operativo em Março de 2012. A falta de um sistema de monitoramento durante a maior parte de implementação do Programa tem dificultado a possibilidade de criar sinergias entre as atividades, redefinir os rumos de execução do PC, identificar conjuntamente as medidas necessárias para superar as dificuldades operacionais, e organizar um registro de informações e dados que teriam sido fundamentais para a presente avaliação final.
11. O grau da apropriação do PC pela parte das instituições nacionais e locais e das comunidades indígenas tem sido bastante limitado, devido principalmente a dois fatores: à falta de participação no desenho do Programa e à liderança assumida pelas agências da ONU. No nível nacional, também influíram outros elementos, como o processo de reestruturação que atravessavam as principais contrapartes, a falta de suficientes recursos humanos para acompanhar as ações do PC, a rotação do pessoal, e a falta de experiência de trabalho inter-setorial e inter-institucional. No nível local, o grau de apropriação variou segundo a instituição contraparte e a região. A FUNAI em Dourados participou muito ativamente na primeira fase do Programa, mais conforme as ações foram se desenvolvendo, foi afastando do Programa, principalmente porque as agências trabalharam de forma independente sem ouvir suas sugestões. Em Alto Rio Solimões, a FUNAI deu apoio logístico e técnico mais não ficou envolvido na execução das atividades tanto pela falta de recursos humanos como pela falta de clareza sobre a finalidade e continuidade do Programa. A SESAI das duas regiões esteve muito envolvida, mais unicamente nas atividades relacionadas com a saúde. As lideranças e comunidades indígenas (mulheres, jovens, crianças...) participaram muito ativamente nas oficinas e processos participativos realizados nas duas regiões mais não houve uma verdadeira apropriação do Programa, pois não foi compreendido como uma intervenção integral com um objetivo comum.

EFICÁCIA

12. A revisão dos logros atingidos pelo PC indica um bom progresso na consecução dos resultados esperados. Embora o Programa fosse desenhado de forma vaga com atividades indicativas, a maioria das atividades no PRODOC foram concretizadas e realizadas e os produtos esperados conseguidos. Os resultados conseguidos teriam tido maior impacto se as instituições contrapartes e as comunidades indígenas tiveram-se apropriado das ações.
13. Foram implementadas um grande número de ações para melhorar a situação de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas. Estas ações tiveram um grande foco na saúde (incremento do acesso a políticas de saúde pública), os cuidados da criança (troca de conhecimentos e práticas de cuidado da criança) e a nutrição

(incremento da produção e do acesso e consumo de alimentos saudáveis e o reconhecimento dos sistemas de produção dos povos indígenas desde a perspectiva de agrobiodiversidade), e sua implementação foi baseada na etnicidade e cultura dos povos indígenas. Estas ações absorveram mais da metade do orçamento total do projeto. Contudo, para promover o empoderamento dos povos indígenas e suas lideranças e organizações, visando ao fortalecimento da capacidade dos povos indígenas de exigir seus direitos humanos (Resultado 2) se realizaram algumas ações baseadas na participação social dos povos indígenas e no respeito por suas tradições, culturas e referências étnicas. A maioria destas ações foram muito bem sucedidas e conseguiram o empoderamento das comunidades indígenas. Este componente do Programa que se considera essencial, unicamente contou com uma quarta parte dos fundos totais do PC.

14. Foram realizados vários diagnósticos participativos para conhecer os interesses e necessidades dos povos indígenas em relação com a saúde e a segurança alimentar (levantamento de demandas), apreciar os conhecimentos e praticas tradicionais de cuidado da criança (troca de saberes), captar as percepções destas comunidades indígenas respeito do grau de realização dos direitos humanos (percepção de direitos), e avaliar as capacidades produtiva, tradições agrícolas, geração de renda e as recursos naturais destas comunidades (etnomapeamentos). Estes exercícios foram extremamente interessantes, sem embargo, não foi destinado suficiente tempo e recursos para a devolutiva com os participantes, e não foram suficientemente difundidos os resultados. Alguns destes diagnósticos criaram expectativas nas comunidades indígenas que não foram satisfeitas.
15. O PC teve um resultado não previsto de grande importância. O sistema de Nações Unidas no Brasil tem adquirido um forte compromisso com o tema indígena. Como consequência, estabeleceu parcerias com instituições governamentais para trabalhar o tema de direitos humanos para os povos indígenas. Para a maioria das agências era a primeira vez que trabalhava com os povos indígenas mais todas as agências pretendem dar continuidade a estes trabalhos e ampliar suas intervenções para outras zonas.
16. O PC não outorgou prioridade nem relevância às ações de comunicação e advocacy. Apenas na ultima etapa do Programa se elaborou um plano de comunicação, mas não se alocaram fundos, nem suficientes recursos humanos para sua implementação. Não houve orientações para harmonizar a produção de materiais para divulgar as boas praticas do PC.

SUSTENTABILIDADE

17. A estratégia do PC para garantir a sustentabilidade da intervenção é bastante ambígua, pois considera que o empoderamento dos atores e o fortalecimento institucional são suficientes para garantir a sustentabilidade das ações, e não contempla a elaboração de uma estratégia de saída para maximizar a sustentabilidade dos resultados. Contudo, se considera que algumas ações desenvolvidas pelo Programa serão sustentáveis.
18. No nível comunitário, é provável que os benefícios das ações do PC que foram demandadas pela comunidade, que foram implementadas com respeito à interculturalidade e aos “tempos” dos povos indígenas, que envolveram as lideranças no processo e que foram acompanhadas de perto pelas instituições locais e as agências da ONU, tenham continuidade no longo prazo.

19. A situação no nível local é muito diferente nas duas regiões de atuação. Enquanto na região de Alto Rio Solimões, as instituições públicas (Prefeitura, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, IFAM, OGPTB...) tem participado nas diferentes atividades do Programa e atualmente estão a analisar os mecanismos e recursos necessários para garantir a continuidade das ações e sua replicação noutros comunidades indígenas, no município de Dourados, a probabilidade de continuação dos benefícios obtidos pelo Programa é mais complexa, devido ao preconceito contra os povos indígenas pela parte das instituições municipais, ao afastamento progressivo da FUNAI do PC, e à falta de recursos da SESAI.
20. No nível nacional, a grande rotação do pessoal durante o período de implementação do PC tem representado um risco importante para a sustentabilidade. Contudo, as principais contrapartes valoram positivamente o Programa e vão realizar um análise das boas praticas e lições apreendidas para dar continuidade e poder replicar esta experiência em outras áreas indígenas.

6. RECOMENDAÇÕES

PARA O SISTEMA DA ONU:

- Durante o processo de avaliação foi possível constatar que as instituições contrapartes e as comunidades indígenas envolvidas na implementação do PC consideram positivos e bem sucedidos os resultados obtidos pelo Programa. Contudo, esta experiência piloto necessita ser consolidada para garantir sua sustentabilidade. Por este motivo ***recomenda-se às agencias do sistema da ONU revisar seus planos de trabalho com o intuito de integrar as ações necessárias para consolidar e garantir a sustentabilidade das atividades realizadas no âmbito do PC.***
- A avaliação tem verificado que o modelo de gestão utilizado tem criado serias dificuldades para a implementação do Programa Conjunto. Em consequência, ***recomenda-se ao sistema de Nações Unidas explorar modelos de gestão diferentes que facilitem o trabalho conjunto das agencias. Este modelo poderia consistir em estabelecer uma única unidade gestão administrativa e financeira do Programa, inserida no Escritório do Coordenador Residente ou na agencia líder, que alocaria fundos às agencias para a implementação de atividades relacionadas com a sua área de expertise.***
- A avaliação também verificou que as ações melhor sucedidas foram aquelas nas que houve um grande envolvimento de todos os atores e um acompanhamento de perto pelas agencias da ONU no nível local. Por este motivo, ***recomenda-se também criar uma unidade de coordenação do programa localizada na área de intervenção, formada por técnicos das instituições governamentais e técnicos contratados pelo Programa para apoiar a implementação e monitoramento das atividades. A figura do coordenador considera-se essencial para articular as ações com um enfoque integral.***
- A avaliação constatou que grande parte dos problemas encontrados durante a implementação do PC foram devidos a um desenho fraco e pouco participativo. ***Recomenda-se às agencias da ONU alocar os recursos e o tempo necessário para garantir que o processo de desenho de um programa seja muito participativo, permitindo identificar adequadamente o foco do programa, as ações necessárias***

para satisfazer as demandas dos atores e a apropriação e envolvimento dos atores em todo o ciclo do programa. O Programa deve ter um enfoque integral com atividades concretas, bem articuladas e coerentes.

- O fortalecimento institucional, a criação de capacidades e o empoderamento dos povos indígenas (ou comunidades beneficiárias) são elementos essenciais para garantir o sucesso e sustentabilidade dos programas. Neste sentido, ***recomenda-se ao sistema da ONU: 1) identificar junto com estes atores suas necessidades de fortalecimento de capacidades e institucional e estabelecer conjuntamente um plano de ação, alocando os recursos necessários para sua implementação, e 2) co-liderar os programas junto com as instituições governamentais e as comunidades beneficiárias, elaborando conjuntamente os planos de trabalho e monitorando as ações em conjunto para verificar os avanços e definir modificações quando for necessário.*** O verdadeiro trabalho interinstitucional requer mais esforço, tempo e recursos, mas os resultados e o impacto são mais sustentáveis.
- A avaliação identificou um grande número diagnósticos e de boas práticas do Programa que deveriam ser documentadas, sistematizadas e difundidas para sua possível replicação. No fim de Maio terá lugar uma oficina nacional, onde estas práticas serão difundidas. ***Recomenda-se às agências da ONU elaborar materiais de divulgação, tanto cartilhas, como cartazes e materiais audiovisuais para difundir as boas práticas tanto no Brasil como em outros países que tenham povos indígenas.***
- Os programas dirigidos aos povos indígenas precisam ser desenhados e implementados utilizando metodologias específicas que respeitem a interculturalidade e os “tempos” dos povos indígenas. Por este motivo, ***recomenda-se a integração de antropólogos com experiência de trabalho com povos indígenas nas equipes técnicas dos programas.***
- O sistema de monitoramento e avaliação de um Programa é essencial para permitir o acompanhamento da execução financeira, os processos, atividades, produtos e resultados, possibilitando a redefinição dos rumos de execução do PC e a identificação de boas práticas a serem disseminadas. ***Recomenda-se pelo tanto às agências da ONU, priorizar o estabelecimento da linha de base do programa e a elaboração do plano de monitoramento e avaliação durante os primeiros meses de implementação do programa.***
- As ações de comunicação e advocacy são necessárias para sensibilizar e promover o envolvimento dos cidadãos na consecução dos objetivos de qualquer programa. Neste sentido, ***recomenda-se ao sistema da ONU valorizar mais as ações de comunicação e advocacy, elaborando em todos os programas uma estratégia clara e concreta, alocando os recursos humanos e financeiros necessários para sua implementação.***

PARA AS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS:

- O PC tem constituído um modelo inovador de abordagem integral dos problemas de segurança alimentar e nutricional, que tem mostrado um grande potencial na melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas. ***Recomenda-se às principais instituições governamentais envolvidas no Programa, analisar as boas práticas e lições apreendidas visando a criação de um modelo o referente de atuação inter-setorial e inter-agencial para abordar os problemas de insegurança alimentar dos povos indígena.***

- A avaliação verificou que a relação de colaboração entre as principais instituições que trabalham com os povos indígenas, a FUNAI e a SESAI, é bastante limitada tanto no nível nacional como local. ***Recomenda-se a estas instituições estabelecer relações de cooperação para maximizar tanto os recursos humanos e financeiros como o impacto das ações.***
- Uma das principais atuações no âmbito do PC tem sido o fortalecimento das capacidades nas temáticas de saúde e cuidado da criança. ***Recomenda-se à SESAI difundir e utilizar os materiais de formação elaborados pelo Programa e continuar com as capacitações, especialmente dirigidas aos AIS.***
- O principal problema identificado nos levantamentos de demandas junto com as comunidades indígenas esta relacionado com a falta de meios de vida sustentáveis e atividades geradoras de renda. A FUNAI não tem estrutura nem recursos humanos para poder apoiar estas ações, pelo que seu apoio neste sentido é muito limitado.
 - ***Recomenda-se à FUNAI estabelecer parcerias com outras instituições, governamentais (Prefeituras, Secretarias Municipais de Agricultura...) e não governamentais (agências da ONU, Universidades, ONG...) para dar continuidade às ações do PC e iniciar novas ações neste sector.***
 - ***Recomenda-se também analisar diferentes possibilidades de conseguir recursos adicionais para ações que contribuam a criar meios de vida sustentáveis (por exemplo, realizar um estudo econômico sobre a cesta básica de alimentos com o intuito de reduzir o numero de beneficiários e utilizar estes recursos em atividades geradoras de renda).***
 - ***Recomenda-se estudar a criação de um sistema de agentes indígenas de agricultura para capacitar e acompanhar as atividades agrícolas dos povos indígenas. Sugere-se revisar a iniciativa de formação (curso agropecuário para jovens ticunas) que esta a ser desenvolvida pelo IFAM em Tabatinga.***
- A falta de apropriação tem sido uma constante ao longo dos processos de desenho e implementação do Programa. Para além dos problemas de índole interna (processo de reestruturação, rotação de recursos humanos...), também existiram problemas de comunicação e liderança das ações. Neste sentido, ***recomenda-se às instituições governamentais incluir suas necessidades de fortalecimento institucional nas ações dos programas de maneira que estas instituições adquiram os recursos e capacidades necessárias para uma liderança compartilhada das intervenções, com o intuito de garantir sua sustentabilidade..***

PARA O F-ODM

- Grande parte dos problemas identificados na avaliação do PC da Janela Temática “Criança, Segurança Alimentar e Nutrição” do Brasil derivam das limitações verificadas no desenho do Programa. Neste sentido, ***recomenda-se ao F-ODM avaliar mais em profundidade as propostas de programas e não aprovar programas ambíguos, pouco coerentes, sem ações e indicadores bem definidas que permitam um monitoramento adequado. Deve se comprovar que tem existido uma verdadeira participação das instituições e beneficiários no desenho.***
- O processo de desenho deve envolver aos principais atores em diagnósticos e oficinas para identificar os problemas, necessidades e interesses, e decidir conjuntamente as ações para abordá-los. Para um desenho eficaz é necessário tempo e recursos.

Recomenda-se ao F-ODM alocar tempo suficiente para que o processo de desenho seja participativo e que as agências possam formular programas pertinentes, eficientes e eficazes.

- O modelo de gestão, como já foi mencionado, não funcionou. ***Recomenda-se também ao F-ODM explorar outros modelos. Sugere-se a criação de uma unidade de gestão administrativa e financeira única (mesma recomendação que ao sistema da ONU)***
- As lições apreendidas e resultados das avaliações de todos os programas conjuntos constituem uma fonte de informação muito valiosa que seria importante difundir-la entre todas as instituições que tem participado desta experiência para melhorar o desenho, implementação, monitoramento e avaliação de futuros programas. ***Recomenda-se, pelo tanto, documentar, sistematizar e difundir as lições apreendidas e boas práticas da experiência do F-ODM.***

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

ANEXO I - Agenda da Missão de Avaliação Final

ABRIL 2013

DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
	1	2	3	4*	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16**	17	18***	19***	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

Agenda da Missão de Avaliação Final 
e Oficinas de Recopilação de Boas Práticas do PCSAN 

03/04/2013 - quarta-feira

Viagem a Dourados

04/04/2013 - quinta-feira

***Oficina de Recopilação de Boas Práticas**

08:30h – Café da manhã

09:00h – Boas Vindas e Abertura

09:15h – Oficina

10:30h – Coffe

12:30h – Almoço

14:00h – Oficina

17:00h – Encerramento

Local: Hotel Grandelli

05/04/2013 – sexta-feira

08:00h – Visita à atividade da Consulta Pós-2015 com Jovens Indígenas |

Participantes: Jovens Kaiowa Guarani e Terenas, Corine Woods (Diretora da Campanha do Milênio da ONU), Gabriela Mora (UNICEF), Flavio Ribeiro (Coordenador da Consulta) etc. | Local: Casa de Reza, Panambizinho

12:00h – Almoço

13:45h – Entrevista com os Agentes Indígenas de Saúde | Participantes: Maria de Fátima; Priscila; Romilda; Elson; Rosalina e Reginaldo | Local: Posto de Saúde Bororó II

15:30h – Entrevista com profissionais de saúde indígena | Participantes: Daiana, Passoni, Danielle e Jackeline | Local: Pólo Base

16:30h – Entrevista com profissionais de saúde indígena | Participantes: Sheila/Isaias/Liliane | Local: Pólo Base

16:30h - Pólo Base

06/04/2013 – sábado

06:00h – Visita às atividades de ATER | Local: Jaguapiru, Bororo
Famílias a ser visitadas:

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

- Dona Priscila
- Senhor Preto
- Senhor Wilson
- Dona Marilda
- Senhor Guilherme

Temas a ser discutidos:

- Oficinas de quintal
- Agricultura de subsistência (hortas) vs emprego fora da aldeia (construção civil)
- Experiências de comercialização
- PAA, oportunidades e desafios
- Área de retomada

12:30h- Visita às famílias que participam da metodologia “fogões agroecológicos” |
Local: Panambizinho

07/04/2013 – domingo

08/04/2013 - segunda-feira

09:00h – Visita a Escola Pai Chiquito | Local: Panambizinho

12:00h – Almoço

13:30h – Visitas às Escolas Indígenas: Tengatui, Guateka, Araporá, Clubes de Comunicação e Hortas Escolares | Local: Bororó, Jaguapiru e Pontos Focais:

Escola Tengatui Marangatu - Egizele (67 9916-7307)

Escola Araporã – Diretora Adriana (67 9960-2530) e Professor Sete (67 9913-5580)

Escola Pai Chiquito Pedro - Diretor Laocídio (67 9929-7634)

09/04/2013 –terça-feira

09:00h – Reunião com CR FUNAI | Participantes: Vander, Diógenes e Lia Mendes |
Local: CR FUNAI

12:00h – Almoço

14:00h – Núcleo de Assuntos Indígenas da Prefeitura e Representante CONSEA |
Participantes: Fernando Terena e Silvio Ortiz | Local: Hotel Grandelli

15:00h – Universidades Parceiras: UFGD, UFMS, UNIGRAN e UCDB | Participantes: |
Local: Hotel Grandelli

10/04/2013 - quarta-feira

Viagem a Tabatinga

11/04/2013 - quinta-feira

09:00h – Reunião com CR FUNAI | Participantes: | Local: CR FUNAI Tabatinga

12:00h – Almoço

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

13:45h – Pólo Base/DSEI/SESAI | Participantes:

15:30h – Visita a Aldeia de Umariáçu 1 ou 2 (equipamentos de saúde) |

Participantes: | Local:

16:30h – Reunião com Agentes Indígenas de Saúde | Participantes: | Local:

12/04/2013 - sexta-feira

09:00h – Reunião com Parceiros Locais (Prefeitura, Universidades, Secretaria de Saúde, OGPTB etc.) | Participantes: | Local: Prefeitura/Secretaria da Saúde

11:00h – Reunião com IFAM | Participantes: | Local:

12:00h – Almoço

13:45h – Visita a Aldeia de Umariáçu 2 (Escola – Clube de Comunicação)

16:30h – Reunião com Lideranças Indígenas de Tabatinga | Local: FUNAI

13/04/2013 – sábado

08:00h – Deslocamento à Benjamin Constant

09:00h – Reunião com Associação das Mulheres Artesãs (AMATU) | Participantes: Dona Rosa Chota e cooperadas | Local: Comunidade Bom Caminho

11:00h – Reunião com Agentes Indígenas de Saúde de Benjamin Constant | Local: Comunidade Filadélfia

12:00h – Almoço

14:00h – Visita a Escola – Clube de Comunicação de Benjamin Constant | Local: Aldeia Filadélfia

16:00h – Retorno a Tabatinga

14/04/2013 – domingo

13:00h – Deslocamento São Paulo de Olivença

17:00h – Visita a Comunidade Monte Santo

15/04/2013 - segunda-feira

08:00h – Visita a Escola – Clube de Comunicação de SPO | Local: Aldeia Colônia São Sebastião

11:00h – Reunião com Agentes Indígenas de Saúde de São Paulo de Olivença

12:00h – Almoço

13:45h – Retorno a Tabatinga

16/04/2013 - terça-feira

***Oficina de Recopilação de Boas Práticas**

08:30h – Café da manhã

09:00h – Boas Vindas e Abertura

09:15h – Oficina

11:00h – Coffe

12:30h – Almoço

14:00h – Oficina

17:00h – Encerramento

Local: IFAM

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

17/04/2013 - quarta-feira

Viagem a Brasília

18/04/2013

10:00h – Reunião do Comitê Gestor do PCSAN | Participantes: FUNAI, MDS, MS/SESAI, ABC, AECID, OPAS/OMS, UNICEF, OIT, FAO, PNUD e ECR| Local: Casa da ONU

12:30h – Almoço

14:00h – FUNAI | Participantes: | Local: FUNAI

16:00h – MS/SESAI | Participantes: | Local: SESA

19/04/2013 - sexta-feira

09:30h – Reuniões Bilaterais com agências da ONU – 40 min cada

Ordem: FAO, OIT, OPAS/OMS, PNUD e UNICEF

ANEXO II - Termo de Referencia para a Avaliação Final

“Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil.”

I. Contexto geral: o Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM)

Em dezembro de 2006, o PNUD e o Governo da Espanha assinaram um importante acordo de cooperação técnica internacional de € 528 milhões. A partir deste aporte de recursos foi criado o Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM).

O F-ODM financia programas interagenciais, no âmbito das Nações Unidas, que buscam identificar, disseminar, e replicar experiências bem sucedidas e efetivas cujo intuito é melhorar a vida das pessoas, cumprindo assim o objetivo do Fundo de acelerar o progresso em direção ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e também, de forma complementar, de outras metas fundamentais para a promoção do desenvolvimento humano.

Por meio do financiamento de programas interagenciais, o F-ODM também estimula a integração, coerência e maior efetividade de iniciativas de desenvolvimento do Sistema das Nações Unidas (SNU), assim como favorece o desenvolvimento de uma cultura colaborativa entre as diversas agências da ONU. O Fundo apoia 130 programas interagenciais em 50 países. Tais programas são divididos em oito janelas temáticas: 1) Meio Ambiente & Mudanças Climáticas; 2) Igualdade de Gênero & Empoderamento das Mulheres; 3) Juventude, Emprego & Migração; 4) Governança Econômica Democrática; 5) Infância, Segurança Alimentar & Nutrição; 6) Prevenção de Conflitos & Construção da Paz; 7) Cultura & Desenvolvimento; 8) Desenvolvimento & Setor Privado.

Desta forma, os programas conjuntos contribuem para o progresso dos ODM, para a apropriação nacional das iniciativas da cooperação técnica internacional, e para a reforma do Sistema ONU.

II. O Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil.”

O Programa Conjunto “Segurança Alimentar e Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil” – PCSAN – é uma iniciativa do F-ODM, que está vinculada a janela temática “Infância e Nutrição”.

O objetivo do Programa Conjunto é melhorar a segurança alimentar e nutricional de crianças e mulheres indígenas, através de ações que promovam a equidade e assegure direitos, principalmente o Direito Humano à Alimentação Adequada e o Direito à Saúde.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

O PCSAN atua nos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tabatinga, região do Alto Rio Solimões (Amazonas) e em Dourados (Mato Grosso do Sul). As duas regiões se destacam pela concentração de povos indígenas e, sobretudo, pelos desafios em termos de garantia de direitos de crianças e mulheres indígenas, segmentos populacionais mais vulneráveis em termos de acesso à Saúde e à Alimentação Adequada, direitos humanos fundamentais para todo cidadão.

O Programa Conjunto é realizado por cinco organismos das Nações Unidas (FAO, OIT, OPAS/OMS, PNUD e UNICEF), em parceria com o Governo Brasileiro, representado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI); Ministério da Saúde (MS); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

O Programa Conjunto tem apoiado a qualificação e integração de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional nas duas regiões, especialmente nas áreas da saúde, da alimentação e do desenvolvimento social em nível local, com o propósito de garantir direitos e promover a equidade.

Os resultados e os produtos propostos pelo Programa Conjunto estão alinhados com estratégias de desenvolvimento nacionais, bem como com as metas do Fundo ODM. As ações atendem demandas das comunidades e prioridades estabelecidas nos programas governamentais do Brasil, bem como desafios identificados durante a realização das atividades, sem perder de foco a contribuição ao País para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, especialmente, na redução da fome e das taxas de mortalidade infantil. E não seria possível sem o apoio de parceiros nacionais, regionais e locais.

São cinco os eixos de atuação do PCSAN:

- Fortalecimento Institucional
- Empoderamento Comunitário
- Produção de material culturalmente adaptado
- Disseminação de boas práticas e
- Gestão, avaliação e monitoramento.

A execução do Programa começou no primeiro semestre de 2010 e o fim das atividades está previsto para ocorrer em junho de 2013. A equipe do Programa é composta por Coordenador

Nacional, pontos focais locais e ponto focal de comunicação. As agências líderes do Programa são OPAS/OMS e UNICEF. O orçamento do Programa é de US\$ 6 milhões. Este recurso foi distribuído entre as cinco agências das Nações Unidas que participam do Programa, de acordo com o Plano de Trabalho e a proposta apresentada no Documento de Projeto do Programa Conjunto.

O Escritório do Coordenador Residente da ONU (E/CR), como responsável pela avaliação final do Programa, está procurando consultor altamente qualificado para realizar a avaliação final deste Programa Conjunto, incluindo análise dos aspectos programáticos, administrativos e da governança do Programa.

III. Avaliação Final

1. Objetivo da avaliação final

Avaliações finais são somativas por natureza e objetivam:

- Medir até que ponto o Programa Conjunto implementou efetivamente suas atividades, produziu os produtos esperados e pode vir a contribuir para o alcance de resultados de desenvolvimento em médio e longo prazo.
- Gerar conhecimento baseado em evidências, em uma ou mais das janelas temáticas do F-ODM, permitindo a identificação de melhores práticas e lições aprendidas que podem vir a ser úteis para outras intervenções de desenvolvimento em nível nacional e internacional (replicabilidade e scaling up).

2. Escopo da avaliação final e objetivos específicos

A avaliação final será focada em estimar os resultados de desenvolvimento atingidos e os possíveis impactos que podem vir a ser gerados pelo Programa Conjunto, com base no escopo de trabalho do mesmo, e nos critérios de avaliação incluídos neste Termo de Referência. Isto irá permitir a identificação de achados, boas práticas e recomendações para a programação conjunta de forma mais ampla, tanto em função de questões programáticas como também de questões operacionais.

A unidade de análise ou objeto de estudo desta avaliação é o Programa Conjunto, entendido como o conjunto de seus componentes, incluindo: insumos, atividades, produtos e resultados.

As agências participantes do Programa Conjunto (PNUD, OIT, OPAS/OMS, UNICEF, FAO), assim como a Coordenação Nacional, estarão à disposição para esclarecimentos necessários ao trabalho de avaliação.

Esta avaliação final tem os seguintes objetivos específicos:

- Medir até que ponto o Programa Conjunto contribuiu para resolver as necessidades e os problemas de desenvolvimento identificados em seu projeto;
- Medir o grau de eficiência na implementação do Programa Conjunto por meio da comparação dos produtos e resultados atingidos vis-à-vis o que foi originalmente planejado ou posteriormente revisto de forma oficial;
- Estimar em que medida o Programa Conjunto promoveu o desenvolvimento de sua população beneficiária (indivíduos, comunidades, instituições, etc);
- Medir a contribuição do Programa Conjunto conforme os objetivos e resultados definidos, bem como em relação aos objetivos centrais do F-ODM em nível local e nacional (mais especificamente neste contexto, os ODMs e a Reforma das Nações Unidas);
- Identificar e documentar as lições aprendidas e boas práticas em relação aos temas específicos da janela temática “Infância, Segurança Alimentar & Nutrição”, os ODMs e da Reforma das Nações Unidas, também com o objetivo de

apoiar a sustentabilidade do Programa Conjunto, ou alguns de seus componentes, ao longo do tempo.

3. Questões avaliatórias, focos de análise e critérios de avaliação

As questões avaliatórias definem a informação que deve ser gerada como resultado do processo de avaliação. As questões são agrupadas de acordo com os critérios a serem utilizados na avaliação. Estes critérios são, por sua vez, agrupados de acordo com cinco enfoques analíticos específicos.

i) Foco de Análise sobre a Elaboração do Programa e Alinhamento com Prioridades Nacionais

Relevância e Justificativa: Em que medida os objetivos desta intervenção de desenvolvimento são compatíveis com as necessidades e interesses da população, as necessidades do país e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

a) A estratégia de intervenção do Programa Conjunto estava alinhada com as prioridades, políticas e planos nacionais?

1. O documento de Programa foi produzido de forma conjunta? O documento de programa possui estruturas de lógicas internas e externas robustas em termos das atividades propostas, produtos, resultados e problemas de desenvolvimento originalmente identificados?

2. Como o Governo participou na concepção do Programa Conjunto e na negociação que resultou na implementação deste Programa? Como as agências da ONU participaram deste processo?

b) De que maneira o projeto do Programa Conjunto tinha potencial de contribuir para resolver as necessidades socioeconômicas e os problemas identificados como desafios de desenvolvimento na fase de projeto?

1. O projeto do Programa Conjunto trabalhava com uma escala de atuação capaz de otimizar insumos, atividades e resultados?

2. Há alguma falha no projeto e na concepção do Programa Conjunto que pode ter prejudicado a implementação do Programa e suas contribuições para os resultados de desenvolvimento planejados?

c) Em que medida este programa foi concebido, implementado, monitorado e avaliado em conjunto?

1. Em que medida e como as contrapartes governamentais foram conjuntamente envolvidas na concepção e implementação, monitoramento e avaliação do Programa Conjunto?

2. Há falhas no projeto que poderiam prejudicar a realização de atividades de implantação, monitoramento e avaliação? Se sim, como isso foi resolvido?

3. Como o princípio de programação conjunta foi contemplado durante a concepção e posterior implantação do Programa Conjunto?

d) Em que medida a programação conjunta foi a melhor opção para responder aos desafios de desenvolvimento enunciados no documento de Programa do Conjunto?

1. Neste caso específico, quais são as vantagens comparativas e fast tracks da programação conjunta?

2. Neste caso específico quais são os principais obstáculos e gargalos da programação conjunta?

e) Em que medida os parceiros de implementação que participam do Programa Conjunto agregaram valor para a resolução dos desafios de desenvolvimento indicados no documento de Programa?

1. Como o valor agregado da programação conjunta pode ser considerado distinto do valor acrescentado por programas e atividades de cooperação técnica não interagenciais?

2. Qual foi o valor agregado do Programa Interagencial para resolver os desafios de desenvolvimento identificados no documento de programa? Por que e como esse valor foi agregado?

f) Em que medida o Programa Conjunto tem uma estratégia de M&A que pode contribuir para se estimar os resultados de desenvolvimento alcançados?

1. Houve alguma falha no sistema de M&A que poderia ter comprometido a realização do conjunto de atividades de M&A? A concepção da estratégia de M&A foi contemplada no documento de projeto do Programa?

g) Até que ponto o Programa Conjunto tem uma estratégia de Comunicação e Advocacy (C&A) útil e confiável?

1. Houve alguma falha na concepção da estratégia de C&A que poderia comprometer a realização e articulação das atividades de C&A? A concepção da estratégia de C&A foi contemplada no documento de Programa?

h) Se o programa foi revisto, o mesmo conseguiu refletir as mudanças que eram necessárias?

i) Foram feitas revisões no documento de Programa? Se sim, por que estas revisões foram necessárias?

j) O que pode ser aprendido com o processo de concepção e revisão que poderia facilitar a reprodução de iniciativas semelhantes em outros contextos?

ii) Foco de Análise sobre Processos e a Implementação do Programa

Eficácia: Até que ponto os recursos e insumos (recursos financeiros, recursos humanos, etc.) do Programa Conjunto foram transformados em resultados de forma otimizada.

a) Em que medida o modelo do Programa Conjunto de gestão compartilhada foi eficiente para o atingimento dos resultados de desenvolvimento alcançados?

1. Quais são os atalhos e os gargalos em termos do modelo de programação conjunta e gestão compartilhada?

2. Quais são as vantagens comparativas e os obstáculos para a programação conjunta do ponto de vista gerencial?

b) Em que medida a implantação de uma intervenção enquanto Programa Conjunto (grupo de agências) foi mais eficiente em comparação ao que poderia ter sido através da intervenção de uma agência única?

1. Se assim for, ou não, por que isso aconteceu?

c) Em que medida a gestão no nível de programa (Comitê Gestor do Programa) e no nível nacional (Comite Diretivo Nacional) contribuíram para a eficiência e a eficácia do Programa onjunto? Até que ponto essas estruturas de governança foram úteis para fins de desenvolvimento, apropriação, e para a realização do trabalho conjunto como um todo? Este arranjo administrativo favoreceu, ou não, o gerenciamento e entrega de produtos e resultados?

1. Este modelo de governança estimula a sustentabilidade dos resultados alcançados?

2. As estruturas de governança foram implementadas como sugerido pelo documento de projeto? Por que?

d) Em que medida e de que maneira a programação inter-agencial aumenta ou reduz a eficácia na entrega de produtos e resultados atingidos?

1. Quais são os gargalos e atalhos da programação conjunta em termos de seus processos internos e externos?

2. Que tipo de metodologias de trabalho, instrumentos administrativos e financeiros e práticas de gestão têm sido utilizados pelos parceiros de implementação do Programa Conjunto para aumentar a eficiência e a eficácia no delivering dos resultados pretendidos?

f) Que tipo de obstáculos (administrativos, financeiros e gerenciais) o Programa Conjunto teve de enfrentar, e em que medida isso afetou a sua eficiência e eficácia?

1. O que pode ser aprendido com as metodologias de programação conjunta de trabalho, com instrumentos financeiros e práticas de gestão que poderiam facilitar a reprodução de iniciativas semelhantes em outros contextos?

g) Em que medida e de que maneira a avaliação de meio-termo teve um impacto sobre o Programa Conjunto? Foi útil? O Programa implementou o Plano de Melhora, conforme sugerido?

iii) Foco de Análise sobre a Apropriação Nacional

Apropriação do processo: o exercício efetivo de liderança por parceiros locais ou nacionais do país em iniciativas de promoção do desenvolvimento para a Cooperação Técnica Internacional.

a) Em que medida a população beneficiária, os cidadãos em geral, stakeholders diversos, autoridades locais e nacionais se apropriaram do Programa Conjunto (ownership) tendo um papel ativo no mesmo? Que tipos de participação e liderança impulsionaram este processo?

1. Como é que esta análise se encaixa no contexto específico do Brasil em função das características do Programa Conjunto de gestão compartilhada?

2. Quais são as causas e efeitos do padrão de participação identificado no âmbito do Programa Conjunto?

b) Em que medida e de que forma tem essa apropriação (ownership), ou a falta dela, impactado a eficiência e eficácia do Programa Conjunto?

1. Qual foi o papel da apropriação, ou da falta dela, para garantir (ou não) a sustentabilidade dos resultados atingidos pelo Programa?

iv) Foco de Análise sobre a Contribuição para Resultados de Desenvolvimento

Eficácia: Em que medida os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram alcançados.

a) Em que medida o Programa Conjunto contribuiu para a realização dos produtos de desenvolvimento e dos resultados inicialmente esperados ou estipulados no documento de projeto do Programa?

1. Em que medida e de que maneira o Programa contribuiu para o atingimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio em nível local e nacional?

2. Em que medida e de que maneira o Programa contribuiu para os objetivos definidos no âmbito de sua janela temática?

3. Em que medida e de que maneira o Programa Conjunto atingiu as metas de delivering propostas? O Programa foi plenamente implementado, por quê?

4. Quais são as causas da efetivação, ou não, da contribuição do Programa Conjunto sobre os resultados de desenvolvimento esperados?

5. Existem quaisquer resultados indiretos identificáveis que não estavam previstos no projeto de programação conjunta?

b) Em que medida as atividades do Programa podem ser entendidas como sinérgicas e coerentes? De que maneira atividades sinérgicas e coerentes contribuíram para o atingimento de resultados de desenvolvimento vis-a-vis atividades sem sinergia e coerência? Que tipos de resultados de desenvolvimento foram alcançados?

1. Como estes resultados sinérgicos e coerentes são distintos de produtos e resultados não sinérgicos e coerentes, assim como resultados produzidos através da intervenção de uma única agência?

c) Em que medida o Programa Conjunto teve um impacto sobre a vida da população beneficiária potencial? Até que ponto o Programa teve um impacto sobre o desenvolvimento das instituições envolvidas?

d) Boas práticas, histórias de sucesso, falhas principais, lições aprendidas ou exemplos transferíveis foram identificados? Por favor, descreva e documente-os.

1. Como essas práticas foram identificadas?

2. Que tipo de metodologia ou critérios do programa foram utilizados neste processo?

e) Que tipos de efeitos diferenciados são resultantes do Programa Conjunto, de acordo com a redução de violência e inserção dos jovens das comunidades no

processo de formação e trabalho, contexto rural ou urbano da população beneficiária, e em que medida os resultados diferem entre estes diversos segmentos populacionais?

f) Em que medida o Programa Conjunto contribuiu para o avanço e o progresso de promover a apropriação nacional e o atingimento de resultados (a elaboração e implementação de Planos Nacionais de Desenvolvimento, Políticas Públicas, do UNDAF, etc.)?

g) Em que medida o Programa Conjunto ajudou a aumentar o diálogo ou engajamento do Sistema ONU em questões de promoção do desenvolvimento e no desenvolvimento de políticas públicas?

v) Foco de Análise sobre a Sustentabilidade dos Resultados de Desenvolvimento

Sustentabilidade: probabilidade de continuidade dos benefícios da intervenção a longo prazo.

a) Em que medida a decisão Programa Conjunto em ter órgãos e parceiros de implementação possibilitou que estes tomassem as decisões e o curso de ações necessários para garantir a sustentabilidade dos efeitos do Programa?

1) A nível local e nacional:

i. Em que medida instituições locais ou nacionais apoiaram as atividades do Programa Conjunto?

ii. Estas instituições mostraram ter capacidade técnica e compromisso de liderança para continua trabalhando com o programa ou para aumentá-lo?

iii. Capacidades operacionais foram criadas ou reforçadas nos parceiros nacionais?

iv. Os parceiros têm capacidade financeira suficiente para manter os benefícios gerados pelo Programa?

b) Em que medida o Programa Conjunto pode ser replicável ou ampliado em nível nacional e local?

c) Em que medida o Programa Conjunto se alinha com as Estratégias Nacionais de Desenvolvimento ou o UNDAF?

4. Abordagem metodológica

Esta avaliação final irá utilizar metodologias e técnicas de acordo com as necessidades específicas de produção de dados e informações, as questões previstas no TOR, a disponibilidade de recursos, e as prioridades das partes interessadas. Em todos os casos, o(a) consultor(a) deverá analisar todas as fontes de informação relevantes, tais como relatórios externos, documentos do programa, relatórios de revisão interna, arquivos de programas, documentos estratégicos de desenvolvimento do país, avaliações de meio-termo e quaisquer outros

documentos que possam fornecer evidências que suportem este exercício avaliatório. Também são esperados do(a) consultor(a) a utilização de entrevistas, grupos focais ou qualquer outra ferramenta metodológica quantitativa ou qualitativa como um meio de recolher dados e informações relevantes para a avaliação final. O(A) avaliador(a) irá certificar-se que as vozes, opiniões e informações da população beneficiária potencial e participantes do Programa Conjunto serão levadas em conta.

A metodologia e as técnicas a serem utilizadas na avaliação devem ser descritas de maneira detalhada no relatório de avaliação final, o qual deve conter informações sobre os instrumentos utilizados para coleta e análise de dados, quer se trate de documentos, entrevistas, visitas de campo, questionários ou técnicas participativas diversas.

5. Produtos da avaliação

O(A) consultor(a) é responsável por apresentar os resultados a seguir para o responsável e o gestor da avaliação:

- I. **Relatório Preliminar** (a ser apresentado no prazo de 25 dias a contar da apresentação de toda a documentação do programa para o avaliador). Este relatório terá de 10 a 15 páginas de extensão e irá propor os métodos, fontes e procedimentos a serem utilizados para a coleta de dados. Incluirá também um cronograma de atividades e apresentação de resultados. A análise documental irá propor as linhas iniciais de investigação sobre o Programa Conjunto. Este relatório será usado como um ponto inicial de acordo e entendimento entre o(a) consultor(a) e a gerência da avaliação. O relatório seguirá o esquema indicado no anexo 1 e será discutido no grupo de referência de avaliação.
- II. **Relatório Final Preliminar** (a ser apresentado no prazo de 25 dias após a conclusão do período de visita de campo, o mesmo deve também ser enviado para o Secretariado do F-ODM). O relatório final preliminar conterá as mesmas seções do relatório final (descrito no próximo parágrafo) e terá de 20 a 30 páginas. Este relatório será compartilhado com o grupo de referência da avaliação. Ele também irá conter um sumário executivo de no máximo 5 páginas, que inclui uma breve descrição do Programa Conjunto, o seu contexto e sua situação ao final do período de implantação, o propósito da avaliação, sua metodologia e suas principais conclusões e recomendações. O relatório final preliminar será compartilhado com o grupo de referência da avaliação para que sejam feitos comentários e sugestões. Este relatório conterá as mesmas seções do relatório final, descrito abaixo.
- III. **Relatório Final de Avaliação** (a ser apresentado no prazo de 10 dias após a devolutiva do projeto de relatório final com comentários e sugestões, o mesmo deve também ser enviado para o Secretariado do F-ODM). O relatório final terá de 20 a 30 páginas. Ele também irá conter um resumo

executivo de no máximo 5 páginas, que inclui uma breve descrição do programa comum, o seu contexto e sua situação ao final do período de implantação, a estratégia de avaliação adotada, sua metodologia e suas principais descobertas, conclusões e recomendações. O relatório final será enviado para o grupo de referência da avaliação. Este relatório será validado por todas as partes envolvidas no exercício avaliador.

6. Uso e utilidade da avaliação

Avaliações finais são exercícios sumativos que são orientados para coletar dados e informações para medir até que ponto os resultados do desenvolvimento foram alcançados. No entanto, a utilidade do processo de avaliação e de seus produtos vai muito além do que foi dito durante a visita de campo por intervenientes no programa ou o que a equipe de avaliação escreveu no relatório de avaliação.

A dinâmica criada pelo processo de avaliação (reuniões com o governo, doadores, beneficiários, da sociedade civil, etc.) é a oportunidade ideal para estabelecer uma agenda sobre o futuro do programa ou algum de seus componentes (sustentabilidade). É também excelente plataforma para se comunicar lições aprendidas e transmitir mensagens-chave

sobre as boas práticas, produtos e ações que podem ser replicadas ou se intensificar no país, bem como a nível internacional. O comissário da avaliação, o grupo de referência, o gerente de avaliação e quaisquer outras partes interessadas ao Programa Conjunto, em parceria, irão desenhar e implementar um plano completo de divulgação dos resultados da avaliação, conclusões e recomendações com o objetivo de defender a sustentabilidade, replicabilidade, ampliação ou para partilhar boas práticas e lições aprendidas a nível local, nacional e/ou internacional.

7. Princípios éticos e premissas da avaliação

A avaliação final do Programa Conjunto é para ser realizada de acordo com princípios éticos e padrões estabelecidos pelo Grupo de Avaliação das Nações Unidas (UNEG).

- **O anonimato e a confidencialidade.** A avaliação deve respeitar os direitos dos indivíduos que fornecem informações, garantindo seu anonimato e confidencialidade.
- **Responsabilidade.** O relatório deve mencionar qualquer disputa ou diferença de opinião que possam ter surgido entre o(a) consultor e stakeholders do Programa Conjunto em conexão com as conclusões ou recomendações. A equipe deve confirmar todas as afirmações ou discordar.
- **Integralidade.** O(A) consultor(a) será responsável por realçar questões não especificamente mencionadas neste ToR, se isso for necessário, para se obter uma análise mais completa e integral da intervenção.

- **Independência.** O(A) consultor(a) deve garantir a sua independência em relação à intervenção em análise, e ele ou ela não deve ser associado com a sua direção ou a qualquer dos seus elementos.
- **Incidentes.** Se ocorrerem problemas durante o trabalho de campo, ou em qualquer outra fase da avaliação, estes devem ser comunicados imediatamente ao Secretariado do F-ODM. Se isso não for feito, a existência de tais problemas não podem, em hipótese alguma, ser utilizada para justificar o fracasso em obter os resultados estipulados pelo Programa Conjunto neste Termo de Referência.
- **Validação da informação.** O(A) consultor(a) será responsável por assegurar a precisão das informações coletadas durante a preparação dos relatórios e será o responsável pelas informações apresentadas no relatório de avaliação.
- **A propriedade intelectual.** Ao lidar com fontes de informação, o(a) consultor(a) deve respeitar os direitos de propriedade intelectual das instituições e comunidades que estão sob revisão.
- **Entrega de relatórios.** Se a entrega dos relatórios é atrasada, ou no caso em que a qualidade dos relatórios entregues é claramente menor do que o que foi acordado, as penas contratuais estipuladas serão aplicadas.

ANEXO III - Documentos consultados para a elaboração do Relatório Final

- UNDP/Spain Millennium Development Goals Achievement Fund Framework Document
- MDGF Monitoring and Evaluation System
- MDGF Generic Terms of Reference for the mid-term evaluation of Children Food Security and Nutrition joint programmes
- Marco de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2012-2015), Brasil 2012
- Documento do PC
- Relatório Semestral 1/2010
- Relatório Semestral 2/2010
- Relatório Semestral 1/2011
- Relatório Semestral 2/2011
- Relatório Semestral 1/2012
- Relatório Semestral 2/2012
- Plano de Trabalho 2011
- Plano de Trabalho 2012
- Relatório da missão de monitoramento do Secretariado F-ODM junho 2010
- Relatório da missão de monitoramento do Secretariado F-ODM maio 2011
- Relatório da avaliação do meio termo
- Plano de Melhora
- Plano de Avaliação e Monitoramento I
- Plano de Avaliação e Monitoramento II
- Plano de Comunicação e Advocacy
- Plano de Comunicação 2012
- Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas
- Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006
- Relatório da 4 Conferencia Nacional de Saúde Indígena, marco 2006
- Documentos da III Conferencia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007
- Documentos preparatórios da IV Conferencia do CONSEA
- “Os direitos dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul”, José Aylwin, 2009.
- Relatórios das Oficinas para Capacitação sobre os Dez Passos para a Alimentação Saudável para Crianças menores de dois anos em Tabatinga, Benjamim Constant e Dourados
- Relatório da Oficina sobre preparo de alimentos para as mães de crianças e outros membros da família menores de dois anos (Dourados)
- Relatório da Capacitação em manejo da amamentação e alimentação complementar saudável para equipes de saúde (Dourados)
- Relatórios técnicos com a análise das informações do perfil nutricional de crianças menores de 5 anos e gestantes indígenas de Alto Solimões e Dourados

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

para compor a linha de base do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutrição

- Documento técnico com a proposta metodológica de organização e sistematização das bases de dados, que compõem a linha de base do Programa Conjunto.
- Documento técnico com a organização e sistematização da Oficina de Levantamento de demandas de segurança alimentar e nutricional e Saúde realizada com as representações indígenas e comunidade em Tabatinga, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença/ Amazonas.
- Documento técnico sobre capacitação de profissionais de saúde em Vigilância Alimentar e Nutricional em Dourados (MS) e Alto Solimões (AM)
- Documento técnico contendo os relatos do encontro de saúde materno infantil e da oficina sobre saúde mental, realizados no âmbito do programa conjunto de segurança alimentar e nutrição de mulheres e crianças indígenas.
- Documentos Técnico contendo os resultados das discussões do Encontro Preparatório de delegados indígenas para a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- Plano Distrital de Saúde Indígena 2013-2015, DSEI Alto Rio Solimões
- Relatório de Gestão, Área Técnica de Alimentação e Nutrição, ATAN/ DIASI/ SESAI-MS/ DSEI ALTO RIO SOLIMÕES
- Apresentação sobre a vigilância alimentar e nutricional de Dourados 2006 - 2012
- Cartilha sobre os Direitos e os Cuidados com as Crianças Ticunas
- Relatório final sobre a análise comparativa do grau de conhecimento e realização dos direitos de mulheres e crianças indígenas em Dourados e Alto Rio Solimões
- Relatório conjunto da Oficina “Etnicidade e Humanização na Saúde Indígena”.
- Relatório da Oficina de Troca de Saberes sobre os Direitos e os Cuidados com as Crianças e Disseminação da Convenção no 169 da OIT
- Sistematização das Oficinas Participativas de Troca de Saberes sobre os Direitos e os Cuidados com as Crianças Indígenas - Dourados/MS
- Clipping de Notícias Sobre as Oficinas de Comunicação no Alto Rio Solimões
- Relatório da Oficina de Boas Práticas do PCSAN no Alto Rio Solimões
- Boletim PCSAN Janeiro-Junho 2012
- Boletim PCSAN 2010-2011
- Sistematização de Experiências: Boas práticas e experiências exitosas entre 2010 e 2013
- Produto I – Consultoria Agroecologia e Segurança Alimentar - ATER
- Produto II – Consultoria Agroecologia e Segurança Alimentar - ATER
- Produto III – Consultoria Agroecologia e Segurança Alimentar - ATER
- Produto IV – Consultoria Agroecologia e Segurança Alimentar - ATER
- Produto I – Consultoria Meio Ambiente e Hortas Escolares - ATER
- Produto III – Consultoria Meio Ambiente e Hortas Escolares - ATER
- Produto 1 Roteiro de execução dos trabalhos - Consultoria de linha de base Complexo Ticuna do Alto Solimões
- Produto II - Base de Dados – versão inicial - Consultoria de linha de base Complexo Ticuna do Alto Solimões

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

- Produto 3 - Versão preliminar do banco de dados multimídia - Consultoria de linha de base Complexo Ticuna do Alto Solimões
- Produto 4 - Versão final do banco de dados e mapas temáticos - Consultoria de linha de base Complexo Ticuna do Alto Solimões
- Etnomapas do Complexo Ticuna do Alto Solimões
- Etnomapas de Bororo, Jaguapiru e Panambizinho
- Relatório Final Estudo de Linha de Base – Dourados - MS
- Relatório sobre Incidência de meloidoginose em terras indígenas município de Dourados/MS: diagnose e controle
- Plano de Trabalho da Equipe ATER de Dourados 2011
- Plano de Trabalho da Equipe ATER de Dourados 2012-2013
- “Olhares Cruzados”
- Convenção 169
- Estudo de mercado: alternativas para a comercialização do artesanato indígena ticuna da região de Alto Rio Solimões

Anexo IV - Lista de pessoas entrevistadas

Sistema Nações Unidas

Jorge Chedieck	Coordenador Residente
Fernando Moretti	Coordenador Nacional do PC
Margarita Nechaeva	Escritório CR
Arineide Pereira	UNICEF
Cristina Albuquerque	UNICEF
Daniela Silva	UNICEF
Juliana Ubarana	OPAS
Bernadino Vitoy	OPAS
Thais Fortuna	OIT
Maurício Mireles	FAO
Renata Oliveira	PNUD
Ione Santos	PNUD

Consultores do PC

Adjacira Veloso	Ponto Focal Alto Rio Solimões
Gislaine Domingues	Ponto Focal Dourados

Instituições governamentais em Brasília

Silvia Angelise	FUNAI
Arlene Santos	FUNAI
Clarisse Drummond	FUNAI
Nina Almeida	FUNAI
Carolina Schneider	FUNAI
Liliane Cunha de Souza	FUNAI
Leia do Vale Rodrigues	FUNAI
Nadia Hensi Silveira	FUNAI
Mariana Amerim Alenear	SESAI
Mariana Ferron	SESAI

Doador

Margarita García	AECID
------------------	-------

Secretariado F-ODM

Patrícia Fernández-	F-ODM
---------------------	-------

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

Visita ao Alto SOLIMÕES

Instituições contrapartes

Alírio Mendes Moreas	FUNAI
Aglisnéia Muller	FUNAI
Leopoldo Barbosa	FUNAI
Pedro Cruz Gabriel	FUNAI
Santo Cruz Mariano Clemente	FUNAI
Francisco Macedo	FUNAI
Raimundo Carneiro	FUNAI
Santo Cruz Mariano Clemente	FUNAI
Darcy Bibiano Muratu	FUNAI
Reinaldo Otaviano do Cramo	Professor / FUNAI
Nino Fernandes	Professor/ FUNAI
Daniel Ignocchiti	SESAI
Cláudia Tatiane Brito	SESAI
Graciele dos Santos Pereira	SESAI
Cristiane Ferreira	SESAI
Janayla Oliveira	SESAI

Instituições Municipais - Tabatinga

NOME	INSTITUIÇÃO
Raimundo Carvalho Caldas	Prefeito
Carlos Donizetti Gomes	Vice-prefeito
Francisco Lopes	Prefeitura
Vitorino Carneiro Nunes	SEMED
Luzia Martins Sobrinha	SEMSA
Sansão Ricardo flores	OGPTB
Marlene Cuesta Telles	SEMED
Viviane Ferreira Feitosa	SEMED
Francisco Nery Furtado	UNAIDS/ Ponto Focal
Eládio Rodrigues Curico	CONDISI/SESAI
Francisca Cordeiro Tavares	IFAM
Marlem Silva Ferreira	Vereador

Umariçu 1 e 2

Gustavo Albino Santana	Cacique Umariçu 2
Valdir Araujo Mendes	Cacique Umariçu 1
Manuel Nery	Vice- Cacique Umariçu
Lucas Mayoruma	Umariçu 1

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

Gelsineia Antonio Mendes	Posto Umariáçu 1
Eliana Laranja Mariano	AIS Umariáçu 2
Marilda Gomes Fernandes	SESAI
Alisson Gomes Fidelis	AIS
Nildete Ribeiro	SESAI Umariáçu 2
Jose Araujo Mendes	SESAI –AIS
Sidnery Castelo Branco	SESAI
Osvaldo Honorato Mendes	SESAI Umariáçu 2
Danilo da Silva Macario	ACISPO
Valdineia Tomaz da Silva	ACISPO
Paulo Mendes	Focccitt
Sebastiao Ramos Nogueira	SESAI
Raimundo Leopardo Ferreira	SEMED
Raimundo Carneiro	FUNAI

Local: Bom Caminho - Benjamin Constant

Rosa Chota	AMATU
Divina Lucinda Luis	AMATU
Darci Emílio Souza	AMATU
Angela Manajete	AMATU
Clementina Regina Ramos	AMATU
Salomão de Souza da Silva	AMATU
Mercedes Ramos	AMATU
Liliane Pinto	AMATU
Cleonice de Souza	AMATU
Kate Silva	AMATU
Delourdes Souza	AMATU
Evaristo de Souza da Silva	AMATU
Trindade de Souza Silva	AMATU
Imeuda Peres Catachunga	AMATU
Ermelinda Ferreira Luciano	AMATU
Florianio pinto de Souza	AMATU
Francisca Ramos	AMATU
Sidneri Castelo Branco	AMATU
Suzie Nascimento Nobre	SEMED BC
Maria Socorro Menezes	SEMED BC
Janayla Oliveira	Nutricionista SESA
Graciele Pereira	Enfermeira SESA
Pedro Julião Ferreira	Liderança Bom Caminho
Mário Félix	Professor oficina

Filadélfia - Benjamin Constant

Esmeraldo Fernandes Bastos	Coordenador geral saúde
Sidnery Castelo Branco	SESAI
Odácio Susana Bastos	Cacique Filadelfia
Izael Luciano de Souza	Cacique Bom Caminho

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

Carmem Gomes Tamanho	AIS
Manuel Ferreira Sousa	AIS
Aristóteles da Silva Fernandes	AIS
Gracileide Flores Félix	AIS
Mário Félix Irineu	Professor oficina
Silene Kunrath	SESAI
Izabel Francisco fernandes	SESAI

Vista a DOURADOS¹⁰

Parceiros Locais em Dourados

Zelik Trajber - SESAI/DSEI
Maria Aparecida Mendes – ex- diretora FUNAI
Diógenes Cariaga - FUNAI Dourados
Liliane Silva - SESAI/DSEI MS

Foram entrevistados:

Pessoal da saúde (médicos, enfermeiros, agentes indígenas de saúde, técnicos ...)
A equipa de ATER
População indígena (caciques, mulheres, jovens ...)
Mulheres que participaram das atividades agroecológicas e de artesanato
Mulheres com fogões agroecológicos
Jovens que participaram nos grupos de comunicação
Professores das escolas que participaram nas hortas escolares

¹⁰ Devido á viagem imprevista por um problema de saúde de um dos integrantes da missão, a lista completa das pessoas entrevistadas em Dourados ficou extraviada.

ANEXO V - Comunidades visitadas

ALTO RIO SOLIMÕES

Aldeias Umariáçu II - Tabatinga

Comunidade do Bom Caminho- Benjamim Constant

Comunidade Filadélfia – Benjamim Constant

Aldeia Colônia São Sebastião – São Paulo de Olivença

São Paulo de Olivença

DOURADOS

Aldeia Bororo – Dourados

Aldeia Jaguapiru - Dourados

Aldeia Panambizinho - Dourados

ANEXO VI - Parceiros das agências da ONU e contratos assinados

A seguir se inclui uma lista não exaustiva dos parceiros das agências da ONU participantes no PC e dos contratos assinados até a data¹¹:

PARCEIROS DO PROGRAMA CONJUNTO:

Parceiros Nacionais: Órgãos Governamentais Federais, Conselhos Nacionais, Organizações não governamentais, Fóruns Nacionais:

Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Ministério Público do Trabalho, (MPT), Ministério Público da União (MPU), Rede Internacional em Defesa do Direito de Alimentar: International Baby Food Action Network – Brasil (IBFAN – Brasil), Universidade Federal da Grande Dourados Secretaria Nacional de Defesa Civil, Ministério da Defesa (Exército e Hospital de Guarnição de Tabatinga), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Universidade Federal do MS (UFMS).

Parceiros Estaduais

Governo do Estado do MS, Secretaria de Saúde do Estado do MS, Distrito Sanitário Especial Indígena do Mato Grosso do Sul (DSEI-MS), Conselho Distrital de Saúde Indígena do Mato Grosso do Sul (CONDISI-MS), Secretaria Estadual de Assistência Social do MS, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Coordenação Regional da FUNAI em Dourados, Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do MS, Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do MS (CONSEA), Governo do Estado do AM, Secretaria de Saúde do Estado do AM, Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Solimões (DSEI ARS), Conselho Distrital de Saúde Indígena do Alto Solimões (CONDISI), Secretaria de Estado e Assistência Social do AM, Coordenação da FUNAI na Região do Alto Rio Solimões, Secretaria de Estado dos Povos Indígenas (SEIND), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do AM (CONSEA), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Secretaria de Estado da Educação do AM, e Universidade Estadual do Amazonas (UEA).

¹¹ Informações fornecidas pelos pontos focais das agências da ONU (lista fornecida durante a avaliação de meio termo não atualizada)

Parceiros Locais

Dourados:

Coordenação Regional da FUNAI em Dourados , Prefeitura Municipal de Dourados, Polos Base das comunidades participantes no PC, Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN), Associação dos Jovens Indígenas (AJI), Associação Indígena Kategua, e a Associação das Mulheres Indígenas de Dourados (AMID), NEPPI/UCDB (Núcleo de Estudos e Pesquisas com Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco), I, a Carteira Indígena (Ministério do Meio Ambiente) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).

Alto Solimões:

Coordenação Regional da FUNAI em AS, Prefeitura Municipal de Tabatinga, Rádio Alto Solimões, Pólos Base das comunidades participantes no PC, Jornal do Alto Solimões, Pastoral da Criança na região do Alto Rio Solimões, Oficina Escola de Lutheria da Amazônia – O E L A, Prefeitura de São Paulo de Olivença e Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. CGTT (Conselho Geral da Tribo Ticuna), FOCCITT (Federação das Organizações e Caciques de Comunidades Indígenas da Tribo Ticuna), OGMITA (Organização Geral das Mulheres Indígenas Ticuna do Alto Solimões), OGPTB (Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingue), OTMM (Organização Toru Mau y Meu), AITRASP – AS (Associação dos Trabalhadores da Saúde Pública Indígena do Alto Solimões no Estado do Amazonas), ACISPO (Associação dos Caciques Indígenas de São Paulo de Olivença), OGCIPC (Organização Geral das Comunidades e Caciques do Povo Cocama), IFAM (Instituto Federal da Amazônia), UEA (Universidade Estadual do Amazonas), UFAM (Universidade Federal do Amazonas), CIMI (Conselho Indigenista Missionário)

ANEXO VII - CARTA DE INTENÇÕES

ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL RELATIVA À PROPOSTA DE COLABORAÇÃO NA ÁREA DE PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DAS MULHERES E CRIANÇAS INDÍGENAS

O Governo da República Federativa do Brasil, representado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, pela Fundação Nacional do Índio e, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome,

e

O Sistema das Nações Unidas no Brasil,

Reconhecendo o papel de liderança internacional do Brasil na formulação de políticas públicas de promoção da segurança alimentar e nutricional;

Considerando a Convenção nº 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, ratificada pelo Brasil em 2002 e que entrou em vigor em 25 de julho de 2003, que entre outras obrigações visa garantir a efetiva participação dos povos indígenas e tribais na tomada de decisões.

Considerando a criação, por parte do PNUD e do governo da Espanha, do Fundo para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (F-ODM) em 2007, o qual destinou 618 milhões de euros para favorecer o atingimento dos ODMs, por meio do Sistema das Nações Unidas e da implementação de 130 programas conjuntos em 50 países de cinco regiões do mundo, dentre os quais se encontram três programas executados no Brasil, o Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, o Programa Conjunto Segurança com Cidadania: prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania, com foco em crianças, adolescentes e jovens de comunidades vulneráveis brasileiras, e o Programa

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil

Relatório Final

Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil; e

Tendo em vista a finalização do Programa Conjunto de Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil (PCSAN), financiado pelo Fundo para o Alcance dos ODMs, e a colaboração já existente entre a Secretaria Especial de Saúde Indígena, a Fundação Nacional do Índio, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e, o Sistema das Nações Unidas no Brasil.

Decidem:

Afirmar o interesse mútuo em continuar cooperando para a promoção da segurança alimentar e nutricional das mulheres e crianças indígenas, e do desenvolvimento humano sustentável inclusivo, abrangendo:

- 1) O fortalecimento institucional e de capacidades de organismos de segurança alimentar indígena nos âmbitos nacionais e sub-nacionais, e da sociedade civil brasileira para formular, implementar, políticas públicas focadas nos povos indígenas;
- 2) Empoderação comunitário dos povos indígenas para exigir seu direito humano à alimentação adequada e saúde, e instituições públicas capacitadas e fortalecidas para desempenhar suas funções;
- 3) Produção de material culturalmente adaptado, visando a interculturalidade dos povos indígenas;
- 4) Disseminação das boas práticas, e elaboração de diagnósticos, monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional das populações indígenas.
- 5) Reforçar a temática de direitos dos povos indígenas, incluindo segurança alimentar, no escopo do Grupo Temático de Gênero, Raça e Etnia do Sistema ONU.

Programa Conjunto Segurança Alimentar e Nutricional de Mulheres e Crianças Indígenas no Brasil
Relatório Final

- 6) A possibilidade da formalização desta colaboração por meio de um Memorando de Entendimento (MoU) a ser firmado futuramente.

O governo da República Federativa do Brasil, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena, da Fundação Nacional do Índio e, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e o Sistema das Nações Unidas no Brasil, desenvolverão conjuntamente um Plano de Ação detalhado de apoio às atividades de cooperação acima citadas.

O governo da República Federativa do Brasil, por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena, da Fundação Nacional do Índio e, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, e o Sistema das Nações Unidas no Brasil, farão os esforços necessários para garantir o início das atividades da cooperação proposta no ano calendário de 2014.

Assinado em 28 de maio de 2013, em 4 (quatro) vias idênticas e autênticas, nas línguas portuguesa.

Tereza Campello
Ministra de Estado do
Ministério de
Desenvolvimento Social e
Combate a Fome

Marta Azevedo
Presidenta da Fundação
Nacional do Índio

Antônio Alves
Secretário da Secretaria
Especial de Saúde
Indígena

Jorge Chediek
Coordenador-Residente do
Sistema Nações Unidas no
Brasil
Organização das Nações
Unidas

Testemunhas de Honra

Fernando José Marroni de Abreu
Diretor da Agência Brasileira da
Cooperação
Ministério das Relações Exteriores
República Federativa do Brasil

Manuel de la Cámara Hermoso
Embaixador da Espanha no Brasil
Reino da Espanha

Lideranças Indígenas